



UNIVERSIDADE FEDERAL
DO ESPÍRITO SANTO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

EMILY DA SILVA DIAS

**CENTROS DE REFERÊNCIA DAS JUVENTUDES (CRJs) E PERSPECTIVAS DE
FORMAÇÃO HUMANA: UMA POLÍTICA PÚBLICA DESTINADA À JUVENTUDE
TRABALHADORA**

**VITÓRIA
2026**



**Centro de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação**

EMILY DA SILVA DIAS

**CENTROS DE REFERÊNCIA DAS JUVENTUDES (CRJs) E PERSPECTIVAS DE
FORMAÇÃO HUMANA: UMA POLÍTICA PÚBLICA DESTINADA À JUVENTUDE
TRABALHADORA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, na linha de pesquisa Educação e Linguagens.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Priscila Monteiro Chaves

VITÓRIA
2026

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

- D541c Dias, Emily da Silva, 2001-
 Centros de Referência das Juventudes (CRJs) e perspectivas
 de formação humana: uma política pública destinada à juventude
 trabalhadora / Emily da Silva Dias. - 2026.
 141 p. : il.
- Orientadora: Priscila Monteiro Chaves.
 Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do
 Espírito Santo, Centro de Educação.
1. Política pública. 2. Educação. 3. Juventude. I. Chaves,
 Priscila Monteiro. II. Universidade Federal do Espírito Santo.
 Centro de Educação. III. Título.

CDU: 37



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



EMILY DA SILVA DIAS

CENTROS DE REFERÊNCIA DAS JUVENTUDES (CRJs) E PERSPECTIVAS DE FORMAÇÃO HUMANA: UMA POLÍTICA PÚBLICA DESTINADA À JUVENTUDE TRABALHADORA

Dissertação apresentada ao Curso
de Mestrado em Educação da
Universidade Federal do Espírito
Santo como requisito parcial para
obtenção do Grau de Mestre em
Educação.

Aprovada em 10 de março de 2026.

Professora Doutora Priscila Monteiro Chaves
Presidente (PPGE/UFES)

Professora Doutora Maria Amélia Dalvi
Membro (PPGE/UFES)

Professor Doutor Márcio Farias
Membro (PUC-SP)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



Ata da sessão da defesa de Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, da discente **Emily da Silva Dias**, candidata ao título de Mestre em Educação, com defesa realizada, presencial e remotamente, às 10 horas, do dia 10 de março de dois mil e vinte e seis. A presidente da Banca, Priscila Monteiro Chaves, apresentou os demais membros da comissão examinadora, constituída pelos/as professores/as doutores/as: Maria Amélia Dalvi e Márcio Farias. Em seguida, cedeu a palavra à candidata, que, em trinta minutos, apresentou sua Dissertação intitulada “CENTROS DE REFERÊNCIA DAS JUVENTUDES (CRJs) E PERSPECTIVAS DE FORMAÇÃO HUMANA: UMA POLÍTICA PÚBLICA DESTINADA À JUVENTUDE TRABALHADORA”. Terminada a apresentação da aluna, a presidente retomou a palavra e a cedeu aos membros da Comissão Examinadora, um a um, para procederem à arguição. A presidente convidou a Comissão Examinadora a se reunir em separado para deliberação. Ao final, a Comissão Examinadora retornou e a presidente informou aos presentes que a Dissertação havia sido **APROVADA**. A Presidente alertou que a aprovada somente terá direito ao título de mestre após o cumprimento de todas as obrigações Curriculares e Regimentais do PPGE e da homologação do resultado da defesa pelo Colegiado Acadêmico. E então deu por encerrada a sessão da qual se lavra a presente ata, que vai assinada pelos membros da banca examinadora.

Vitória, 10 de março de 2026.

Professora Doutora Priscila Monteiro Chaves
Presidente (PPGE/UFES)

Professora Doutora Maria Amélia Dalvi
Membro (PPGE/UFES)

Professor Doutor Márcio Farias
Membro (PUC-SP)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



REGISTRO DE JULGAMENTO DA DISSERTAÇÃO DA CANDIDATA AO GRAU DE MESTRE PELO PPGE/UFES.

A Comissão Examinadora da Dissertação de Mestrado intitulada “CENTROS DE REFERÊNCIA DAS JUVENTUDES (CRJs) E PERSPECTIVAS DE FORMAÇÃO HUMANA: UMA POLÍTICA PÚBLICA DESTINADA À JUVENTUDE TRABALHADORA”, elaborada por **Emily da Silva Dias**, candidata ao Grau de Mestre em Educação, recomendou, após apresentação da Dissertação, realizada no dia 10 de março de 2026, que esta seja (assinale um dos itens abaixo):

(x) Aprovada

() Reprovada

Os membros da Comissão deverão indicar a natureza de sua decisão através de sua assinatura na coluna apropriada que segue:

Priscila Monteiro Chaves

Documento assinado digitalmente
gov.br PRISCILA MONTEIRO CHAVES
Data: 10/03/2026 10:15:02-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Maria Amélia Dalvi

Documento assinado digitalmente
gov.br MARIA AMELIA DALVI SALGUEIRO
Data: 10/03/2026 20:39:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Márcio Farias

Documento assinado digitalmente
gov.br MARCIO FARIAS
Data: 12/03/2026 09:04:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ao meu pai, Max (*in memoriam*), pelas boas lembranças construídas ao longo de nossos 14 anos juntos.

À minha avó paterna, Orminda (*in memoriam*), pelo amor insubstituível e inesgotável enquanto houve fôlego.

AGRADECIMENTOS

À Priscila Monteiro Chaves, pelo trabalho de orientação cuidadoso e paciente, por acolher as dúvidas e fragilidades que surgiram ao longo do percurso e por tantas contribuições valiosas que nos fazem repensar o mundo e o nosso modo de viver.

Aos membros da banca examinadora, professora Maria Amélia Dalvi e professor Márcio Farias, agradeço pelas reflexões, observações e sugestões.

À minha mãe, Simone, pelas orações e conselhos constantes, por abraçar os caminhos que escolhi para mim e por não desistir, mesmo nos momentos difíceis.

Ao meu irmão, Murylo, por cuidar e ser a companhia de nossa mãe em minha ausência.

À minha família paterna, em especial o meu avô, Mauro, pelo zelo de uma vida inteira.

Ao meu companheiro, Daniel, por acolher os meus sonhos e fazê-los seus. Pela vida que estamos construindo juntos.

Às minhas amigas, Beatriz e Maria Fernanda, mulheres que me inspiram e boas incentivadoras em tudo nesta vida. Obrigada pela oportunidade de crescer, aprender e amadurecer juntas.

À minha amiga Jhulia, por ter sido presente nos momentos mais felizes e difíceis do mestrado. Pelo bom humor que tornou os últimos anos mais leves com a sua companhia.

Às queridas e aos queridos do Grupo de Pesquisa Trabalho e Práxis (GPTP), agradeço pela oportunidade de aprender com vocês por meio dos debates, das leituras e das experiências compartilhadas. Em especial, agradeço à Taynara pelo companheirismo acadêmico neste último ano, que tornou minha jornada na Ufes mais leve e feliz.

Aos servidores e às servidoras que atuam na secretaria do PPGE e na Biblioteca Central, pela atenção e disponibilidade.

A todas as professoras e professores que passaram pela minha vida escolar e acadêmica, que me mostraram e vivenciaram o lado difícil desta profissão, mas que também me fizeram acreditar e repensar a educação pública em nosso país.

Ao CNPq, pela concessão de bolsa.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo compreender a função educativa dos Centros de Referência das Juventudes (CRJs) no Espírito Santo (ES). A partir de uma análise documental, fundamentada nos princípios do materialismo histórico, são analisadas as oficinas e atividades ofertadas pela política voltadas para a área de linguagens, com foco na dimensão da formação estética. Inicialmente, a pesquisa apresenta os principais elementos que contribuem para a constituição da política do CRJ no ES: o Programa Estado Presente, os Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs) e o público-alvo da política. A análise desses elementos evidencia que o CRJ, em conjunto com o Programa Estado Presente, atualiza e reconfigura uma nova face da segurança pública no estado capixaba. A articulação entre mecanismos de coerção e de consensos torna-se mais eficaz com a integração de práticas policiais repressivas e as práticas culturais, compondo um mesmo projeto de formação para a juventude trabalhadora. O trabalho expõe a atuação político-ideológica nas periferias capixabas pelos APHs em três principais frentes: a ocupação integral do pouco tempo disponível dessa juventude, fração da classe altamente explorada, empregabilidade precoce e o empreendedorismo juvenil, erradicando possibilidades mais efetivas de uma formação humana para esse público. Em síntese, embora as oficinas artístico-culturais mobilizem elementos da cultura popular, da cultura negra e das expressões periféricas, sob um discurso progressista, a análise do sentido educativo da política evidencia a primazia da socialização de manifestações mais espontâneas e que não colocam em risco a lógica da propriedade privada, acabando por facilmente se encerrarem nelas mesmas.

Palavras-chave: Centros de Referência das Juventudes (CRJs); Políticas públicas; Juventude trabalhadora; Formação humana.

ABSTRACT

This dissertation aims to understand the educational function of the Youth Reference Centers (CRJs) in Espírito Santo (ES). Based on a documentary analysis, grounded in the principles of historical materialism, the workshops and activities offered by the policy focused on the area of languages are analyzed, with an emphasis on the dimension of aesthetic education. Initially, the research presents the main elements that contribute to the constitution of the CRJ policy in ES: the State Present Program, the Private Apparatuses of Hegemony (APHs), and the target audience of the policy. The analysis of these elements shows that the CRJ, together with the State Present Program, updates and reconfigures a new face of public security in the state of Espírito Santo. The articulation between mechanisms of coercion and consensus becomes more effective with the integration of repressive police practices and cultural practices, composing a single training project for working youth. This work exposed the political-ideological actions of the APHs (Youth Reference Centers) in the peripheries of Espírito Santo on three main fronts: the complete occupation of the little free time available to this youth, a highly exploited segment of the working class; early employability; and youth entrepreneurship, eradicating possibilities for human development for this population. In short, although the artistic-cultural workshops mobilize elements of popular culture, Black culture, and peripheral expressions under a progressive discourse, the analysis of the educational meaning of the policy reveals the primacy of the socialization of more spontaneous manifestations that do not threaten the logic of private property, easily becoming self-contained.

Keywords: Youth Reference Centers; Public policies; Working youth; Human development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Cartaz de divulgação dos números de atendimentos realizado em 2025	43
Figura 2 – Cartaz de divulgação da oficina de Baile Charme	118
Figura 3 – Cartaz de divulgação da oficina de Escrita Criativa	123

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Organização dos textos selecionados	27
Quadro 2 – Relação dos CRJs na RMGV do ES.....	61
Quadro 3 – Relação dos CRJs no interior do ES.....	64
Quadro 4 – Relação dos projetos desenvolvidos no programa Estado Presente pela Secretaria de Educação.....	69

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADERES – Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas do Estado

ADESJOVEM – Agência de Desenvolvimento Social Jovem

APH – Aparelho Privado de Hegemonia

BANDES – Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo

BANESTES – Banco do Estado do Espírito Santo

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

BH – Belo Horizonte

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CDRL – Centro de Detenção e Ressocialização de Linhares

CEJUV – Conselho Estadual de Juventude

CENPEC – Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária

CFDH – Circuito Formativo em Direitos Humanos

CIEDS – Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável

CJ – Centro de Juventude

CPS – Comitê de Política Social

CREDJUV – Nosso Crédito Juventude Empreendedora

CRJ – Centro de Referência das Juventudes

CSE – Centro de Atendimento Socioeducativo

CTJ – Câmara Técnica de Juventude

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EMPREGAJUV – Programa de Empregabilidade e Qualificação Profissional para Jovens Capixabas

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

ES – Espírito Santo

FECAJE – Federação Capixaba de Jovens Empreendedores

FECOMÉRCIO – Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo

FEJUVES – Fundo Estadual para as Juventudes do Espírito Santo

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FUNCITEC – Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia
GEPPJ – Gerência Estadual de Políticas Públicas de Juventude
GJUV – Gerência de Juventude
IASES – Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo
IBCA – Instituto Brasil de Cultura e Arte
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES – Instituições de Ensino Superior
IFES – Instituto Federal do Espírito Santo
IHR – Instituto Hartmann Regueira
IJSN – Instituto Jones Santos Neves
IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
IPHAC – Instituto de Promoção Humana, Aprendizagem e Cultura
LABPOCA – Laboratório de Potencialidades Capixaba
LGBTQIA+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer, Intersexo, Assexual
MCA – Mostra Capixaba de Audiovisual
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MDHC – Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
MEESA – Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação
MPB – Música Popular Brasileira
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OC-BR – Operação de Crédito Brasil
ONGs – Organizações Não Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
OSAB – Obra Social Agenor Biancardi
OSC – Organização da Sociedade Civil
PEPJUV – Plano Estadual de Políticas para as Juventudes do Espírito Santo
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POIEN – Núcleo Interinstitucional de Estudos e Pesquisas em Desconstrução, Economia Criativa e Sustentabilidade
PRCJ – Programa Rede Cultura Jovem
PROPAS – Programa Nova Arquitetura dos Órgãos de Defesa Social
PROUNI – Programa Universidade Para Todos

PSB – Partido Socialista Brasileiro
PT – Partido dos Trabalhadores
PTRAMPO – Plano de Possibilidades de Trabalhos Individuais ou Coletivos
PUC-RIO – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PV – Projeto de Vida
PVIDA – Plano de Possibilidades para a Vida
RJ – Rio de Janeiro
RMGV – Região Metropolitana da Grande Vitória
SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SEAG – Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca
SECULT – Secretaria de Estado da Cultura
SEDH – Secretaria de Estado de Direitos Humanos
SEDU – Secretaria de Estado da Educação
SEJUS – Secretaria da Justiça
SEMCID – Secretaria de Cidadania, Direitos Humanos e Trabalho
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SEP – Secretaria de Estado de Economia e Planejamento
SESC – Serviço Social do Comércio
SESP – Secretaria de Estado da Segurança Pública
SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SINCADES – Instituto de Ação Social e Cultural
SNDCA – Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância
UPP – Unidade de Polícia Pacificadora
USP – Universidade de São Paulo
UVV – Universidade Vila Velha

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	13
1.1 PERCURSO METODOLÓGICO E JUSTIFICATIVA	17
1.2 PROBLEMA E OBJETIVOS DA PESQUISA	20
2 DIÁLOGO COM A PRODUÇÃO ACADÊMICA.....	27
3 ELEMENTOS PARA A COMPREENSÃO DO OBJETO	43
3.1 CENTROS DE REFERÊNCIA DAS JUVENTUDES	43
3.2 O PROGRAMA ESTADO PRESENTE NO ESPÍRITO SANTO: DO DISCURSO DE PREVENÇÃO À PRÁTICA DE CONTROLE.....	65
3.3 A GESTÃO DOS CRJs PELOS APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA.....	75
3.4 O PÚBLICO-ALVO DA POLÍTICA: A JUVENTUDE TRABALHADORA DO ESPÍRITO SANTO	88
4 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS JUVENTUDES: HISTÓRICO CAPIXABA NOS PERÍODOS DE 2011-2014, 2019-2022 E 2023-2025	94
5 OFICINAS ARTÍSTICO-CULTURAIS E A ÁREA DE LINGUAGENS	105
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	125
REFERÊNCIAS	128

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nesta pesquisa, estudamos a política dos Centros de Referência das Juventudes (CRJs) no estado do Espírito Santo (ES). Especificamente, abordamos o sentido educativo dessa política a partir das atividades oferecidas nesses espaços públicos, considerando a dimensão da formação estética. Para tanto, analisamos sua atuação nas periferias capixabas, iniciada em 2021, quando os CRJs começaram a ser implementados pelo governo estadual em locais marcados pela alta concentração de violência e criminalidade. Trata-se de uma política territorializada e racializada, que expressa uma concepção de segurança pública não mais restrita às práticas repressivas, mas que também incorpora iniciativas culturais e artísticas como estratégias de “combate” à insegurança no território capixaba. O público-alvo dos CRJs é a juventude mais expropriada, que permanece vilipendiada pela violência estatal e pelo racismo estrutural.

Reconhecemos que as políticas voltadas às juventudes têm moldado as condições de vida da juventude trabalhadora. Isso, por sua vez, permite-nos entender o modo como a relação de exploração capital-trabalho afeta os jovens que sobrevivem nas periferias do capitalismo. Nesse contexto, não passam despercebidas as lutas populares conduzidas por setores engajados, que ainda apostam na reconstrução de um Estado que promova uma sociedade mais justa, na qual a dignidade humana e os direitos sociais sejam respeitados. Entretanto, sob uma perspectiva gramsciana, o Estado burguês, para além da sociedade política, é também composto por históricas elites e grandes corporações, que tendem a renovar suas estratégias de controle sobre o Estado e de formulação de consensos que incidem de forma mais imediata sobre a classe trabalhadora no Brasil (Dreifuss, 1987), impedindo-a, tanto quanto possível, de se organizar socialmente para a luta de classes.

Com frequência, a visão imediatista diante de projetos apresentados como benéficos para um determinado público, sobretudo para aqueles que são considerados “vulneráveis”, normalmente são ações governamentais baseadas em soluções simplistas para problemas complexos, estruturais e históricos. Essas ações produzem, no imaginário coletivo, uma visão positiva de determinada governança e fomentam uma esperança nas instituições estatais sem respaldo em evidências históricas. Gramsci (2011), ao tratar dos governos e dos níveis culturais nacionais, já indicava que todo governo formula e sustenta uma política cultural a partir de seu próprio ponto de vista, podendo atuar de forma repressiva ou expansiva no que diz respeito à cultura popular. Nesse sentido, políticos e partidos vão se configurando como mais ou menos comprometidos com as questões sociais ou com aqueles que sobrevivem no *andar de baixo*, a

depender da forma como as políticas são apresentadas, implementadas e interpretadas. De fato, o que não podemos negar é o enorme poder de convencimento das massas e as formas de dominação e associativismo burguês têm logrado muito êxito nisso.

Verificamos, assim, que as políticas públicas voltadas às juventudes expõem contradições que se apresentam tanto nos discursos quanto nas práticas institucionais. Se o que apreciamos aqui é o sentido da política, não nos cabe avaliar impactos ou quantificar possíveis contribuições delas. No entanto, é importante que se ressalte que um tanto dessas contradições também aparecem aí, nas tentativas de práticas de solidariedade entre os jovens atendidos pela política em questão.

No cerne dessa discussão encontra-se o CRJ, propagandeado como espaço de acolhimento, lazer e cultura, mas que tem operado com objetivos e interesses que extrapolam o discurso envolvente manifestado nos documentos oficiais. A análise da implementação dessa política revela como a ideia de segurança pública se articula com a educação e, por conseguinte, com a formação dessa juventude. Diante disso, as práticas culturais e artísticas, e o ensino de ofícios de cunho profissionalizante, têm servido para alcançar a juventude trabalhadora do ES. Essas ações se vinculam à empregabilidade em serviços de baixos salários e à expectativa de uma renda adicional para os jovens e suas famílias. Tais iniciativas buscam legitimar o funcionamento da política pelo número de jovens atendidos, participação nas atividades, inserção no mercado de trabalho, recebimento de bolsas de estudos etc., servindo, assim, para validar positivamente a atuação do governo estadual capixaba. Desse modo, ao problematizarmos a atuação dos CRJs, buscamos evidenciar o projeto de formação proposto para os jovens mais afetados pelas dinâmicas de atualização do capital e da sua necessária reprodução, compreendendo que o capitalismo se alimenta e se fortalece por meio do controle e da gestão de pessoas racializadas. Esse movimento integra mais um mecanismo regulador da dominação imperialista que exige, nas áreas de capitalismo dependente, grandes contingentes marginalizados. Nesse contexto, a população negra é empurrada para às últimas franjas da sociedade, oprimidas pelo aparato estatal burguês.

A escolha da temática abordada neste escrito perpassa o sentido educativo da política do CRJ a partir da dimensão da formação estética. Entendemos que o contato dos jovens público-alvo dos CRJs com atividades voltadas ao desenvolvimento estético e sensível ocorre, sobretudo, por meio da participação em oficinas e cursos nas áreas da poesia, teatro, fotografia, cinema, dança, entre outras. É válido mencionarmos que, nas periferias urbanas, as diferentes linguagens artísticas têm sido mobilizadas para dar outro sentido à expressão “periferia” e produzir uma

cultura própria. Tal processo, por muitas vias, poderia ser profícuo se tratado com base nas determinações econômicas, e não somente culturais, que operam na superfície discursiva.

Com o objetivo de preservar um sistema determinado pela acumulação incessante de capitais, pela exploração e pela expropriação, a população juvenil das periferias tem sido incorporada a esse cenário da forma particularmente perversa, sendo convocada a legitimar a manutenção das estruturas de poder com suas condições de existência e reprodução da vida cada vez mais aviltantes. Considerando que esse público enfrenta a ausência de perspectivas futuras, a baixa escolarização, a precarização do acesso ao trabalho formal, as dificuldades com a carreira profissional e a exposição às várias formas de violência, as políticas públicas são apresentadas como uma necessidade urgente, sob o discurso de valorização à condição juvenil. Nessa conjuntura, o CRJ apresenta-se como uma alternativa aos sofrimentos que marcam a existência de tais jovens. Ainda que condicionado pelas determinações econômicas e institucionais próprias do Estado burguês no desenho da política, é reconhecido que as práticas cotidianas, nas interações e apropriações particulares dos jovens, podem constituir experiências formativas, as possibilidades não estão fechadas e esse é um processo que tende a ocorrer mais pelo trabalho exercido pelos profissionais contratados pelos CRJs e pelas próprias formas organizativas iniciadas no calor da luta que pelos horizontes inscritos na organização da política em apreciação.

De fato, os CRJs têm promovido o contato dos jovens com manifestações provenientes do trabalho artístico. Logo, entendemos que esse seja um dos objetivos estabelecidos pela política, embora tal finalidade não apareça de forma explícita em sua metodologia, uma vez que o campo das artes é uma sugestão de área a ser desenvolvida com a juventude, de forma um tanto distante do valor universal do conhecimento científico e artístico para a humanidade conforme Duarte (2010, p. 113):

O fato de que boa parte da produção científica e artística ter sido apropriada pela burguesia, transformando-se em propriedade privada e tendo seu sentido associado ao universo material e cultural burguês, não significa que os conhecimentos artísticos e as obras artísticas sejam inerentemente burgueses.

O interesse da classe dominante de quase não deixar margem para que os filhos e filhas da classe dominada se beneficiem dos resultados da ciência e da arte, tendo em vista os jovens dos CRJs — que são a própria classe trabalhadora, ou filhos dela —, favorece o controle dos meios de produção do conhecimento e, sobretudo, do que produz as condições de sobrevivência a que são submetidos. Por certo, a política sem compromisso com a formação social não é capaz de romper com esse ciclo de apropriação do saber, fortalecendo um tanto mais a conservação e a

manutenção da relação de exploração capital-trabalho nas piores condições possíveis.

Assim, entendemos que as políticas de incentivo à cultura, os investimentos públicos em lugares de memória, museus, centros históricos e monumentos — locais que permitem a compreensão da sociedade e das dinâmicas de poder, opressão e resistência —, bem como o acesso a bibliotecas, acervos atualizados e infraestrutura adequada, são essenciais para garantir que esses jovens tenham aspirações a uma formação humana plena, ainda que tais iniciativas sejam bastante insuficientes para o que demanda a luta de classes.

Nesse contexto, admitimos que a arte não consegue cumprir, de fato, seu papel humanizador enquanto não for superada a sociedade geradora de alienação. Ao encontro dessa perspectiva, Marx (1844), nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, abordou a alienação causada pelo trabalho, analisando como o processo de alienação do trabalhador tem início quando o produto gerado pela atividade produtiva não somente assume uma existência externa, mas também adquire um poder autônomo em relação a quem o produziu. Do mesmo modo, a arte, quando transformada em mercadoria e integrada à lógica do capital, perde suas potencialidades de formação humana, como autodesenvolvimento do homem e passa a ser meio de valorização do capital, pautada por princípios utilitaristas. Nessas condições, a arte torna-se um meio, um negócio, e não um fim em si. Na mesma obra, o termo “omnilateral” surge, pela primeira vez, associado à formação humana. A noção aparece no contexto explicativo de oposição a uma constituição do humano baseada em uma apropriação equivocada, marcada por uma fruição imediata e unilateral, restrita ao consumo, na qual a essência humana é reduzida à absoluta miséria — não apenas material, mas também existencial e espiritual. Ao tornar-se unilateral, o ser humano ao se tornar unilateral está a serviço do trabalho e da exploração; como consequência, o indivíduo é progressivamente afastado de sua essência humana e do controle sobre o próprio trabalho. Portanto, diante dessas condições de hostilidade da produção capitalista em relação à arte, o resgate da dignidade do sensível revela-se urgente na luta pelo ser humano inteiro, completo e pleno.

Apresentados alguns dos principais pressupostos que orientam esta pesquisa, bem como nosso objeto de estudo, afirmamos que este se soma àqueles que vêm abordando, de forma mais ampliada, os modos de atuação burguesa nos processos de formação da consciência e de “pacificação” da juventude trabalhadora. Para tanto, a formação social do Brasil é indispensável para compreender o lugar de subalternidade que ainda é destinado à população negra, em especial aos jovens, que constituem o foco deste estudo e que representam a forma de trabalho mais disponível e de custo mais rebaixado possível. Observamos o sentido educativo da política

dos CRJs, as formas pelas quais a população jovem tem sido alocada no palco das políticas públicas sociais e, sobretudo, o modo como as manifestações artísticas têm sido manejadas para o público-alvo da política. Além disso, como concepção de fundo das nossas análises, buscamos destacar a necessidade da formação humana omnilateral e da formação estética para os jovens, sem desconsiderar a percepção crítica de uma sociedade que considera a juventude moradora das periferias como potencialmente perigosa.

Por fim, destacamos que esta pesquisa se insere em um projeto maior intitulado “Formação de professores para o capital, plataformização e a refuncionalização da escola”, o projeto abarca uma série de investigações realizadas por pesquisadores (as) do Grupo de Pesquisa Trabalho e Práxis (GPTP). O objetivo é compreender as contradições presentes na realidade educacional a partir da atuação de Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs) na educação pública.

1.1 PERCURSO METODOLÓGICO E JUSTIFICATIVA

Este trabalho toma como *corpus* analítico documentos públicos referentes à implementação da política dos Centros de Referência das Juventudes (CRJs) no estado do Espírito Santo (ES). Considerando que “[...] trabalhar com documentos significa aceder à história, à consciência do homem e às suas possibilidades de transformação” (Evangelista; Shiroma, 2019, p. 97), o desenvolvimento deste estudo perpassa um processo de composição iniciado a partir de uma ideia sobre um objeto determinado, que tomou forma por meio da escrita, da incorporação da bibliografia e da discussão com outros pesquisadores, com a finalidade de aprofundar o conhecimento de uma determinada realidade. Debater parte das determinações que fazem com o que o CRJ seja o que é nos ajuda a entender como a atuação burguesa tem condicionado a formação da juventude trabalhadora em ambientes escolares e não escolares, apontando de que modo o capital tem educado os jovens nas periferias do ES.

Neste estudo, realizamos levantamentos e leituras de livros teóricos, textos críticos e documentos, cujas principais fontes bibliográficas são trabalhos acadêmicos e produções que apresentam temas pertencentes ou similares à área do estudo em questão, tais como educação, formação humana, formação estética e políticas públicas para as juventudes. Para a composição da revisão de literatura, buscamos materiais no portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Para tanto, elencamos descritores que relacionados à pesquisa em andamento, a saber: “Centro de Referência das Juventudes”, “Centros da Juventude” e “Políticas públicas para a juventude”. A partir desse levantamento, selecionamos seis estudos que abordam mais diretamente a nossa empiria e outros cinco que envolvem políticas para a

juventude de modo similar à atuação dos CRJs.

Valemo-nos dos seguintes registros documentais públicos relacionados ao objeto de estudo: *Pesquisa, monitoramento e avaliação dos Centros de Referência das Juventudes (CRJs) Terra Vermelha e Feu Rosa*¹, organizado pelo Governo do Estado do Espírito Santo em parceria com o Instituto Jones dos Santos Neves (2023); *Metodologia dos Centros de Referência das Juventudes do Governo do Estado do Espírito Santo*², sistematizado pelo Governo do Estado do Espírito Santo em conjunto com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (2022); e o *Plano Estadual de Políticas para as Juventudes do Espírito Santo (2022–2032)*³, publicado pelo Governo do Estado do Espírito Santo (2022). Ademais, outros materiais, como notícias, reportagens e publicações em redes sociais mostraram-se fundamentais para examinarmos a construção ideológica que consolidou o CRJ como a principal política pública voltada para os jovens no ES, sendo apresentada como uma referência progressista de educação sob os olhos da opinião pública. Lembremos:

Documentos são produtos de informações selecionadas, de avaliações, de análises, de tendências, de recomendações, de proposições. Expressam e resultam de uma combinação de intencionalidades, valores e discursos; são constituídos pelo e constituintes do momento histórico. Assim, ao se tratar de política é preciso ter clareza de que eles não expõem as “verdadeiras” intenções de seus autores e nem a “realidade”. Como fontes de concepções, permitem a captação da racionalidade da política, desde que adequadamente interrogados (Evangelista, 2012, p. 63).

No que se refere à justificativa do nosso trabalho, compreender o CRJ de forma ampla, inclusive em sua relação com as políticas de controle, como o programa Estado Presente, constitui uma etapa fundamental para o desenvolvimento da pesquisa, visto que o programa busca envolver outras áreas de proteção social, como saúde, educação, empregabilidade e infraestrutura urbana, atuando por meio de uma mesma rede de intervenção territorializada, especialmente nos bairros considerados periféricos. Essa articulação aponta interesses que atravessam o campo da segurança pública, evidenciando como o CRJ se insere em uma dinâmica complexa que ultrapassa a ingênua preocupação com as demandas juvenis tal como apresentada nos documentos oficiais. Para a análise desse contexto, os dados estatísticos referente aos homicídios da população negra no ES, bem como os índices de violência e criminalidade,

¹ Cf.: < Documento disponível em:

<ijsn.es.gov.br/Media/IJSN/PublicacoesAnexos/sumarios/SumarioExecutivoCRJ-DIGITAL.pdf>. Acesso em 26 abril 2025.

² Cf.: <[juventudes.es.gov.br/Media/Juventude/DOC2023/Metodologia%20dos%20crjs%20\(1\)%20\(1\).pdf](https://juventudes.es.gov.br/Media/Juventude/DOC2023/Metodologia%20dos%20crjs%20(1)%20(1).pdf)>. Acesso em 26 abril 2025.

³ Cf.: <sedh.es.gov.br/Media/Sedh/Documentos2022/PLANO%20JUVENTUDES%20%20FINAL.pdf>. Acesso em 26 abril 2025.

mostram-se indispensáveis para fundamentar esta pesquisa, uma vez que é sob essa justificativa que o CRJ tem exercido suas funções.

À medida que nos aproximávamos do nosso objeto, identificamos a presença das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) no fulcro da política, institutos que atuam de forma localizada em territórios marcados por graves entraves às condições de reprodução da vida nas periferias. Embora distintas entre si, tais organizações se assemelham ao empurrar trabalhadores às condições mais degradantes de existência. À luz das contribuições teóricas de Gramsci, as OSCs atuam como Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs) na sociedade civil, isto é, “conformada pelo conjunto de organismos, usualmente considerado ‘privados’, que possibilitam direção intelectual e moral da sociedade, mediante a formação do consenso e a adesão das massas” (Acanda, 2006, p. 175). Nesse sentido, tomamos a sociedade civil como um espaço de conflitos, composta por “[...] os clubes, as associações, os jornais (ou as mídias), as igrejas, os partidos políticos oficiais, sindicatos, escolas e entidades dos mais diversos fins” (Fontes, 2017, p. 3). Sob esse enfoque, ao debater as propostas políticas e educativas dos CRJs, consideramos que os registros documentais elegidos para a nossa discussão servem para a produção de consensos que indicam a reconversão das práticas coletivas de resistência e autonomia das organizações de juventude, especialmente periféricas, em um conjunto de práticas e formações tuteladas pelas organizações da sociedade civil burguesa, por meio de um discurso hegemônico. Isso porque “[...] um dos grandes desafios postos é o de explicitar o que o discurso dominante esconde sob sua aparência de verdade” (Evangelista; Shiroma, 2019, p. 90).

Desse modo, os documentos são formados por orientações que, de alguma forma, buscam conformar o desenvolvimento de uma nova consciência para a juventude capixaba, circunscrita aos limites da cidadania burguesa. Eles nos indicam a razão de ser dessa política, sobretudo em um país na condição de dependente periférico nas relações imperialistas (Lênin, 2021; Fontes, 2010), haja vista as implicações dessa determinação na divisão internacional do trabalho (Marx, 2011).

A escolha de discutir o papel das manifestações artísticas e da inserção da cultura na política do CRJ parte do reconhecimento do estético como elemento essencial da existência humana e da sua formação, das formas como se apropria do que faz o mundo ser como ele é (Duarte, 2013), especialmente no modo de existir da juventude trabalhadora. Em alguma medida, as políticas destinadas a jovens considerados “vulneráveis” também reconhecem essa dimensão e o alcance de uma formação também pela via da sensibilidade. Contudo, o lugar atribuído às

manifestações mais imediatas nos espaços educativos, bem como a abordagem das pautas de opressão são abordadas nessas mesmas manifestações, revela o caráter contraditório do trabalho artístico.

Diante do exposto, reconhecemos que a conjuntura nacional se mostra progressivamente mais degradante no que diz respeito à formação cultural e sensível da classe trabalhadora. O avanço de uma “profissionalização” mais imediata, dirigida a meninos e meninas, constitui uma das principais formas de rebaixamento da vida nas periferias, movimento que se inicia na infância e se prolonga ao longo da juventude. Tal movimento intensifica-se com as políticas de incentivo à geração de renda, apresentadas como soluções rápidas e fáceis para a conquista da “autonomia financeira”. No contexto em que o capitalismo se beneficia de uma “formação cultural objetivamente arruinada” (Adorno, 1996, p. 40), as capacidades criativas, estéticas e críticas estão ainda mais distantes de um processo educativo amplo, compreendido em seu sentido político e histórico.

1.2 PROBLEMA E OBJETIVOS DA PESQUISA

O *Anuário Estadual da Segurança Pública* (2023) determinou que o Espírito Santo, em 2009, atingiu o mais alto patamar da série histórica, com 2.034 homicídios dolosos. Esse dado posicionou o estado na segunda colocação do ranking nacional de mortes por homicídio. Além disso, o ES também apresenta uma das maiores taxas de feminicídio do país e ocupa o segundo lugar no ranking do país em relação ao aumento do porte de arma de fogo, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023).

Dados extraídos do *Anuário Estadual da Segurança Pública* (2025) indicam que, no ES, em 2022, foram registrados 1.008 casos de homicídios dolosos e, no ano seguinte, foram contabilizadas 976 vítimas, uma redução de 3,2% em relação a 2022. Em 2024, a maioria das vítimas de homicídios era composta por homens (88%), pretos ou pardos (83%), e jovens entre 15 e 29 anos (47%). Esse ano destacou-se na série histórica dos indicadores de violência letal, ao registrar o menor número de homicídios dolosos desde 1996, superando a marca anterior atingida em 2023. A redução dos homicídios dolosos caiu de 977 para 852 vítimas (IJSN, 2025).

Apesar da diminuição, as taxas ainda permanecem elevadas e constituem motivo de preocupação, sobretudo no que se refere à classe e à raça das vítimas. Isso porque tais dados evidenciam como a população negra é afetada de modo desproporcional pelas múltiplas formas de violência, pela discriminação racial e pela atuação do Estado penal, que opera de modo a intensificar a expropriação e a exploração, de forma co-constitutiva, no processo de negação

das possibilidades de reprodução da vida. Soma-se a isso a quantidade expressiva de mortes violentas por “causa indeterminada” registradas no país, inclusive no ES — os chamados casos ocultos —, que não figuram nas estatísticas oficiais.

No Brasil, os CRJs apresentaram indícios de funcionamento desde a década de 1990. Inicialmente denominados Centro de Juventude (CJ), esses espaços integravam a organização da política de assistência social, com o objetivo de suprir a demanda por políticas públicas direcionadas aos jovens. No ES, o primeiro CRJ de Vitória foi criado em 2006, sob comando do governo municipal de João Coser (Partido dos Trabalhadores – PT), como um espaço de interação entre jovens de 15 a 29 anos. Seu propósito era promover atividades baseadas em quatro pilares: convivência, formação, informação e expressão, designando, de forma vulgar, os jovens como protagonistas⁴ nas definições das ações destinadas a eles.

Após um período de funcionamento, o local foi fechado em 2017, em razão da precariedade da estrutura física, que demandava intervenções e reformas. Essas incluíam desde a construção de banheiros, a ampliação da área destinada às mesas no espaço de convivência e melhorias na iluminação, até a construção de uma rampa para cadeirantes e a criação de salas específicas para oficinas e salas de trabalho para os funcionários. Em 2022, o atual prefeito da capital capixaba, Lorenzo Pazolini (Republicanos) assinou uma ordem de serviço para a reforma e ampliação do Centro. As obras foram contratadas pelo valor de R\$ 1.718.521,81, com prazo de execução de 300 dias. A reinauguração do CRJ–Vitória ocorreu em abril de 2024⁵ (Prefeitura Municipal de Vitória, 2024).

A política do CRJ foi expandida em 2022, quando o governador do ES, Renato Casagrande (Partido Socialista Brasileiro – PSB), finalizou a entrega de 14 CRJs nas dez cidades que integram o programa Estado Presente em Defesa da Vida, a saber: Aracruz, Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, Colatina, Guarapari, Linhares, São Mateus, Serra, Vila Velha e Vitória. O programa constitui uma iniciativa do governo estadual, financiada pelo do Banco

⁴ O termo é discutido no campo das políticas públicas educacionais desde a década de 1990, quando ocorre a preocupação de alocar as juventudes brasileiras em espaços coletivos de ação juvenil. O “protagonismo” buscou promover a esperança de ascensão das novas gerações, uma falácia que até então muito serviu para atenuar os antagonismos de classe, pela facilitação e harmonização menos conflituosa possível sob as mutações do capitalismo e com os novos arranjos tecnológicos. O termo, hoje bastante massificado, foi amplamente difundido pela Fundação Odebrecht, através de seus projetos, especialmente com o Programa de Desenvolvimento e Cidadania Sustentável (PDCIS), e definido pela Fundação como a capacidade do jovem de ser um ator social, capaz de tomar decisões e agir em seu próprio desenvolvimento e no de sua comunidade. Essa produção no imaginário social da ideia de capacidade de escolha dos estudantes, ocultando as determinações sociais estruturantes da sobrevivência das juventudes brasileiras recebeu atualizações com o Novo Ensino Médio, sobretudo com o componente curricular Projeto de Vida.

⁵ Maior e com melhor estrutura, CRJ de Vitória é reinaugurado. Disponível em: <vitoria.es.gov.br/noticia/maior-e-com-melhor-estrutura-crj-de-vitoria-e-reinaugurado-50417>. Acesso em 12 fev. 2026.

Interamericano de Desenvolvimento (BID), voltada à implementação de ações de prevenção e combate à violência.

Essa ação foi autorizada pela Lei Estadual n.º 10.186, que permitiu ao estado firmar um contrato de empréstimo⁶ de até US\$ 56 milhões de dólares americanos para a execução do projeto Estado Presente. O pagamento das parcelas ocorre de forma semestral, com a primeira amortização em maio de 2023 e a última prevista para novembro de 2041 (Espírito Santo; BID, 2017, p. 2). Segundo o contrato de financiamento, o objetivo seria contribuir para a redução dos elevados índices de crimes violentos (homicídios e roubos) entre jovens de 15 a 24 anos, nas regiões classificadas pelo projeto como de maior “vulnerabilidade social” e historicamente mais atingidas pela violência, sobretudo a de Estado.

A serviço dos interesses dos países centrais, o BID é um poderoso instrumento de definição das políticas econômicas, sociais e educacionais na América Latina e no Caribe. No campo educacional, a instituição tem estabelecido um terreno que, para além de ser imediatamente lucrativo, por meio de acordos, convênios e contratos firmados com o setor público, sob o engodo da expansão, da melhoria e da qualidade da educação pública, conforma, com livre trânsito, os processos de formação da consciência para a divisão internacional do trabalho. Tais ações integram um amplo processo de privatização da educação básica, que ameaça fortemente nesses espaços a capacidade organizativa e de acesso a processos mais revolucionários de formação. Essas negociações não são recentes: datam, especificamente, de 1965, quando o BID realizou o primeiro financiamento direcionado à educação no Brasil. Estudos de Aranha (2022) e Castro (2019) indicam que tais intervenções seguem uma lógica mercantilista, resultando no endividamento público e na manutenção da atual estrutura do capital. Dessa maneira, o BID atua para garantir o pagamento da dívida e, a isso responde diretamente que tipo de formação esses espaços ofertarão, de modo que possíveis lutas sejam mitigadas. Nessa perspectiva, Mota Júnior (2016, p. 144) chama a atenção para um ponto fundamental desse tipo de intervenção:

As agências multilaterais – Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, BID – admitem, agora, que o crescimento econômico, por maior que possa vir a ser, não é suficiente para reduzir a pobreza e promover o desenvolvimento social. Daí que a diretriz proposta pelos organismos internacionais para as políticas sociais é a focalização na pobreza extrema, estimulando programas sociais compensatórios destinados ao cidadão-pobre, com renda abaixo da linha de pobreza. A palavra de ordem passou a ser “equidade”, isto é, não igualdade.

⁶ Contrato disponível para leitura em: <dados.es.gov.br/dataset/2be8cd16-d86b-4e92-b629-e4d582d57ed4/resource/74258b75-8adb-47b0-adaf-801de3c6b433/download/1-contrato-de-emprestimo-3279oc-br-assinado-e-alteracoes-1-e-2-e-extrato-dou-17-01-2023.pdf>. Acesso em 26 abril 2025.

No campo das políticas sociais, slogans como “inclusão”, “justiça social”, “respeito à diversidade” ganharam centralidade nos discursos institucionais. Desde a década de 90, as iniciativas públicas articuladas com os Aparelhos Privados de Hegemonia, representados por ONGs e fundações empresariais, e direcionadas à juventude considerada “vulnerável” já recorriam a esse repertório discursivo como instrumento de difusão de ideias ajustadas às novas formas de dominação. Nesse período, a “inserção social” e a “cidadania” já eram amplamente expandidas e incorporadas às ações públicas, na tentativa de prescrever condutas juvenis consideradas adequadas para um determinado tempo e espaço (Sposito, 2005). À medida em que tais termos são naturalizados sob certa “aura positiva” que tende a ocultar o conteúdo crítico e as contradições que os atravessam, os slogans, enquanto ideias-força de caráter muito dinâmicos, passam a ser continuamente modificados, pois quando se esgotam as racionalizações superficiais que antes os sustentavam, reformulam-se as palavras de ordem, preservando-se a conservação da hegemonia.

Diante dessa conjuntura, o CRJ configura-se como uma aparente solução apresentada pelo governo capixaba para a redução da criminalidade no ES. Com base nas atividades nomeadas socioeducativas, observamos um forte apelo às relações entre política e arte, tendo o campo das linguagens e da cultura popular como eixos centrais das tarefas educativas propostas por essa política, em reconhecimento à importância das expressões artísticas para os jovens público-alvo. O que não podemos perder de vista é que o apelo à formação cultural e artística está dialeticamente relacionado à prática social e, portanto, não está isento de contradições. A suposta relevância conferida às variadas manifestações de linguagens é identificada, sobretudo, por meio das oficinas realizadas nos centros:

O CRJ deve oferecer permanentemente ao menos três oficinas com temas/áreas diferentes. Dentre as opções, mas não se restringindo a elas, estão as seguintes sugestões: audiovisual e mídia (fotografia, edição de imagens e vídeos, rádio, gerenciamento de redes sociais, produção de conteúdo para internet etc.); artes (escrita criativa, teatro, grafite, pintura, desenho, circo etc.); música e dança (instrumentos musicais, ritmos musicais – dança e composição etc.); esportes (capoeira, futebol, vôlei, futsal, badminton etc.); línguas estrangeiras, identidade étnico-racial (dança, poesia, penteados, produção de elementos da cultura afro); informática, profissionalizantes e com foco na geração de renda (organização de currículo, técnica para entrevista, escrita de projeto etc.), entre outras (Espírito Santo, 2022a, p. 50).

Embora seja possível observar aspectos indispensáveis para a formação da juventude, sabemos que tais iniciativas não garantem, por si só, a constituição de um projeto formativo crítico e emancipador para o público-alvo da política. Consideramos que os documentos se valem de termos como “diversidade humana”, “resolução de conflitos”, “promoção da autonomia individual”, “trabalho multiprofissional”, “articulação territorial” para produzir certo consenso.

Observamos, por exemplo, o avanço do trabalho com as novas tecnologias nesses espaços públicos localizados nas periferias. O audiovisual figura como a primeira sugestão de área a ser trabalhada nos CRJs, contudo, essa atuação se restringe a um caráter empreendedor, ao incentivar a produção de conteúdo para a internet e o gerenciamento de redes sociais, muito úteis para o chamado “trabalho de viração” (Abílio, 2021). Esse direcionamento abre margem para o trabalho uberizado, não apenas restrito às plataformas digitais, uma vez que a tendência que atravessa a relação capital-trabalho considera que todos são potencialmente “uberizáveis”, até mesmo aqueles que estão inseridos em profissões que em determinados momentos foram consideradas mais qualificadas. Na conjuntura em que a sobrevivência se impõe para a juventude, diante do enfrentamento das violências cotidianas, as “oportunidades” que advém do trabalho com as redes sociais, incentivadas pelo CRJ, passam a figurar como uma suposta rota escapatória das situações de precariedade. Certamente, não há como relativizar o uso dessas redes, visto que elas também servem para expor a classe trabalhadora em situações vexatórias e de rebaixamento. Ao mesmo tempo, influenciadores digitais de diversas ordens ganham notoriedade por elas, popularizam-se e ocupam espaços cada vez mais almejados pelo público jovem, tornando-se referências de “autonomia financeira” e reconhecimento social.

De acordo com Abílio, nas periferias, a busca por formas de sobrevivência é permanente, não começou com a uberização, mas ela se apropriou desta realidade de forma centralizada e racionalizada. Sem dúvidas, as propostas de oficinas pelos CRJs dialogam diretamente com o cotidiano juvenil, marcado pelo avanço e incentivo das plataformas digitais em solos periféricos; ao mesmo tempo em que a presença dessas tecnologias tem se restringido às demandas de trabalho mais instáveis, considerando que: “A trajetória dos trabalhadores e trabalhadoras periféricos não conta com uma linearidade na formação de uma identidade profissional. Não conta com estabilidade, seja dentro ou fora do emprego formal” (Abílio, 2021, p.943). Essa realidade torna-se mais evidente quando observada por uma dimensão racial, uma vez que, conforme destaca Moura (2023, p.304), ao tratar da participação do negro no processo de produção, afirma: “a grande maioria vive no subemprego e da prestação de serviços que não requerem mão de obra especializada”. Nessas condições, a gestão de si e da própria sobrevivência tem se constituído como uma alternativa degradante para a juventude trabalhadora quando nada ou muito pouco está garantido.

Sem dúvidas, as oficinas dialogam diretamente com o cotidiano juvenil, marcado pelo uso de plataformas digitais; ao mesmo tempo, a presença das novas tecnologias tem se restringido às demandas de trabalho mais instáveis. É no uso das oficinas como metodologia pedagógica que

as manifestações artísticas, parte importante deste trabalho, ganham destaque e são incentivadas a serem amplamente desenvolvidas nos CRJs. Nesse contexto, o fenômeno estético se manifesta como uma possibilidade, ainda que mais restrita à aparência imediata do fenômeno. Ao tratarmos da estética, para além do vasto campo de criação artística e das reflexões teóricas sobre a arte, estamos nos referindo ao um modo particular de apreensão do real por meio da percepção sensível. Para tanto, devemos nos afastar de qualquer visão mais imediata que reduza o fenômeno estético a uma dimensão superficial, associando-o a aspectos triviais, nem de uma dimensão erudita do que se tornou a estética com a sua superespecialização no interior do campo filosófico mais clássico.

Na contramão de esquemas idealistas, o homem também se afirma no mundo por meio de uma práxis prático-sensorial, e “[...] o materialismo marxista, promovendo uma reabilitação dos sentidos, promove também uma revalorização do conhecimento artístico” (Konder, 1967, p. 26). Nessa perspectiva, Marx e Engels consideram que a formação dos sentidos é um trabalho de toda a história do mundo:

Para o *olho*, um objeto se torna diferente do que é para o *ouvido* e o objeto do *olho* é um objeto diferente do *ouvido*. A peculiaridade de cada força essencial é precisamente a sua *essência peculiar*, portanto também o modo peculiar da sua objetivação, do seu *ser vivo real, objetivo*. Portanto, não só no *pensar*, mas com *todos* os sentidos afirma-se homem no mundo objetivo (Marx; Engels, 2010, p. 135, grifos dos autores).

Com base nesse entendimento, a práxis humana torna-se inconcebível sem a atividade dos sentidos quando pensamos no materialismo histórico, e se ele “[...] não dá conta do papel da subjetividade, adquire a aparência de materialismo vulgar” (Marcuse, 2007, p.15). Assim, as formas de sensibilização mediadas pelas manifestações artísticas precisam ser compreendidas no enfrentamento das disputas políticas e ideológicas que as envolvem, como expressão do momento histórico-social. De fato, tais manifestações podem possibilitar caminhos para processos de sensibilização e para uma formação pelos sentidos capaz de contribuir para a superação do capital, ao possibilitar a transformação dos sujeitos pela apreensão do real. No entanto, não há como esquecer que essa mesma arte, aparentemente inofensiva, pode também reafirmar o seu trabalho a serviço da manipulação. Nesse sentido, a tentativa de “prevenir” a criminalidade no ES tem se materializado por muitas vias, entre elas práticas educativas não-escolares de cunho artístico e cultural, cuidadosamente direcionadas à juventude racializada e territorialmente atravessada pela expropriação secundária (Fontes, 2010), impulsionada pelo capital-imperialismo contemporâneo, “[...] impondo novas condições e abrindo novos setores para a extração de mais-valor” (Fontes, 2010, p.54)

Sob a retórica de resolução de conflitos, da promoção de uma cultura de paz e da formação profissional e socioeducativa, o governo estadual tem atuado de maneira política e pedagógica na formação da juventude trabalhadora que sobrevive nas periferias do capitalismo. Portanto, enxergamos duas principais frentes sendo atacadas por meio das oficinas: a formação humana e a conformação para o trabalho mais precarizado. Considerando que o foco deste estudo recai sobre a área de Linguagens, atribuímos centralidade às manifestações artísticas enquanto mediações fundamentais para a emancipação político-cultural e para a formação estética, entendida como elemento constitutivo de uma nova consciência que favoreça as condições de reconhecimento das formas de expropriação, exploração e opressão vivenciadas pela juventude trabalhadora.

Não obstante o imaginário social que naturaliza as políticas públicas sociais e educacionais como dádivas, estas emergem de tensões e conflitos que deságuam em um histórico dualismo na formação dos indivíduos, constantemente atualizado: de um lado, uma profissionalização compulsória, rasa e de baixo custo destinada à classe trabalhadora; de outro, uma formação geral reservada àqueles que não necessitam vender sua força de trabalho desde a infância e/ou juventude. Tal configuração evidencia acordos construídos pelo capital no que diz respeito aos setores público e privado, especialmente quando se considera que a gestão dos CRJs é feita por OSCs, as quais passam a intervir diretamente na formação desses jovens, cumprindo diferentes e atualizados papéis na refuncionalização das instituições educativas. Contribuem, portanto, para propósitos políticos e ideológicos de frações da burguesia.

Diante disso, tendo em vista o objetivo geral deste estudo — compreender a função educativa dos CRJs no ES pelas vias do que oferecem enquanto formação estética para a juventude —, elencamos como objetivos específicos: (a) abordar as relações de classe e raça que constituem a política do CRJ; (b) evidenciar a participação dos APHs na consolidação, na gestão e no controle dos CRJs; (c) investigar a articulação entre educação e segurança pública no controle da juventude trabalhadora; (d) analisar oficinas e atividades ofertadas nos CRJs voltadas para a área de Linguagens, com foco na formação estética.

2 DIÁLOGO COM A PRODUÇÃO ACADÊMICA

Nesta seção, apresentamos as contribuições da comunidade científica, com ênfase nos estudos que envolvem o CRJ e iniciativas semelhantes. O levantamento foi realizado no portal de periódicos da Capes e na BDTD. Para tanto, elencamos descritores que se relacionam com a pesquisa em andamento, entre os quais: “Centro de Referência das Juventudes”, “Centros da Juventude” e “Políticas públicas para a juventude”. O termo “juventude” abarca uma variedade de áreas e perspectivas teóricas. Em razão disso, a busca resultou em um número expressivo de textos; contudo, a maioria não se relacionava diretamente com o foco desta pesquisa, abordando temas como Ensino Médio, cursinhos populares e até estudos sobre saúde juvenil.

Os trabalhos selecionados apresentaram análises do CRJ a partir de áreas diversas do conhecimento. Entretanto, não foram encontradas publicações que examinasse a perspectiva educacional da política. Em outras palavras, não há pesquisas concluídas sobre o CRJ no âmbito da Pós-Graduação em Educação. A ausência dessa abordagem na pesquisa educacional produz uma lacuna na compreensão das políticas públicas sociais e educacionais, uma vez que, nesses locais, desenvolvem-se práticas educativas voltadas à formação de jovens que têm passado despercebidas pelo meio acadêmico.

Abordar esse objeto na educação é diferente de estudá-lo em programas de Pós-Graduação em Segurança Pública, Psicologia ou Terapia Ocupacional, nos quais os CRJs são pensados de maneira ampla, em uma abordagem que aponta para a eficácia ou não da política. Ao tratar da educação no contexto dos CRJs, é fundamental compreendê-los não apenas como locais de acolhimento e lazer para a juventude, mas também como ambientes dotados de sentido político, ideológico e pedagógico, que têm moldado os processos de formação da juventude trabalhadora. Nesse sentido, o Quadro 1 exhibe os trabalhos selecionados para a composição desta revisão de literatura.

Quadro 1 – Organização dos textos selecionados

TÍTULO	AUTOR	TIPO DO TRABALHO/ANO	INSTITUIÇÃO/PPG
Prestação de serviços socioassistenciais para jovens	Fabília Pavesi Helmer, Raquel de Matos Lopes Gentili	Artigo acadêmico, 2016	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio); Revista O Social em Questão
Sobre as relações entre pobreza e violência: notas	Luane Dias Motta	Artigo acadêmico, 2016	Centro Universitário Feevale; Revista Gestão e

de uma etnografia no Centro de Referência da Juventude da Cidade de Deus – RJ			Desenvolvimento
Ativismo juvenil e políticas públicas: o caso do Centro de Referência da Juventude de Belo Horizonte	Bruno Vieira dos Santos	Dissertação de mestrado acadêmico, 2018	Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Democracia, inovações sociais e institucionais: uma abordagem da participação na trajetória do Centro de Referência das Juventudes em Belo Horizonte	Laura Bastos Pimenta Neves, Flavia de Paula Duque Brasil	Artigo acadêmico, 2022	Escola de Governo da Fundação João Pinheiro; Revista do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar
O território e a prática da terapia ocupacional social em direitos humanos: reflexões a partir do Centro de Referência das Juventudes	Danielle Rodrigues Borges, Elivany de Paulo Moraes, Ana Paula Moreira Rodrigues, Elizângela de Souza Ladeira, Gabriela Colodetti, Diego Eugênio Roquette Godoy Almeida, Monica Villaga Gonçalves e Giovanna Bardi	Artigo acadêmico, 2023	Universidade Federal do Espírito Santo; Revista interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional
Políticas públicas para a juventude em foco: uma análise da implementação do Centro de Referência das Juventudes de Cachoeiro de Itapemirim	Monique Santos Arêas Baitela	Dissertação de mestrado profissional, 2024	Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da Universidade Vila Velha (UVV)
Projeto leitura construindo a cidadania: possibilidades e desafios	Jussara Isabel Stockmanns, Roberto Carlos Bianchi e Viviane Aparecida Traversin Pereira	Artigo acadêmico, 2017	Instituto Federal do Paraná; Revista Mundi Sociais e Humanidades
Centro da juventude em foco: discursos e ações	Marina Martins Marinho, Roseli Esquerdo Lopes	Artigo acadêmico, 2019	Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); Revista Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional
A gestão das políticas de juventude: o caso de Vitória 2005-2010	Camila Lopes Taquetti	Dissertação de mestrado acadêmico, 2010	Programa de Pós-Graduação em Política Social do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da UFES
A gente não quer só comida: políticas	Camila Costa Valadão	Dissertação de mestrado acadêmico, 2013	Programa de Pós-Graduação em Política

públicas para a juventude no Espírito Santo			Social do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da UFES
“Pedagogia da precariedade”: as experiências de jovens em um projeto de prevenção da violência na periferia da Região Metropolitana da Grande Vitória	Daniela Cristina Neves de Oliveira	Artigo acadêmico, 2023	Universidade de São Paulo (USP); Revista de Estudos de Conflito e Controle Social

Fonte: elaboração da autora com base em pesquisa bibliográfica (2025).

A princípio, selecionamos os trabalhos que se referem diretamente ao nosso objeto de estudo, resultantes da busca pelo descritor “Centro de Referência das Juventudes”. Logo, encontramos os estudos de Helmer e Gentilli (2016), Motta (2016), Santos (2018), Neves e Brasil (2022), Borges *et al.* (2023) e Baitela (2024).

Helmer e Gentilli (2016) analisaram as demandas de jovens no CRJ Vitória. As autoras ressaltaram que, até meados dos anos 1990, inexistiam políticas públicas especificamente destinadas ao público jovem. As ações voltadas a esse público, em sua maioria, resultavam de parcerias com ONGs ou fundações empresariais e não seguiam uma regulação pública — característica que ainda persiste. A partir dos anos 2000, iniciou-se um processo de estruturação das políticas públicas para as juventudes, com foco na criação de mecanismos para seu funcionamento. Esse processo foi impulsionado pela criação da Secretaria Nacional de Juventude como órgão gestor responsável pela coordenação, execução e implantação da Política Nacional de Juventude do governo federal em 2005, conforme a Lei n.º 11.129. Além disso, tragédias envolvendo crianças, adolescentes e jovens contribuíram para chamar a atenção para esses segmentos populacionais, como a chacina da Candelária⁷ e o assassinato do indígena Galdino⁸ por jovens de Brasília.

Por meio de entrevistas semiestruturadas com jovens e profissionais do CRJ, as autoras concluíram que a política: 1) raramente consegue ofertar os serviços que atendam aos interesses

⁷ A chacina da Candelária marcou a história da violência policial no Brasil e da luta pelos direitos humanos de crianças e adolescentes em situação de rua. O massacre ocorreu no dia 23 de julho de 1993, no centro do Rio de Janeiro, quando seis menores e dois adultos, com idades entre 11 e 19 anos, foram assassinados por policiais militares, enquanto dormiam na calçada em frente à Igreja da Candelária. O caso teve grande repercussão, sendo amplamente noticiado pela mídia, e gerou protestos tanto de grupos defensores de direitos humanos quanto de instituições internacionais.

⁸ No dia 20 de abril de 1997, o indígena Galdino Jesus dos Santos, integrante da etnia Pataxó Hã-Hã-Hãe, foi queimado vivo por cinco jovens de classe média alta do Distrito Federal, enquanto dormia. Os assassinos tinham idades entre 17 e 19 anos. A princípio, foram condenados, mas, após o julgamento, todos seguiram suas vidas e carreiras profissionais, com alguns ocupando cargos públicos em diversas esferas de governo.

da população usuária; 2) não assegura que todos os usuários a os serviços se destinam sejam ouvidos nos processos de levantamento de demandas; 3) não alcança, por meio da divulgação, todos os jovens das regiões próximas ao equipamento; e 4) revela que os jovens demandam não apenas elementos para sua vida presente, como diversão, cultura e lazer, mas também expectativas futuras relacionadas à escolaridade e à formação profissional (Helmer; Gentili, 2016). A partir desses achados, o trabalho aponta limitações no funcionamento da política e resultados aquém dos objetivos propostos, como a transformação social e a mudança nas condições de vida. Apesar disso, as autoras defendem a ampliação do número de atendimentos e a construção de novos centros, mesmo apontando que a política é permeada por aspectos negativos. Ressaltamos, contudo, que o trabalho não abarca a questão da segurança pública, temática indispensável para a compreensão do objeto.

Em oposição, o artigo de Motta (2016) aborda explicitamente a relação entre o CRJ e a segurança pública, aprofundando, de forma crítica, a discussão sobre a gestão da pobreza nas periferias, especialmente quando seus moradores são percebidos como suspeitos e indesejáveis, o que resulta em intervenções seletivas e violentas por parte do aparato policial. A autora analisa o CRJ Cidade de Deus, no Rio de Janeiro (RJ), que, de modo similar ao que vem sendo realizado no ES, oferece cursos, atividades esportivas e culturais a jovens em comunidades consideradas de baixa renda. O diferencial dessa política instituída no estado carioca reside no fato de que quase metade dos cursos ofertados é ministrada por policiais vinculados ao batalhão da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) da Cidade de Deus. Motta (2016) reflete sobre a relação entre uma política pública da área social e uma política de segurança pública, destacando como essa lógica reforça a associação entre violência e pobreza. Segundo a autora, no caso do RJ, essa associação entre violência e determinados territórios da cidade é forte e, desde a década de 1990, consolidou-se no imaginário social a representação da cidade como um espaço permanentemente em guerra, em decorrência do aumento nos índices de crimes violentos.

O artigo indica a “[...] lógica que pensa a pobreza (tratada na chave de problemas sociais) não apenas relacionada à violência, mas como a causa central dela” (Motta, 2016, p. 93). Nessa perspectiva, os jovens que sobrevivem nas periferias brasileiras são vistos como potencialmente perigosos e, ainda, colocados no papel de agentes da violência. Em suma, identificamos uma política que visa promover o controle dos jovens das classes populares, uma vez que, na lógica da segurança pública, eles precisam ser monitorados e pacificados em função dos riscos que supostamente podem oferecer à sociedade e, principalmente, aos chamados “cidadãos de bem”. Essa abordagem, baseada em medidas conjuntas de consenso e coerção, perpetua uma visão

preconceituosa da classe trabalhadora e negligencia as causas subjacentes e estruturais da violência.

No campo da Psicologia Social, Santos (2018), em sua dissertação de mestrado, buscou compreender a relação entre ativismo juvenil e políticas públicas de juventude a partir da análise do processo de implementação do CRJ em Belo Horizonte (BH), no período de 2006 a 2016. O autor desenvolveu a pesquisa por meio de levantamento documental, observação participante e entrevistas semiestruturadas. Com base nas informações coletadas, a ideia do CRJ-BH emergiu como proposta de política pública na 3ª Conferência Municipal de Juventude, realizada em 2006. A partir desse momento, a gestão municipal da capital mineira passou a incentivar a participação popular por meio dessas conferências.

Inicialmente, não houve diálogo efetivo entre a Prefeitura de Belo Horizonte e os representantes juvenis, que há tempos demandavam um espaço para debater suas vivências e participar de coletivos, atividades, cursos e oficinas. Em paralelo, no Brasil, começavam as iniciativas em âmbito federal de promoção de políticas de juventude, com a criação do Plano Nacional da Juventude⁹. Ademais, a Emenda Constitucional n.º 65/2010¹⁰ foi essencial para promover os interesses da juventude, ao alterar o texto do artigo 227 da Constituição Federal, passando a incluir a palavra “jovem” no documento.

Nesse contexto, foi por meio das ocupações em 2016 — quando ativistas ocuparam o prédio do CRJ-BH — que o espaço passou a funcionar efetivamente, uma vez que já estava estruturado, mas sem funcionamento. A partir dessas mobilizações, ocorreu a consolidação do comitê gestor e do projeto conceitual do centro. Naquele período, Belo Horizonte foi palco de diversas ocupações em defesa da ex-presidenta Dilma Rousseff e por mobilizações contrárias aos cortes no financiamento da educação, o que impulsionou movimentos estudantis a ocuparem escolas e universidades em diversas cidades do país.

⁹ A ideia da criação do Plano Nacional da Juventude nasceu com a instituição de uma comissão especial destinada a acompanhar e a estudar propostas de políticas públicas para a juventude, criada por ato da Presidência da Câmara dos Deputados, em 7 de abril de 2003, por solicitação de parlamentares de diversos partidos políticos. Entre os objetivos destacam-se: 1) Incorporar integralmente os jovens ao desenvolvimento do país, por meio de uma política nacional de juventude voltada aos aspectos humanos, sociais, culturais, educacionais, desportivos, religiosos e familiares; e 2) Construir espaços de diálogo e convivência plural, tolerantes e equitativos, entre as diferentes representações juvenis (PL n.º 4.530/2004).

¹⁰ O Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal passou a denominar-se *Da família, da criança, do adolescente, do jovem e do idoso* e a vigorar com a seguinte redação: “Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (Brasil, 2010).

Em síntese, o trabalho de Santos (2018) nos auxilia a entender o histórico de luta dos jovens e evidencia que as demandas por melhores condições de vida por parte das juventudes brasileiras não são recentes. Entretanto, o estudo não problematiza o conteúdo da política e desconsidera as intenções ocultas que aparecem de forma implícita nos discursos documentais, o que revela uma lacuna analítica, especialmente no que se refere aos interesses dos grupos dominantes na gestão desses espaços. O autor enfatiza a importância do ativismo juvenil para a concretização do CRJ-BH e defende que o local se viabilizou em razão do conflito estabelecido entre o poder público e as movimentações juvenis. Embora reconheça a capacidade de articulação da juventude trabalhadora em defesa de suas demandas, Santos (2018) não indica como essa mesma capacidade tem sido alvo de tentativas de desorganização política e minada por ações governamentais, entre as quais se insere o próprio CRJ.

O CRJ-BH também foi analisado em trabalhos acadêmicos sob a perspectiva da Administração Pública. Neves e Brasil (2022) apoiaram seu trabalho na teoria democrática contemporânea para apresentar os processos de inovação institucional impulsionados pelas juventudes desde a criação do CRJ-BH. Segundo as autoras, o CRJ tem como missão construir “um espaço e política pública de referência para as juventudes de BH quanto à defesa de seus direitos, com foco interseccional nas vulnerabilidades que acometem as juventudes” (PBH, 2022). Neves e Brasil (2022) defendem que o CRJ representa para os jovens um símbolo de luta e resistência, em função das disputas travadas entre 2006 e 2017, além de caracterizá-lo como um equipamento de suporte aos jovens na realização dos seus primeiros trabalhos, na sua formação complementar e no incentivo ao ingresso à universidade.

Todavia, encontramos uma discussão limitada em torno do tipo de formação educativa, cultural e profissional que esses jovens têm recebido no CRJ-BH. O conteúdo das oficinas, cursos e discussões restringe-se à visão do centro como um local de inovação social, pautado pela oferta de “programação gratuita e de qualidade para os jovens de periferia, muitas vezes com auxílio de vale social e lanche para garantir mínimas condições de participação” (Neves; Brasil, 2022, p. 16), aspecto considerado pelas autoras como diferencial da gestão do CRJ. Em contrapartida, entendemos que tais espaços se limitam a uma perspectiva assistencialista, voltada a afastar os jovens das ruas por meio de soluções superficiais. Sob uma ótica administrativa, as autoras defendem o CRJ como um espaço capaz de articular inovação social e institucional pela gestão compartilhada pautada na participação social. No entanto, apesar de reconhecerem as lutas realizadas pela juventude pela conquista do equipamento público, como o CRJ, não encontramos uma perspectiva crítica em relação à política no texto. Pelo contrário,

identificamos uma defesa do vínculo com as ONGs que, junto com universidades e grupos artísticos, fazem parte de uma “curadoria colaborativa”.

O artigo *O território e a prática da terapia ocupacional social em direitos humanos: reflexões a partir do Centro de Referência das Juventudes* contempla os conceitos de território, direitos humanos e terapia ocupacional a partir das experiências de um CRJ localizado no bairro São Pedro, em Vitória. O bairro é conhecido pelos altos índices de violência, criminalidade e tráfico de drogas, além de ser marcado pelo extermínio de jovens negros (Borges *et al.*, 2023). Segundo Borges *et al.* (2023), a localidade revela as desigualdades sociais que permeiam muitas áreas urbanas no Brasil. A associação do bairro à violência e à criminalidade aponta para o estigma que recai sobre seus moradores, sobretudo os jovens negros, que frequentemente recebem um atestado de periculosidade. Os pesquisadores chamam a atenção para o aumento previsto no número de CRJs, dado que, nos próximos dez anos, o governo estadual pretende implementá-los em todos os municípios do estado, nos territórios que compõem o programa Estado Presente. Para os estudiosos, a terapia ocupacional insere-se como uma profissão estratégica nessa política, atuando em defesa dos direitos humanos e contribuindo para a ampliação de espaços de pertencimento juvenil e a transformação dos territórios.

O trabalho de Borges *et al.* (2023) contribui para a reflexão acerca das possibilidades de melhoria para as condições de vida da juventude. Contudo, a criação de uma política pública destinada à juventude, por si só, não se sustenta. Há políticas que podem ter sucesso na crueldade, visto que toda política é resultado de uma correlação de forças. Em geral, as políticas sociais possuem uma face humanitária, mas podem promover um consenso de forma violenta e cruel. Desse modo, o texto evidencia as dinâmicas de segregação socioespacial, pois o uso do território também ocorre de forma desigual na sociedade de classes. Nesse sentido, apontam para uma política territorializada, que atua em locais específicos, para um público-alvo determinado. Em síntese, os autores apontam que, historicamente, os jovens foram concebidos como delinquentes e tutelados pelo Estado. Para nós, não existe mudança no que diz respeito à necessidade de tutela pelo aparelho estatal. O que se observa é a continuidade de ações estatais por meio de políticas que permanecem a deixar a juventude trabalhadora refém da miséria.

Por último, na área de segurança pública, Baitela (2024) investiga a implementação do CRJ em Cachoeiro de Itapemirim (ES). O município foi incluído na lista de cidades prioritárias do programa Estado Presente por causa da concentração de violência na região (Baitela, 2024). A autora realizou um trabalho descritivo sobre o perfil da juventude atendida pelo CRJ, bem como traçou um panorama das atividades desenvolvidas no espaço. Baitela (2024) afirma que a

política tem atingido seu público-alvo, mas pondera que ainda é cedo para avaliar sua eficácia na prevenção da violência, uma vez que tal análise requer acompanhamento contínuo.

A autora aponta semelhanças entre os CRJs do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte, considerando a faixa etária dos frequentadores, a oferta de atividades gratuitas e a situação financeira das famílias, que, em sua maioria, não ultrapassa um salário mínimo, o que manifesta um padrão consistente. Destaca, ainda, as atividades desenvolvidas pelo CRJ no Espírito Santo, a partir da análise dos cartazes de divulgação em redes sociais. Entre essas atividades, estão rodas de conversas sobre como começar a empreender e oportunidades de ingresso no mercado de trabalho. Baitela (2024) defende que as atividades oferecidas pelo CRJ buscavam atender às diversas necessidades e interesses dos jovens.

No entanto, consideramos que essa leitura positiva da autora compromete uma análise concreta acerca do que tais atividades pretendem, de fato, promover para os jovens. Sob uma perspectiva crítica do incentivo ao empreendedorismo no CRJ, o que pode parecer uma oportunidade para solucionar os problemas dos jovens que precisam trabalhar converge com um projeto de negação da formação omnilateral, em favor de uma formação técnica (ou, mais precisamente, socioemocional) voltada para a técnica, no sentido restrito, para e/ou no trabalho. Do mesmo modo, “[...] o ensino do empreendedorismo é uma forma de gestão da pobreza não apenas pelo trabalho compulsório, mas também pelo disciplinamento a uma nova ordem do capital” (Catini, 2020, p. 66).

Além de impor limites formativos sob a justificativa de que resolveria a lacuna do desemprego estrutural que acomete a juventude brasileira, o “empreendedorismo social” tem operado no sentido de adaptar os jovens que vivem em condições de expropriação ambientados a trabalhos precarizados e desprovidos de direitos. Por isso, a proposta configura-se como uma forma de disciplinar a população jovem para aceitação das condições de trabalho contemporâneo. Outrossim, busca adaptá-los a um sistema em que a pobreza e a precariedade são normalizadas, por meio da corrida pela inserção autônoma na economia de serviços uberizados, intermitentes e por contratos de ocasião.

Em resumo, o trabalho de Baitela (2024) aponta o CRJ como um local de inclusão social e desenvolvimento pessoal da juventude, concebendo-o como expressão do compromisso do Estado com o investimento no futuro. A autora interpreta o ambiente como propício para o crescimento e o progresso dos jovens, o que revela uma visão ingênua e carente de aprofundamento crítico do que, de fato, o CRJ tem realizado na prática cotidiana, ao sugerir ser capaz de transformar vidas.

Traçando considerações mais gerais sobre esses primeiros trabalhos mencionados, a busca pelo termo “Centro de Referência das Juventudes” evidenciou os modos pelos quais o objeto de pesquisa desta dissertação vem sendo abordado em diferentes áreas. Os estudos analisados indicaram problemáticas em torno das políticas públicas para as juventudes, a partir da atuação do CRJ. Ainda que de maneira indireta, após a leitura desses trabalhos, conseguimos entender o CRJ como um espaço de disputa política. Nesse horizonte, constatamos uma divisão de abordagens: de um lado, um único estudo orientado por um viés crítico da política; de outro, predominam análises que sustentam a ideia de que a política do CRJ precisa ser mais eficiente e reformulada, porém sem questionamentos aprofundados. Tais análises reforçam uma visão otimista e defensiva acerca da atuação dos centros e se afastam do nosso propósito ao nos debruçarmos sobre o objeto.

No que se refere à pesquisa “Centros de Juventude” na BDTD e no portal de periódicos da Capes, selecionamos dois trabalhos. O primeiro, *Centro da juventude em foco: discursos e ações*, de Marinho e Lopes (2019), dedicou-se à análise do perfil do público atendido pelo CJ da cidade de São Carlos (SP), desde sua inauguração, no final de 2008, bem como às atividades propostas e à sua dinâmica institucional. O CJ configura-se como um equipamento social voltado à população juvenil da região sul de SP, avaliada como um dos maiores bolsões de pobreza, com demandas significativas relacionadas ao acesso da população a serviços públicos e bens sociais.

As pesquisadoras indicaram que jovens de grupos populares no Brasil enfrentam obstáculos nos processos de integração social, seja em razão do recorte de classe, seja da faixa etária. Tal realidade demanda portanto, ações voltadas à ampliação do acesso ao sistema educativo, às oportunidades de trabalho e ao combate das distintas formas de violência. Assim como o CRJ do Espírito Santo, o CJ de São Carlos foi viabilizado por meio de financiamento internacional vinculado ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A justificativa para sua implementação esteve associada às condições precárias da vida no bairro Jardim Gonzaga e à preocupação, de alcance nacional, com os chamados “jovens problemas”, compreendidos como sujeitos que necessitam de cuidado, ocupação, limites e disciplina. Essa formulação sinaliza a influência do BID em várias regiões do Brasil, enquanto ator relevante na formulação de políticas públicas de segurança, em projetos sociais, reformas educacionais e políticas da área educacional.

Marinho e Lopes (2019) verificaram problemas relativos às atividades previstas para o CJ. Em primeiro lugar, apontaram que a equipe de gestão sustentava uma visão preconceituosa sobre

os jovens e adolescentes daquela região expropriada da cidade de São Carlos. Ademais, a cada novo mandato político da cidade, estabeleciam-se novas prioridades e alvos de intervenção. Para as autoras, isso “implica nas consequências dos valores éticos e políticos de cada gestão, além de produzir um constante começo e recomeço, que, de certa forma, interrompe a construção linear do trabalho” (Marinho; Lopes, 2019, p. 500). Por outro lado, os jovens do bairro demonstravam resistência em ocupar o novo espaço, visto que a mediação com esse público configurava uma dificuldade para a equipe. Entre os empecilhos, destacava-se a exigência de apresentação da carteira de identificação para acesso às dependências e às atividades do CJ, além da necessidade de apresentação de fotografia e do agendamento de exame médico. Segundo as estudosas, tais situações contribuiriam para explicar a ausência e/ou o não acesso da juventude ao projeto. O espaço ofertava cursos técnicos profissionalizantes, como operador de caixa e vendedor para varejo, além de outros voltados à área de serviços, como garçom, pizzaiolo e auxiliar de cozinha.

Marinho e Lopes (2019) concluíram que, embora o discurso institucional seja direcionado à juventude, o CJ não a tem como foco exclusivo, já que recebe um percentual significativo de pessoas pertencentes a outras faixas etárias, como crianças e idosos. Ao correlacionarem faixa etária o gênero, as autoras verificaram que o número de garotas frequentadoras era inferior ao de garotos, o que indica o maior controle exercido pelas famílias sobre as meninas, bem como a sobrecarga de tarefas desenvolvidas por elas no contraturno escolar, o que torna escassa sua presença em espaços públicos. Esse envolvimento precoce com o trabalho de reprodução social — condição necessária para o funcionamento do modo de produção capitalista (Vogel, 2013) — evidencia como a divisão sexual do trabalho incide sobre as mulheres desde a infância e/ou juventude. Ao mesmo tempo, essa realidade tensiona o debate sobre os “jovens nem-nem”, frequentemente associados, de forma pejorativa, à ociosidade e à improdutividade, como se essas questões complexas resultassem de desvios de condutas por estarem fora das escolas, das universidades e/ou do mercado de trabalho formal. Contudo, nem sempre o trabalho que esses jovens desempenham é reconhecido como tal pelas estatísticas oficiais. O trabalho doméstico e de cuidado realizado pelas mulheres é um exemplo disso, frequentemente naturalizado como ato de amor na sociedade patriarcal, machista e misógina. Desse modo, esse tipo de trabalho é ocultado, invisibilizado e desvalorizado levando, por vezes, as mulheres a vivenciarem triplas jornadas de trabalho.

Ademais, as autoras criticam o fato de o discurso da política apontar para o CJ como um espaço destinado à juventude, enquanto, na prática, esse grupo não seja o principal usuário das

atividades propostas. Embora reconheçam que a desigualdade social interfere no acesso dessa juventude marginalizada a bens sociais, como a educação, a cultura e o lazer, o artigo não aprofundou essa discussão, elemento que, para nós, ajuda a entender por que a juventude das periferias se constitui o principal alvo de políticas e projetos sociais.

O segundo escrito selecionado a partir do descritor “centros de juventude”, de autoria de Stockmanns, Bianchi e Pereira (2017), debate sobre o CJ com amparo no projeto “Leitura construindo a cidadania: possibilidades e desafios”. Trata-se de um projeto de extensão universitária desenvolvido em um CJ, em parceria com o Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas, de forma interdisciplinar, envolvendo uma equipe das áreas de Letras e Pedagogia. No estudo, os autores afirmam que o projeto contribuiu para o estímulo à leitura por meio de atividades variadas, abrindo novos horizontes para a vida e para a formação dos jovens. Visara, do mesmo modo, estimular a autoestima, valorizar habilidades e competências e promover a inclusão nas ações da sociedade local (Stockmanns, Bianchi e Pereira, 2017).

A valorização de habilidades e competências, temática recorrente no campo educacional, suscita inquietações importantes, visto que a promoção dessas categorias secundariza o pleno desenvolvimento do sujeito e desconsiderando a formação para o gênero humano. Um trabalho voltado à leitura, fundamentado prioritariamente nesses elementos, corre o risco de negar aos estudantes o direito de experienciar a literatura como manifestação artística e um bem imaterial. Além disso, pode gerar a ausência de um trabalho consistente com o texto literário, ao privilegiar abordagens alinhadas aos princípios neoliberais. O viés das competências determina uma proposta pedagógica¹¹ apoiada em aproximações com as demandas do mundo do trabalho contemporâneo, o que prejudica a formação dos alunos.

Por isso, no trabalho de Stockmanns, Bianchi e Pereira (2017), encontramos uma valorização da educação não formal por meio da atuação do CJ. No texto das estudiosas, a educação não

¹¹Phillipe Perrenoud (2005) é um dos grandes propositores e divulgadores da abordagem da pedagogia das competências e suas obras têm grande receptividade entre os formuladores de políticas educacionais no Brasil. Por certo, tem grande expressão no documento da BNCC-EM e, por conseguinte, influencia na produção dos currículos das escolas brasileiras. Trata-se de uma tendência que não está restrita à escola, mas que abarca a relação com o emprego e as diversas práticas sociais pelas quais as pessoas se educam. Para Ramos (2012), a emergência da pedagogia das competências é acompanhada de um fenômeno observado no mundo produtivo de eliminação de postos de trabalho e redefinição de seus conteúdos à luz do avanço tecnológico. Esse movimento ganha sentido com a correspondência entre escola e empresa, visto que as competências a serem desenvolvidas nos ambientes escolares e não escolares se aproximam em larga medida das demandas do mercado de trabalho mais precarizado. Nesse sentido, na contramão do movimento científico de compreensão do real, uma vez que nega a ideia de “transmissão do conhecimento”, a pedagogia das competências reconfigura o papel da escola, uma vez que a prioridade passa a ser o desenvolvimento de competências fundamentais para “a vida”, para essa vida que a valorização do valor demandada de nós, o que desloca a função escolar e do conhecimento, tornando-o simples ferramenta, um recurso capaz de “[...] preparar os indivíduos para a adaptação permanente ao meio social instável da contemporaneidade” (Ramos, 2012, p.539).

formal é considerada uma possibilidade de produção de conhecimento e traduz um papel indispensável para a formação humana. Em oposição, discordamos dessa abordagem idealizada da educação não formal, que, sob o foco da cidadania e da flexibilização, substituiu a educação popular e o seu fundamental papel de formação política.

Para compor este balanço de literatura, também selecionamos três trabalhos que tratam de políticas públicas e projetos voltados à juventude no Espírito Santo: duas dissertações e um artigo. Nesse conjunto, abordamos a pesquisa de Taquetti (2010), que tem como recorte a capital Vitória no período de 2005 a 2010. Em primeiro lugar, a autora assinala que, durante o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (FHC), o Brasil vivenciara uma mudança no enfoque das políticas públicas, com ampliação de iniciativas governamentais direcionadas à juventude. Tais ações ocorreram, principalmente, em parcerias com governos estaduais, municipais e organizações da sociedade civil. No contexto do CRJ, esse cenário continua similar, uma vez que a gestão dos centros implementados no território capixaba é realizada por OSCs.

A autora salienta, ainda, que a relação entre juventude e problema social é histórica, atribuída, em grande medida, às dificuldades de inserção juvenil no mercado de trabalho. Nesse sentido, a ideia de qualificação profissional é concebida pelas políticas públicas como uma possível porta de saída da pobreza e de acesso ao trabalho. No entanto, embora essas políticas sejam anunciadas como soluções, elas nem sempre são capazes de responder de forma eficaz às necessidades reais da juventude.

Desde 2002, Vitória conta com uma organização político-administrativa direcionada à implementação de ações destinadas ao público adolescente juvenil. A estudiosa identificou 26 ações, projetos, programas espaços direcionados a esse público, executados até 2010 pela Prefeitura Municipal de Vitória, entre iniciativas federais e municipais. O CRJ foi uma dessas ações, implementada sob a gestão da Secretaria de Assistência Social. O modelo de gestão adotado estabelece vínculos entre os setores público e privado, por meio de convênios com ONGs, além de incorporar o viés da cultura e da arte como estratégias de promoção social da juventude. Para o desenvolvimento do CRJ, a equipe responsável realizou uma pesquisa sobre experiências similares em outras regiões do país. Nesse contexto, em 2006, a equipe da Gerência de Juventude (GJUV) visitou dois espaços localizados em São Paulo.

Por meio de entrevistas semiestruturadas, a autora identificou que a prevenção à violência passou a integrar o escopo de indicadores considerados na proposta de criação do CRJ, visto que o espaço deveria oferecer atividades culturais e ocupar o tempo considerado ocioso dos

jovens por meio de atividades de cunho cultural. Taquetti (2010) aponta que, no período de escrita da dissertação, Vitória figurava entre as capitais mais violentas do país. No que se refere à violência juvenil, trata-se de um fenômeno que atinge de maneira significativa os jovens residentes das áreas periféricas da cidade. A questão é complexa, pois envolve fatores sociais, econômicos e históricos que contribuem para a produção desse cenário de violência. Assim, tanto o Comitê de Política Social (CPS) quanto a Câmara Técnica de Juventude (CTJ) emergem a partir de uma concepção da juventude como um problema a ser combatido (Taquetti, 2010).

Em síntese, a autora busca compreender a política social no interior do Estado capitalista. Para tanto, considera que é a partir do agravamento das condições de vida das populações, sob ebulição da perspectiva neoliberal, que as políticas sociais latino-americanas são delineadas para setores específicos da sociedade, “[...] mas sem perder de vista seu caráter político ideológico de submissão ao capital” (Taquetti, 2010, p. 35).

Outro trabalho que contribuiu para o entendimento das políticas de juventude no Espírito Santo foi desenvolvido por Valadão (2013), que caracterizou as ações governamentais destinadas à juventude entre 15 e 29 anos no âmbito estadual, com apoio na teoria social de Marx. Para isso, a autora evidenciou a situação juvenil como expressão da questão social, com ênfase na crise do capital e nos impactos da produção capitalista sobre as condições de vida dos jovens brasileiros.

Logo no primeiro capítulo da dissertação, a contrarreforma do Estado brasileiro assume destaque. A pesquisadora aborda a implementação do projeto neoliberal no país a partir do governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992). Segundo ela, o que restou às políticas sociais foi a intensificação de seu caráter seletivo, privatizante e descentralizado. Valadão (2013) aponta, ainda, a continuidade desse projeto nos governos posteriores, especialmente nos dois mandatos de FHC (1995-2002), período marcado por forte apelo às reformas.

Nesse contexto, “[...] com a implementação do Plano Real, a lógica de valorização e a política econômica do capital financeiro se impuseram de forma cabal, dando continuidade ao programa Collor” (Valadão, 2013, p. 51). No primeiro governo Lula (2003-2006), a autora assinala que houve o “[...] prosseguimento à política econômica implementada pelo Governo FHC, combinando uma política econômica (fiscal, monetária e cambial) ortodoxo-neoliberal com uma política comercial externa mais agressiva” (Valadão, 2013, p. 53). A estudiosa destaca a continuidade dessa lógica na área social, na qual o combate à pobreza ganha destaque por meio dos programas de transferência de renda que cumprem, sobretudo, uma função amortecedora de tensões sociais (Valadão, 2013).

Acerca da trajetória das políticas públicas para a juventude no ES, a autora analisa duas iniciativas, com foco em sua caracterização e perfil: o programa Rede Cultura Jovem e o Projeto de Valorização da Juventude Rural. Tais iniciativas foram implementadas de forma tardia, uma vez que emergiram a partir da I Conferência Estadual de Políticas Públicas para a Juventude, realizada em 2008.

Um primeiro ponto que merece destaque remete à ausência de estudos prévios sobre as condições de vida, necessidades e demandas da juventude capixaba. Tal lacuna compromete a identificação fiel das demandas reais e complexas desse público. Além disso, a autora aponta que as políticas destinadas aos jovens se concentravam nas Secretarias de Estado da Cultura e da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (SEAG), “[...] áreas que de maneira geral não desenvolvem ações com foco prioritário na juventude” (Valadão, 2013, p. 98). Assim, a formação educacional não figurava como prioridade no âmbito das políticas públicas destinada aos jovens.

No que se refere aos tipos de atividades desenvolvidas, foram observadas semelhanças com aquelas implementadas no CRJ. Trata-se, majoritariamente, de ações relacionadas ao aporte técnico e financeiro, à qualificação social e/ou profissional e a atividades socioculturais. Mais uma vez, são iniciativas governamentais que oferecem, de um lado, uma formação geral com foco na cidadania e, de outro, uma formação orientada ao aprendizado de habilidades articuladas ao mundo do trabalho. Contudo, essa formação, mediada por uma educação não convencional, assume o “[...] fetiche da capacitação para um mercado de trabalho com poucas oportunidades, sem propor qualquer caminho de questionamento à realidade social” (Valadão, 2013, p. 104), como é próprio do Estado burguês.

Em síntese, o trabalho de Valadão (2013) apresenta um cenário de exposição acerca das políticas sociais para as juventudes no Espírito Santo. A autora salienta que tais políticas tendem a abranger todas as faixas etárias, com poucas ações específicas para a juventude, o que constitui uma reivindicação constante no cerne das políticas públicas, ainda que esse não represente o principal problema a ser debatido. Ela reconhece os jovens como protagonistas do processo de desenvolvimento do Estado; contudo, não enxergamos um entendimento sobre como o Estado burguês tem utilizado as políticas sociais para privilegiar um público específico: a classe dominante.

Por sua vez, Oliveira (2023) revelou aspectos sobre projetos governamentais destinados à juventude em territórios considerados vulneráveis. A autora enfatiza o projeto Proteção de Jovens em Território Vulnerável, implementado em 2019 no bairro Jardim Carapina, município

da Serra, localizado na periferia da RMGV, no ES. O projeto foi estruturado com base nas premissas da “segurança cidadã”, com o objetivo de prevenir a violência que atinge os jovens nas periferias urbanas por meio de ações sociais e promoção da cidadania.

No entanto, a análise das experiências vividas pelos jovens participantes do projeto revela uma contradição entre os objetivos anunciados pela ação municipal e a execução das práticas do projeto. Oliveira (2023) define essa desconexão como uma “pedagogia da precariedade”, conceito que expressa a inadequação das práticas implementadas em relação às necessidades reais da população jovem, resultando em experiências que não atendem efetivamente os jovens moradores das periferias.

De maneira similar, a historiadora Virgínia Fontes utiliza o termo “pobretologia”, palavra-chave utilizada desde a década de 1960 pelo Banco Mundial, durante a gestão de Robert McNamara (1968-1981). Nesse contexto, os riscos da pobreza passam a ocupar lugar de destaque, porém longe do debate sobre as classes sociais. Concebida como uma ameaça à segurança do capitalismo, a pobreza tem sido gerida com foco em programas e políticas por diferentes governos, como Comunidade Solidária (FHC), Bolsa Família (Lula/Dilma) e Renda Brasil (Bolsonaro). Consideramos que tais ações governamentais garantem a dominação da burguesia sobre as grandes massas, impedindo as lutas populares, ao não enfrentarem a produção de desigualdade, apagando a identidade de classe com falsas soluções que escondem as raízes dos problemas sociais.

Nesse sentido, a pobretologia constitui uma das formas de luta da classe dominante contra a classe trabalhadora. Cabe pontuar que essa lógica se expressa nos componentes curriculares introduzidos pelo Novo Ensino Médio, especialmente para jovens que frequentam escolas que atendem às populações que mais sofrem a violência de Estado, uma vez que elas estavam propícias “[...] a aderir a itinerários ligados diretamente ao ensino técnico e profissional de menor envolvimento científico possível” (Chaves; Lima, 2022, p. 550).

O projeto analisado por Oliveira (2023) segue a lógica do CRJ ao oferecer atividades socioeducativas nas áreas de educação, profissionalização, cultura, esporte, lazer e geração de trabalho e renda, na tentativa de evitar que a juventude seja alocada no mundo do crime. Na concepção de Oliveira (2023), a prevenção da violência juvenil tem sido pensada na chave da educação, de modo que a oferta de cursos e oficinas para jovens “pobres” passa a ser entendida como estratégia de prevenção à violência. No contexto das periferias urbanas, a pesquisadora aponta que as ações sociais emergem como complementares às ações policiais repressivas.

As entrevistas realizadas com os jovens participantes revelaram diversos problemas no desenvolvimento do projeto, entre eles a superficialidade dos conteúdos abordados nas oficinas e cursos, que não formam o jovem em área alguma (Oliveira, 2023). Essa fragilidade sugere que, embora o projeto apresente um discurso revestido de uma aura positiva de promoção da cidadania e prevenção à violência, sua execução assemelha-se a um projeto “pobre para os pobres”, evidenciando a contradição entre a realidade e a retórica da “segurança cidadã” e da consequente prevenção social da violência.

O estudo de Oliveira (2023) tece uma crítica aos programas sociais classificados como preventivos, ao evidenciar a lógica de tutela que recai sobre os indivíduos das periferias, na intenção de evitar ações consideradas ilícitas. O discurso de promoção da cidadania também é problematizado, na medida em que, na prática, funciona como compensação frente à precariedade dos serviços públicos destinados às classes populares, revelando o distanciamento entre a realidade vivida e o discurso dos direitos sociais e da cidadania.

Diante do exposto, notamos que uma parcela significativa das produções acadêmicas selecionadas se concentra na descrição, avaliação e identificação de aspectos que precisariam ser ajustados para a melhoria das políticas para as juventudes. Reconhecemos que tais estudos contribuem para a compreensão das práticas governamentais destinadas à juventude trabalhadora. Contudo, discordamos das abordagens que mantêm o debate circunscrito à lógica do próprio aparelho estatal, como se fosse da sua natureza propor medidas em prol de organizações classistas no campo do trabalho, ainda que, mesmo nesse campo, não possam ser apagadas as contradições e tentativas de sobrevivência da própria classe que por vezes modificam parte delas.

Nesse sentido, ultrapassar a defesa do reformismo institucional e reconhecer seus limites na realidade concreta é fundamental para a compreensão do objeto de pesquisa. Por certo, nosso objetivo é questionar quem define as demandas das juventudes populares, com quais interesses, sob quais marcos ideológicos e com quais efeitos sobre a formação dos jovens. Posto isso, propor correções pontuais nas políticas existentes tem se mostrado uma solução superficial e genérica frente às demandas históricas da juventude trabalhadora. É necessário que as pesquisas auxiliem a revelar as contradições estruturais na sociedade de classes, de forma a não legitimar os modos de gestão da pobreza praticados pelo Estado, mas desnaturalizá-los, apontando para a necessidade da formação humana e política para a luta de classes.

3 ELEMENTOS PARA A COMPREENSÃO DO OBJETO

Neste capítulo, apresentamos a política do Centro de Referência das Juventudes (CRJ) no Espírito Santo, com foco nas principais atividades e serviços, a fim de expor a estrutura organizativa desses espaços. Em seguida, mostramos a relação do CRJ com o programa Estado Presente, apontando o vínculo estratégico que articula educação e segurança pública. Posteriormente, mapeamos as OSCs responsáveis pela gestão dos Centros e, por fim, tratamos do público alvo da política em tela.

3.1 CENTROS DE REFERÊNCIA DAS JUVENTUDES

Nesta subseção, apresentamos a estrutura organizacional dos CRJs, com foco nos núcleos e eixos que compõem suas ações. A partir da análise das atividades desenvolvidas nesses espaços, buscamos entender de que forma essa política voltada à juventude trabalhadora tem se concretizado nos territórios periféricos da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) e em municípios do interior do ES. A estrutura dos CRJs é organizada por meio de núcleos e eixos de trabalho. Esses dois elementos referem-se à oferta de serviços e atividades específicas, definidas de acordo com as demandas da juventude de cada local e com a orientação da OSC responsável pela gestão do espaço. A seguir, observamos os números mais recentes referentes aos atendimentos realizados nos espaços dos CRJs. Em 2025, foram contabilizados mais de 156 mil atendimentos nas diferentes áreas que a política pretende abarcar, como educação, trabalho, acolhimento, lazer, esporte e capacitação. Esses números também indicam a amplitude da política ao longo de quatro anos de implementação enquanto política estadual.

Figura 1 – Cartaz de divulgação dos números de atendimentos realizado em 2025



Fonte: Instagram @crjvitoria (2025).

Um dos núcleos de trabalho presente no CRJ é o Núcleo Socioafirmativo e de Acesso, que congrega os seguintes eixos: a) Cola Aê; b) Fortalece Família; e c) #FicaADica. Os nomes adotam uma linguagem jovial como estratégia de aproximação com o público-alvo da política. Esse núcleo é composto por serviços voltados à promoção da convivência cidadã, pautada nos direitos humanos, tendo como princípios o respeito e a colaboração mútua. A intenção é que o CRJ seja reconhecido como um local que atenda às diversidades e acolhe diferentes culturas. É nesse núcleo que se desenvolve o trabalho dos profissionais de articulação, responsável pelo mapeamento e pela busca nos territórios, a fim de divulgar a política entre os jovens das comunidades. Os articuladores contratados para intermediar e promover as atividades nos CRJs advêm do próprio território, sendo, em geral, lideranças da juventude que já desempenhavam possíveis frentes organizativas locais e que passam a realizar as atividades de mobilização, a serviço dos Centros, por meio de contratos de assalariamento. Tal requisito está previsto tanto nos editais de contratação quanto no próprio documento de metodologia da política, que estabelece como critério: “jovem morador do território de implantação do CRJ, com ensino médio completo, preferencialmente participante de coletivos e/ou movimentos de juventudes” (Espírito Santo, 2022a, p. 33).

Trata-se de uma dimensão central para a compreensão da lógica de funcionamento da política. O requisito indica a necessidade de aproximação entre o CRJ e a juventude que participa ativamente de frentes organizativas por meio da atuação em movimentos sociais e/ou coletivos nas periferias. Essa aproximação tem como um dos intentos a defesa e a crença no Estado pelos setores da juventude organizada. Para isso, os aparelhos privados de hegemonia realizam um papel fundamental ao dirigirem o conjunto de ações e desdobramentos da política, visto que enraizados na sociedade de classes, podem organizar setores das classes dominantes e das classes subalternas. Como observa Fontes (2018, p.221), tais aparelhos

[...] ligam-se direta ou indiretamente ao solo da produção, permitindo compreender como diferentes tendências e contradições são traduzidas em formas mais ou menos organizadas de cultura e de consciência e chegam a condensar-se como projetos políticos. Partindo das observações de Gramsci, é possível ir além e acompanhar o processo pelo qual do conflito e agregação entre aparelhos privados de hegemonia se cristaliza uma direção mais ou menos definida, que empolga e penetra o Estado e a partir dele se expande, conduzida como política pública através de suas agências.

Nesse sentido, a ampliação do Estado só é conveniente para os subalternos na medida em que eles conseguem conservar sua independência e autonomia de classe. De fato, a ampliação seletiva do aparelho de Estado burguês permite que os APHs passem a se localizar e ocupar espaços e posições privilegiadas em cargos de direção representados pelos seus intelectuais

orgânicos, por conseguinte, restringe à burguesia a participação no aparelho estatal. Desse modo, o Estado burguês ganha maior êxito ao absorver e institucionalizar elementos das lutas sociais. No caso do CRJ, a contratação de lideranças juvenis oriundas dos próprios territórios como articuladores locais não é uma escolha metodológica de aproximação comunitária tão somente, mas a expressão de um processo que visa à institucionalização e redirecionamento das lutas sociais em consonância com os interesses da classe dominante.

Acerca dos eixos, o Cola Aê oferece o atendimento inicial aos jovens, identificando suas primeiras demandas e realizando os encaminhamentos necessários para os demais núcleos e eixos de trabalho. Os serviços oferecidos englobam desde o empréstimo de equipamentos — como caixa de som, microfone, data show e notebook — até a concessão de passagens para cursos e eventos ou auxílio no transporte para participação nas atividades nos CRJs. Nesse eixo, observamos um panorama geral das propostas do CRJ direcionadas às juventudes. O documento que apresenta a metodologia do CRJ indica a realização de oficinas permanentes, desenvolvidas conforme as demandas identificadas pela equipe do Centro. Além disso, é pontuado o envolvimento do CRJ em outros projetos, como a Educação de Jovens e Adultos (EJA), o cursinho preparatório para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), Pré-ENEM, da Secretaria de Estado da Educação (Sedu), bem como cursinhos populares voltados ao ingresso na universidade e ao Instituto Federal do Espírito Santo (Pré-IFES). Essas atividades, contudo, ocorrem de forma esporádica, seja por meio de oficinas pontuais, seja ou por “aulões” preparatórios. No CRJ Feu Rosa, localizado no município da Serra, por exemplo, foram realizados cinco encontros durante o mês de outubro, com o foco na redação do Enem. Todavia, apesar do documento de metodologia da política mencionar essas iniciativas, observamos a ausência de informações mais detalhadas sobre o desenvolvimento, a continuidade e a sistematização desses cursos nos CRJs.

No início de 2025, o governo do Estado divulgou com grande louvor a notícia de que vinte e seis jovens frequentadores dos CRJs haviam sido aprovados em instituições de ensino superior. Desse total, dez ingressaram em universidades federais, sete no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes), oito em instituições privadas e dois em outras instituições que não obtivemos informações. Entretanto, parte desses jovens ingressaram no ensino superior por meio do Programa Nossa Bolsa, que destina recursos públicos estaduais a instituições privadas em troca de concessão de bolsas para estudantes da rede pública. As vagas podem ser ofertadas para o ensino presencial ou a distância, com bolsas integrais ou parciais. Desde sua implementação, em 2009, essa política tem assegurado a lucratividade das

instituições privadas no ES. Por consequência, conforme aponta Frois (2025, p. 155), “[...] solapa qualquer possibilidade de desenvolvimento de uma universidade pública estadual de qualidade”. Além disso, “[...] tendo em vista o domínio sobre um público popular aderente ao programa, conseguem vantagens na disputa das consciências e da força do consenso e, portanto, do senso comum” (Frois, 2025, p. 155).

Acresce que este é um movimento que não se restringe à esfera local: ao longo dos anos, a expansão de instituições de ensino superior privadas se consolidou como uma política de Estado, apoiada por sucessivos governos. O estudo de Seki (2020) sobre as transformações ocorridas no ensino superior brasileiro aponta que a entrada de grandes bancos e fundos de investimentos no setor ocorre desde o final da década de 1990. O trabalho indica que as disputas pelo fundo público em prol da acumulação de capitais foram ampliadas por meio de políticas e programas educacionais de caráter social, sobretudo. Os capitais do setor educacional privado se amparam na convicção de que “[...] podem ajustar a formação da maioria da força de trabalho às formas de consciência e aos requisitos técnicos e pragmáticos do atual padrão de acumulação capitalistas, incutindo valores — sobretudo morais” (Seki, 2020, p.307). Nessa conjuntura, o ensino superior privado no Brasil funciona à lógica de sua fase de oligopólios e a consequente participação destes no conjunto das políticas educacionais. Nessa relação, o Estado exerce um papel fundamental no direcionamento da mercantilização e privatização da educação.

Diante disso, entendemos que o CRJ integra um conjunto mais amplo de políticas estaduais no ES, que não se restringem apenas à área social, mas também educacional e de segurança pública. Essas políticas, ao mesmo tempo em que alcançam a aprovação dos sujeitos atendidos e da opinião pública, reproduzem um projeto de formação ajustado às necessidades de reprodução do capitalismo e de valorização do valor, reafirmando os limites de uma política que se propõe formativa, mas que permanece subordinada a um horizonte preponderantemente da subjetividade burguesa.

Nesse mesmo eixo, aparece o Circuito Formativo em Direitos Humanos (CFDH), que representa a centralidade do CRJ na política de Direitos Humanos. Esse circuito é composto por debates e diálogos, nos quais cada CRJ deve escolher um tema a ser trabalhado durante um mês. A metodologia da política indica que o CFDH deve ser:

Transversal no sentido de estar presente em todas as ações que o CRJ já desenvolve, fazendo referência ao tema do CFDH escolhido, sejam nas oficinas diversas ofertadas pelo CRJ, no tema da arte escolhido para exibição da tela de entrada do computador do CRJ, no produto das oficinas, entre outros. **Estrutural** no sentido de que o CRJ deve organizar mensalmente, para cada tema, atividades próprias sobre o tema do mês de referência do CFDH, organizadas somente para tratar de determinado assunto.

Essas atividades podem ser dentro do CRJ e também fora, em espaços parceiros do território, sejam projetos, escolas, por exemplo. A execução dessas atividades também pode ser feita pelos próprios profissionais do CRJ ou por parceiros identificados em entidades componentes da rede. Essas atividades podem ser rodas de debate, exibições de filmes, formações, oficinas específicas sobre o tema, entre outros (Espírito Santo, 2022a, p. 51-52, grifos do autor).

Ademais, as temáticas que poderão ser trabalhadas são:

1. desafios dos direitos humanos na contemporaneidade; 2. raça, etnia e direitos humanos; 3. população LGBTQIA+, direitos humanos e identidades; 4. violência contra as mulheres e relações de gênero; 5. juventude e questões geracionais; 6. pessoas com deficiência e direitos fundamentais; 7. saúde da juventude; 8. população em situação de rua, cultura e direitos; 9. sustentabilidade, meio ambiente e responsabilidades; 10. comunicação, mídia e fake news (Espírito Santo, 2022a, p. 52).

Com base no excerto acima, podemos afirmar que um dos pilares da política analisada é a incorporação de pautas consideradas progressistas aos seus eixos de trabalho. Não por acaso, essa incorporação vem acompanhada de uma forte ênfase às identidades, que acaba sendo muito funcional no processo de administração do capital e ampliação de sua base social. Nessa lógica, é como se as frações da classe trabalhadora não estivessem relacionadas internamente pelos seus elementos co-constitutivos. Em oposição, partimos do entendimento de que “[...] a multidimensionalidade da vida social não pode ser compreendida pressupondo-se que suas partes — as relações de classe, raça, gênero, sexualidade — sejam ontologicamente autônomas” (Ruas, 2020, p. 402). É com base nessa abordagem que Ruas (2025) defende a construção de uma teoria unitária capaz de obter uma melhor apreensão da categoria de totalidade social em Marx. A proposta consiste na afirmação de que relações sociais de opressão e dominação são inseparáveis das relações de produção em uma determinada sociedade, sob a consequência de enxergar a realidade com uma visão idealista, etapista ou fragmentada. Nessa abordagem, a dialética marxiana é o ponto de partida para a compreensão sobre o todo sem isolar ou subsumir as particularidades que o compõem, na tentativa de explicar a realidade e o desenvolvimento histórico em suas múltiplas dimensões e relações.

De igual modo, a teoria unitária torna-se fundamental para entender e explicar a sociedade burguesa enquanto realidade social dinâmica, constituída por múltiplas e complexas formas de interação social e em constante mutação. Nesse sentido, é necessário compreender para além das aparências e ver de forma integrativa, formativa ou constitutiva (unitária) o que geralmente vemos de forma separada. Em resumo, à luz do que foi exposto, o conjunto das relações sociais marcadas pela exploração, opressão, dominação e alienação integra uma mesma totalidade, determinada no curso da reprodução material da vida, uma vez que o modo de produção capitalista opera como um sistema que incide sobre todas as relações sociais.

Como qualquer política concebida e implementada por uma determinada governança, os CRJs precisam se afirmar como espaços públicos destinados a atender uma demanda da sociedade e dificilmente será ilegítima, como costumamos ver na maioria das políticas sociais, incluindo as educacionais. No processo de disputa pelo domínio e pela direção de uma determinada classe, a conquista da aprovação das políticas pelos “beneficiários” assume papel fundamental e passa a funcionar como indicador de uma suposta “eficácia” de projetos e programas. No âmbito dos CRJs, uma das estratégias mobilizadas para alcançar essa aprovação consiste na promoção de eventos e atividades voltadas à tentativa de socialização pela arte e pelas práticas culturais, tais como festival de pipa, campeonato de games, sessão de cineclube, apresentação teatral, batalha de rima, saraus de poesia, aulas de forró, exposição fotográfica etc.

Entre essas atividades, destacam-se as sessões de cineclubes, que tendem a ocorrer uma vez ao mês em todos os CRJs. Em 2025, o CRJ de Terra Vermelha exibiu o documentário *Onde está Zumbi?* (2025), realizado pelo escritor e diretor Luiz Eduardo Neves, que também participou de um bate-papo com os jovens. Neves é produtor de obras audiovisuais, como documentários e videocliques, além de organizar eventos e oficinas culturais relacionados ao audiovisual. É pesquisador da cultura local, com base nos Estudos Culturais, mestre em Comunicação e Territorialidades pela Ufes (2021) e doutorando em Ciências Sociais pela mesma instituição.

No documentário, Neves reconstrói a trajetória do primeiro disco de rap produzido no ES, *Tributo a Zumbi* (1996), evidenciando como artistas de diferentes bairros transformaram a “carência” em criação. Durante o debate, Luiz Eduardo Neves destacou que o sentido central da exibição é estabelecer um elo entre o filme e as histórias dos jovens presentes: “a trajetória registrada no documentário e no livro é a mesma que eles vivem hoje. São experiências de luta, criação e resistência, que continuam se escrevendo a cada dia” (Neves *in*: Cena Capixaba, 2025, [s.p.]). Na mesma ocasião, Alessandra Moreira, coordenadora de articulação do CRJ Terra Vermelha, pontuou que “o cineclube representa um desses momentos em que arte, história e juventude se encontram. É aqui que os jovens têm acesso a novas referências e podem se reconhecer nas narrativas que construímos juntos” (Moreira *in*: JuventudeES, 2025, [s.p.]).

Importante notar como o incentivo a realização de grandes feitos com pouquíssimos recursos nas periferias se aproxima do que se pretende com as competências socioemocionais, mencionadas anteriormente no texto. Lembremos que “[...] a noção de competência vem compor o conjunto de novos signos e significados talhados na cultura expressiva do estágio de acumulação flexível do capital” (Ramos, 2012, p.537). Os cenários marcados por violações e ausência de direitos básicos são reduzidos a uma espécie de “carência”, termo utilizado

principalmente para justificar ações filantrópicas e religiosas em locais onde a violência de Estado se manifesta em maior grau. Como apresentamos, os jovens são incentivados a transformar seus sofrimentos em manifestações criativas que podem ser expressas por documentários, músicas, livros, vídeos, poemas etc.

Certamente, as experiências de luta da juventude trabalhadora podem gerar formas artísticas e culturais, como as observadas nos CRJs. Entretanto, o que chama atenção é que esse incentivo pelas histórias de “superação” ganha notoriedade e constroem narrativas individuais de pessoas que conseguem “prosperar” mesmo estando distante de uma vida digna. Nesse sentido, o “esforço”, a “criatividade” e a “capacidade de adaptação” seriam suficientes para que os sujeitos se tornem bem-sucedidos. O “fazer com menos” torna-se uma virtude, uma vez que o sofrimento deve ser visto como estímulo ao desenvolvimento pessoal. Trata-se de “[...] uma orientação marcadamente meritocrática na explicação acerca da superação resiliente de dificuldades” (Lima, 2023, p.117). Por isso, o teor discursivo da “superação” e da “resiliência” convoca os jovens a absorver de forma positiva, criativa e sem questionamentos as muitas formas de exploração cotidiana. Em síntese, é nessa perspectiva que à superação individual torna-se central em detrimento de uma possível organização coletiva.

No campo do audiovisual, notamos, em 2022, uma ação importante no que diz respeito à formação da juventude. O 28º Festival de Cinema de Vitória realizou uma oficina para jovens do CRJ Feu Rosa, cujo objetivo foi apresentar à turma o processo de produção audiovisual, englobando tanto dimensões técnicas — câmera, produção, som e edição — quanto artísticas — roteiro, direção, direção de fotografia e arte —. A proposta buscou incentivar a autonomia criativa dos jovens por meio de suas próprias narrativas. Como resultado, os participantes produziram coletivamente um curta-metragem durante a oficina, posteriormente exibido para o público do festival:

Eles é que decidem, apenas oriento o roteiro. É sempre a partir das ideias e do desenvolvimento do roteiro deles. Dessa forma, eles podem aprender a decupagem, a nomenclatura dos planos, a utilização dramatúrgica das lentes, e levam esses conhecimentos para o resto da vida. Eles ocupam vários espaços, desde os que optam por dirigir, trabalhar imagens com fotografia, trabalhar no roteiro etc. Então, vão se encaminhando para esses departamentos e, às vezes, exercem várias funções. Essa polivalência completa o aprendizado de uma forma definitiva (Lacerda *in*: SEDH, 2022, [s.p.]).

O diretor também destacou a qualidade dos trabalhos que resultaram da oficina:

O resultado desses filmes é sempre muito surpreendente, porque são poucos dias e a maioria das pessoas é inexperiente. O resultado foi muito bom. Teve um nível de resolução dramatúrgica ou documental, beirando o profissional. As ideias foram muito originais (Lacerda *in*: SEDH, 2022, [s.p.]).

Ele aponta o papel das oficinas na escolha profissional dos jovens:

É muito reconfortante você ver que de alguma maneira as oficinas serviram para confirmar a opção por fazer cinema, fazer vídeo. Na verdade, muita gente vem para aprender e acaba entusiasmada com o ato de fazer, e faz disso uma profissão (Lacerda *in*: SEDH, 2022, [s.p.]).

Uma das alunas participantes, a fotógrafa e produtora cultural Kelly Martins, destacou a forma como foi inspirada e enriquecida pela oficina:

Essa experiência foi algo novo para nossa juventude, que é bem carente e um pouco afastada desse mundo do audiovisual, pois esse tipo de oportunidade não costuma chegar no nosso território periférico. Hoje, eles têm uma perspectiva melhor sobre o que é o mundo do audiovisual e que a gente também pode estar ocupando esses espaços. Então foi muito enriquecedor (Martins *in*: SEDH, 2022, [s.p.]).

Luiz Carlos Lacerda destacou o público das oficinas:

O contato com os jovens foi emocionante, porque são pessoas socialmente carentes, mas que são atendidas por esse projeto fantástico, de uma magnitude social indescritível. E a relação com eles é impressionante, porque eles têm uma avidez no aprendizado melhor do que todo mundo, aprendendo naqueles dias coisas que serão essenciais para o resto da vida. Recebem aprendizados com um interesse acima do normal, um interesse muito grande (Lacerda *in*: SEDH, 2022, [s.p.]).

A partir dessas experiências, notamos que os CRJs buscam uma aproximação com eventos relevantes e de grande visibilidade no âmbito da cultura no Espírito Santo. Trata-se de uma iniciativa significativa no que concerne ao acesso a linguagens artísticas que, historicamente, chegam de forma restrita e tardia às periferias. Contudo, reconhecemos que ações pontuais e excepcionais dificilmente sustentam um processo formativo contínuo e sistematizado, ainda que cumpram uma brevíssima função de fazer saber da sua existência, função de circulação ou de *pseudoparticipação*. Soma-se a isso o fato de que tais iniciativas chegam aos territórios periféricos com a ampliação dos Aparelhos Privados de Hegemonia nas periferias, quase sempre dirigidos e ideologicamente orientados por eles. A centralidade conferida à vivência, ao entusiasmo e à inspiração associadas à possibilidade de profissionalização desloca a possibilidade de formação crítica e emancipatória para o lugar da exceção que parece ser bem-sucedida. Tal feito reforça a admiração e a adesão dos jovens e de suas famílias à política do CRJ de forma mais imediata, aspecto importante para o exercício da hegemonia, mas não somente a ela.

No cenário em que as plataformas digitais e as redes sociais exercem implicações na dinâmica social, política e econômica, uma vez que são marcadas profundamente por questões de propriedade digital e de monopólio pelas empresas que ficaram conhecidas como Big Techs. Os efeitos das novas tecnologias tornaram o ambiente das mídias sociais um local propício para

consolidar novas formas de exploração do trabalho, captura e manipulação de dados, controle e direcionamento do comportamento dos indivíduos. Nesse quadro, o trabalho com as redes sociais realizado pelos influenciadores digitais configura um mercado digital que valoriza a “autenticidade”, a “visibilidade” e o “empreendedorismo”. A facilidade com que a ideia de ascensão social pelo trabalho com a internet é apresentada aos sujeitos, têm os convencidos a exporem opiniões de diversas ordens, venderem produtos e a se submeterem a situações de ridicularização para alcançar a chamada “monetização”.

Todavia, o que aparenta se dá por um sucesso espontâneo e conquistado com facilidade, similar ao que ocorre com os criadores de conteúdo de modo geral e jogadores de futebol (posições almejadas pelos possíveis retornos financeiros), oculta o fato de que apenas uma parcela pequena da população alcançará um patamar considerado suficiente para esse status de bem-sucedido. A seleção é perversa e restrita nesses trabalhos, que, embora se apresentem dessa forma, fetichizados por uma visão mágica de sucesso, não dependem exclusivamente de esforço, talento ou vontade de vencer. Por isso, entre a participação em uma oficina, como a que incentiva a área do audiovisual promovida pelo CRJ, até a real profissionalização desses jovens, existem condições materiais necessárias perenemente ocultadas do debate. Nesse sentido, a juventude trabalhadora tem sido mobilizada e chamada a contribuir para a formulação de consensos que incidem sobre as políticas públicas, em uma lógica que se mostra incapaz de tensionar as condições materiais que mantêm, por exemplo, essa juventude trabalhadora afastada, sobretudo no que compete ao acesso à cultura, dos circuitos de produção cultural e artística. Como se esse acesso, um mais rico repertório, fosse prescindível para a formação.

O documento de metodologia sugere oportunizar novas experiências para as juventudes, incluindo o contato com o conhecimento de pontos históricos e culturais, como shows, apresentações, performances, peças teatrais, campeonatos e cinema. Cabe mencionar que as ações realizadas nos CRJs, em especial as oficinas permanentes, devem resultar em algum tipo de “produto”, podendo ser texto, foto, vídeo, dança, música, peça ou *game*. Essa exigência de criar “produtos” como resultado das oficinas permanentes reforça a centralidade conferida ao “fazer imediato”, convertendo tais produções em instrumentos de comprovação da suposta “eficácia” da política. Dessa forma, uma possível experiência formativa acaba submetida à lógica do desempenho, da eficiência e da adaptação, sobretudo porque esses “produtos” também são concebidos para serem comercializados como forma de geração de renda para a juventude, como vimos. Nesse mesmo eixo, inscrevem-se as mostras semestrais e anuais, eventos abertos à comunidade para a socialização desses “objetos” e das atividades realizadas nos CRJs.

Em oposição à lógica adotada pelo CRJ, o fenômeno estético não se reduz a uma utilidade prática como essa apresentada, uma vez que a arte satisfaz necessidades humanas específicas para muito além do campo prático-utilitário. Em um contexto no qual a formação estética é profundamente afetada pela fetichização que organiza a própria subjetividade dos indivíduos, limitando a apreensão estética à noção burguesa de consumo e venda, é preciso reiterar que parte da função social da arte é afirmar justamente a especificidade humana não utilitária, e isso não significa que ela não tenha uma orientação político-ideológica. “A arte é um fenômeno que desafia constantemente toda generalização vazia e, sobretudo, as generalizações apressadas que resultam de um ponto de vista unilateral” (Vázquez, 1978, p. 25).

O eixo Fortalece Família relaciona-se ao desenvolvimento do Plano de Possibilidades para a Vida (PVida), cujo objetivo é auxiliar as juventudes na projeção de seus interesses profissionais e pessoais com o acompanhamento dos educadores sociais. Essa ideia dialoga com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2017) e com o Novo Ensino Médio (Brasil, 2017), nos quais o Projeto de Vida (PV) é um componente curricular obrigatório nas escolas do Brasil (Chaves; Lima, 2022; Lima, 2023). No âmbito dos CRJs, a proposta é realizar um acompanhamento individualizado com os jovens, que “instrumentalize as juventudes para o crescimento pessoal e profissional” (Espírito Santo, 2022a, p. 55). Não por acaso, os CRJs apresentam fortes semelhanças com o Novo Ensino Médio, evidenciadas pela implementação do PVida, pela centralidade conferida à ideia de jovens protagonistas, pela falsa noção de flexibilização e pela promessa de escolha, materializada no NEM por meio dos itinerários formativos e, no CRJ, pela presença das oficinas, como vimos há pouco com as produções de audiovisual, inclusive. Certamente, ambos estão inseridos em um projeto maior de precarização da formação da juventude. Lima (2022), ao tratar dos aspectos políticos e formativos das competências socioemocionais no componente curricular Projeto de Vida, aponta uma tentativa de “[...] unificação da esfera profissional e pessoal num e mesmo projeto de vida sob o capital [...]” (Lima, 2022, p. 81), no qual as projeções futuras dos jovens da classe trabalhadora permanecem reféns das relações de trabalho flexíveis e precarizadas.

O documento de Metodologia do CRJ indica que os Centros devem ser preparados para lidar com questões relativas à violação de direitos. Para essas abordagens, eles devem contratar assistentes sociais, psicólogos e terapeutas ocupacionais, os quais serão os executores dos atendimentos. Tal diretriz indica a ampliação do conjunto de profissionais envolvidos nas demandas das políticas sociais em espaços escolares e não escolares, como é o caso do CRJ. Esses profissionais tendem a cobrir uma lacuna institucional e assumem funções educativas no

interior da política, atuando como mediadores de processos formativos e de orientação da juventude. Esse movimento contribui para a diluição da especificidade do trabalho educativo e reforça a tendência à multifuncionalidade e à precarização das práticas formativas, deslocando a educação de um projeto pedagógico sistematizado para ações de caráter interventivo de tipo assistencialista. Não por acaso vem se tornando difícil falarmos em “educação não-formal” quando a proliferação de institutos e centros como o CRJ tem sido a forma cada vez mais “assentada” para a formação da classe. As semelhanças cada vez maiores com o NEM e com convênios de toda ordem firmado entre escolas e empresas privadas para que o trabalho bastante precarizado aconteça inclusive dentro das instituições escolares, contabilizando até mesmo carga-horária letiva obrigatória anual (Catini, 2022).

Por último, o eixo #FicaADica restringe-se à oferta de informações e diretrizes práticas, abarcando projetos, programas, ações e atividades que subsidiam os trabalhos nos CRJs. De acordo com o documento de metodologia, a Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH), em conjunto com o Grupo Gestor Estadual, seria responsável pela disponibilização de um portfólio de Políticas de Juventude, incluindo projetos, programas, ações e atividades que atendem à demanda da juventude para subsidiar os trabalhos no CRJ. Contudo, na prática, esse material não foi disponibilizado.

O segundo núcleo, o Núcleo de Economia Criativa, Trabalho e Renda, está atrelado à busca pela autonomia financeira, por meio de trabalhos e empregos, uma vez que “pretende atuar de forma criativa e inovadora, articulando parcerias, buscando a redução e amenizando o impacto do desemprego nas juventudes” (Espírito Santo, 2022a, p. 57). No âmbito dos CRJs, o apelo ao empreendedorismo juvenil se faz presente como uma solução para os problemas de desemprego entre os jovens, fortalecendo a ideia do “empresário de si mesmo”. Nesse modelo, a vitória coincide com o enriquecimento pela via do trabalho autônomo, sem direitos, e abre espaço para o setor privado atuar no cerne das políticas públicas.

Esse núcleo conta com três eixos: a) “Tô no Topo”; b) “Trampo Coletivo”; e c) “LABPoca”. O eixo “Tô no Topo” auxilia na formalização de novos negócios e na construção de um *Plano de Possibilidades de Trabalhos Individuais ou Coletivos* (PTrampo). Seu intuito é promover a organização pessoal — do tempo, das perspectivas e dos desejos —, com foco no alcance de objetivos concretos. Nesse eixo, cursos e oficinas profissionalizantes ganham destaque e são apresentados como a principal alternativa para o jovem que deseja alcançar a independência financeira. As atividades podem ocorrer em diferentes áreas, como escrita de projeto, produção cultural, culinária, marcenaria e jardinagem, entre outras. O “Tô no Topo” também vincula os

CRJs às redes federais de ensino, como o Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) e a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), por meio das Mostras de profissões.

O eixo “Trampo Coletivo”, por sua vez, está atrelado à ideia de *coworking*, que consiste em um espaço de trabalho de uso coletivo destinado aos jovens que já estão com uma “frente de trabalho realizada”, mas enfrentam dificuldades para organizar questões relacionadas ao trabalho/empreendedorismo, além de carecerem de espaço para a efetivação de ideias. Assim, o eixo almeja “viabilizar meios para que a criatividade flua e que os encontros aconteçam, para que as juventudes se unam também na busca por soluções, produtos e ideias que possam ser concretizadas e viabilizem a geração de renda” (Espírito Santo, 2022a, p. 59).

Por fim, o “LABPoca” remete a um laboratório de fomento à economia criativa de base comunitária. Com foco na suposta solução de problemas e na geração de renda, por meio da disponibilização de equipamentos e instrumentos, busca atender às novas tecnologias. Ademais, é nesse laboratório que os CRJs pretendem auxiliar os jovens na formalização de novos negócios, incentivando-os a criar produtos que possam ser comercializados por eles próprios, com a ajuda dos profissionais contratados pelo CRJ.

O terceiro núcleo, intitulado Núcleo de Parcerias, é fundamental para entendermos a autonomia conferida à iniciativa privada no envolvimento com as políticas públicas, uma vez que permite intervenções tanto do governo do estado quanto das prefeituras e da iniciativa privada. Nesse núcleo, destaca-se o eixo “#TamoJunto”, por meio do qual os CRJs criam vínculos com empresas privadas em troca de vagas de emprego para os jovens que frequentam os Centros. Em resumo, trata-se de “[...] uma empresa lotada na região do CRJ, que tenha uma grande demanda de vagas para determinada área. A partir de uma articulação com o CRJ, define-se que 10% das vagas serão destinadas continuamente aos jovens que são acompanhados pelo CRJ, teremos um #TamoJunto Empresa” (Espírito Santo, 2022a, p. 62).

Conforme definição adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as regiões metropolitanas são aglomerações urbanas resultantes do agrupamento de dois ou mais municípios limítrofes, instituídas por lei complementar estadual, com o objetivo de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum (IBGE, 2019). A Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), implementada pela Lei Complementar n.º 204, de 22 de junho de 2001, é composta por sete municípios: Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória.

Os resultados do Censo de 2022 apontaram que o número de habitantes da RMGV chegou a

1.880.828 pessoas, o que corresponde a 49% da população capixaba. Além disso, a região caracteriza-se pela forte migração intraurbana e interurbana, sobretudo em razão dos deslocamentos para trabalho e estudo, uma vez que concentra os principais centros universitários e postos de trabalho do estado. Por outro lado, assim como ocorre em outras regiões metropolitanas, a expansão das cidades afetou a população que sobrevive nesses espaços marcados pela concentração de renda e pela segregação socioespacial, criando dois mundos opostos: os centros e as periferias.

Antes da implementação da primeira versão do programa Estado Presente, a RMGV respondia por 65% dos casos de violência letal no ES. A violência incidia principalmente em bairros caracterizados por baixo grau de urbanização, população residente de baixo nível socioeconômico e submetida a elevados índices de “vulnerabilidade social”. Tal afirmação norteou a ação do programa, que definiu os bairros prioritários para as ações de segurança pública, incluindo a implementação dos CRJs: Terra Vermelha (Vila Velha), São Torquato (Vila Velha), Território do Bem (Vitória), São Pedro (Vitória), Novo Horizonte (Serra), Feu Rosa (Serra), Flexal (Cariacica), Castelo Branco (Cariacica) e Kubitschek (Guarapari).

O primeiro CRJ inaugurado no âmbito de uma política estadual foi o de Terra Vermelha, em Vila Velha, em setembro de 2021, sob a tutela da organização Bem Brasil – Instituto de Desenvolvimento Social. Por se tratar da experiência pioneira da política estadual, o CRJ de Terra Vermelha já passou por um processo de avaliação em conjunto com o CRJ Feu Rosa (Serra). Essa avaliação pode ser consultada no documento *Pesquisa, monitoramento e avaliação dos CRJs (2023)*, elaborado pelo Instituto Jones Santos Neves (IJSN) em parceria com o governo estadual.

A avaliação sugere que, em Terra Vermelha, entre outubro de 2021 e dezembro de 2022, cerca de 1.030 jovens passaram pelo CRJ, número estimado pela quantidade de formulários preenchidos. No entanto, esse dado não permite inferir a frequência efetiva dos participantes. Dentre esses jovens, 71,8% tinham entre 14 e 19 anos; 43% se autodeclararam pardos, 32,7% pretos e 10,6% brancos. No que refere à escolarização, 65,5% afirmaram estar estudando, enquanto 34,5% não. Ademais, 54,9% declararam estar em situação de defasagem escolar. Quanto à renda familiar, 61,5% relataram renda de até um salário mínimo, ao passo que 6,6% não possuíam qualquer renda no momento em que responderam ao formulário.

Em Feu Rosa (Serra), o CRJ foi implementado em dezembro de 2021, em um espaço provisório que, até o momento da escrita deste trabalho, funciona na sede da Associação de Moradores do bairro. A OSC Agência de Desenvolvimento Social Jovem (Adesjovem) é responsável pela

gestão do local. Desde meados de julho de 2021, essa organização apresenta o projeto do CRJ em escolas de Ensino Médio da região e em outros espaços, a fim de divulgar a política. Para isso, a OSC busca profissionais específicos para atuação nas escolas, denominados agente de integração escolar:

A/O Agente de Integração Escolar será a/o profissional que deve realizar a busca ativa de jovens que estejam em situação de evasão escolar, do abandono e da reprovação através da aproximação do CRJ com as juventudes das comunidades do entorno, deve atentar-se às demandas apresentadas assim como aos temas/áreas/atividades de interesses delas para contribuir na configuração das atividades ofertadas, como também nos encaminhamentos; Executar as estratégias previstas na metodologia do projeto agente de integração escolar para aproximação entre os estudantes, as famílias e a unidade escolar; Propor novas estratégias de aproximação entre estudantes, famílias, comunidade e escola; Elaborar planejamentos, relatórios e instrumentos/metodologias avaliativos das atividades; Estimular a boa convivência dos/das jovens entre si e com colaboradores, familiares e a comunidade em geral; Realizar e sistematizar registro das atividades; Participar das reuniões de pais e responsáveis, dos Conselhos de Classe e dos eventos da escola; Visitar os domicílios dos estudantes faltosos, com risco de reprovação, evasão e abandono, a fim de incentivar o retorno às aulas e a permanência na unidade escolar, em consonância com o que estabelece a Portaria no 234-R, de 03/10/2022, no caso de faltas recorrentes; Participar de reuniões com a equipe técnica no sentido de realizar estudos de caso, entre outras atividades inerentes ao cargo (Adesjovem, 2023, p.2)

Em resumo, a avaliação realizada sobre esse CRJ destacou que 76,4% dos jovens atendidos no estabelecimento têm entre 15 e 19 anos. Dos 32 participantes que responderam à pergunta sobre defasagem escolar, apenas seis afirmaram se enquadrar neste quesito. Quando indagados sobre a etapa de ensino em que estavam ao interromperem os estudos, entre os nove respondentes, seis relataram ter deixado a escola após concluírem o Ensino Médio, dois interromperam os estudos no Ensino Fundamental e um não concluiu o Ensino Médio. Os dados evidenciaram que, de modo geral, o perfil dos jovens participantes dos CRJs Terra Vermelha e Feu Rosa é semelhante: em ambos os casos, há predominância de jovens de negros, estudantes e pertencentes a famílias com renda de até um salário mínimo.

Com base nessas informações e diante das dificuldades impostas pelas questões raciais e de classe, não nos causa estranhamento que o CRJ seja vislumbrado por esses jovens como uma alternativa viável para o enfrentamento das problemáticas que atravessam os seus cotidianos. Sob essa ótica, a ênfase em uma educação voltada para a empregabilidade emerge como uma “esperança”, pois oferece a promessa de melhores condições de vida e transformação social, especialmente considerando que esse tem sido o discurso apregoado pelas autoridades no tratamento das políticas públicas para as juventudes. Desse modo, o CRJ tem exercido um papel formativo e estratégico na vida desses jovens.

Com o avanço da política, o CRJ Guarapari entrou em funcionamento em abril de 2022. Em

2023, em comemoração ao primeiro ano de funcionamento do espaço, a coordenadora do local pontuou em uma reportagem:

Comemorar um ano de funcionamento do CRJ Guarapari é muito especial para toda a equipe. O objetivo do nosso trabalho é atender aos jovens com muita responsabilidade, prezando pelos seus desejos e ideais através das inúmeras atividades desenvolvidas no espaço: de oficinas diárias a rodas de conversa, passando por palestras e workshops, passeios, além de encaminhamentos para o mercado de trabalho. São muitos serviços voltados para os quase 5.600 mil atendidos, durante esse primeiro ano de existência (Nogueira *in*: SEDH, 2023a, [s.p.]).

Uma atividade constante no CRJ Guarapari é o “Sextou no CRJ”, iniciativa que busca ampliar o acesso dos jovens ao equipamento e direcionar aqueles que já frequentam o local a outras atividades. Em uma de suas primeiras edições, os participantes envolveram-se em jogos de tabuleiro e cartas, além de atividades relacionadas à literatura, utilizando o acervo da biblioteca do Centro. O CRJ Guarapari atua por meio da Secretaria de Direitos Humanos, com a OSC Instituto Brasil de Cultura e Arte (IBCA).

No local, foram realizadas ações como o “Festival Suburbanos”, que contou com um circuito esportivo; o “Ateliê de Quebrada”, com a realização de bazar; e a “Oficina de Dança Charme”. Em 2025, o CRJ Guarapari já havia realizado 1.722 atendimentos por meio de oficinas, mostras, atividades no Laboratório de Potencialidades Capixabas (LabPoca), orientações para o mundo do trabalho e encaminhamentos para equipamentos das áreas de assistência, saúde, entre outras. Além disso, o espaço recebeu 1.474 jovens que utilizaram os espaços de convivência.

Em junho de 2022, o Território do Bem e a região da Grande São Pedro, em Vitória, receberam a implementação do CRJ. O Território do Bem conta com uma população estimada em aproximadamente 30 mil pessoas e abrange as comunidades de Itararé, Jaburu, Bairro da Penha, Bonfim, Engenharia, Consolação, Floresta, Gurigica e São Benedito. O CRJ está localizado no bairro Itararé, um dos mais populosos da região, configurando-se como um ponto central de convivência e circulação dos jovens. Toda essa região é resultado de ocupações populares ocorridas entre as décadas de 1920 e 1970.

O Centro é executado pelo governo do estado em parceria com a OSC Ateliê de Ideias. Nesse território, em 2005, foi criado o Banco Bem, um banco comunitário baseado nos princípios da economia solidária, com objetivo de oferecer crédito produtivo, habitacional e de consumo às comunidades locais. O Banco Bem opera por meio da concessão de créditos a empreendedores e da oferta de crédito habitacional para reforma das casas, incentivando os moradores a contratarem mão de obra local e a comprarem no comércio da região.

A inauguração do CRJ na Grande São Pedro foi reflexo de promessas de projetos de industrialização, associadas ao desenvolvimento econômico que se estabelecia no ES. Nas décadas de 1970 e 1980, a região experimentou um crescimento desordenado, impulsionado pela chegada de trabalhadores atraídos por empresas como a antiga Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) e a Vale. Nesse período, a população capixaba migrou do campo para a cidade com a expectativa de receber oportunidades de trabalho. A urbanização da capital e dos municípios circunjacentes proporcionou um crescimento populacional abrupto, que não foi acompanhado pelas políticas públicas, intensificando as desigualdades sociais preexistentes.

A região da Grande São Pedro é resultado de um processo de ocupação marcado por conflitos, especialmente com a polícia, pois a construção de moradias consideradas irregulares no local era frequentemente repreendida pelas autoridades. Na década de 1980, a Prefeitura de Vitória passou a despejar todo o lixo produzido na cidade na localidade, razão pela qual, durante muitos anos, o local foi identificado como “lixão” ou “berço da miséria e da fome”. Esse cenário de precariedade foi retratado em um documentário de 1983, dirigido por Hamilton de Almeida, que caracterizou o espaço como um “local de toda pobreza”¹², expondo a rotina da população que lutava para sobreviver no lixo. Os moradores alimentavam-se de forma indigna, disputando restos de comida com os animais, ao mesmo tempo em que trabalhavam como catadores de materiais recicláveis.

Em 1991, a região ganhou notoriedade com a visita do Papa João Paulo II, amplamente divulgada por reportagens que percorreram o mundo. Com o fim dos lixões na década de 1990, iniciou-se um processo de transformação urbana. Todavia, é impossível apagar um passado marcado pela miséria e pelo abandono do poder público. A organização de ruas, avenidas e becos ocorreu após o aterro, assim como a chegada da iluminação pública e do fornecimento de água, direito até então não assegurado à população local. Posteriormente, os bairros passaram a contar com escolas, comércio e serviços, quadras poliesportivas, praças e restaurantes. Atualmente, a região é formada pelos bairros Condusa, Santos Reis, São Pedro, Ilha das Caieiras, Santo André, São José, Redenção, Nova Palestina, Conquistas e Resistência, tendo a Avenida Serafim Derenzi como principal via de acesso. Inserida no programa Estado Presente, a localidade, antes conhecida pela presença do lixo, agora frequentemente é marcada pela violência e pela criminalidade. Desde 2005, o território tem sido alvo de ações voltadas à

¹² O documentário completo está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=neRPjL0JPjg&t=3196s>. Acesso em: 14 ago. 2025.

segurança pública, ano em que liderou o número de homicídios gerais na região, com 25 mortes, resultando na implementação do programa Vitória da Paz.

Em junho de 2022, o governo do estado inaugurou o CRJ do bairro São Pedro, sob a gestão do Instituto Brasil de Cultura e Arte (IBCA). Entre as ações realizadas no espaço, destaca-se o lançamento do livro *Poesia de favela* (2024), produzido pelos participantes do grupo de estudo de literatura periférica do Centro. O grupo de estudo integra o CFDH, por meio do eixo Fortalece Família, e é acompanhado por profissionais técnicos e articuladores do CRJ. A obra resulta de produções realizadas em uma oficina de escrita literária, cuja atividade atendeu a demandas apresentadas pelos próprios jovens.

O CRJ Novo Horizonte, por sua vez, foi o segundo a ser inaugurado na Serra, em junho de 2022. O Centro funciona em um galpão que dispõe de sala de computadores e laboratório criativo. Implementado por meio do programa Estado Presente, o CRJ Novo Horizonte é vinculado à Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH), e contou, inicialmente, com a gestão da OSC Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável (Cieds) Brasil. Atualmente, a gestão do espaço é realizada pelo Instituto Ellos de Inclusão Social. A produção artística das juventudes que frequentam esse CRJ foi exposta na Biblioteca Central da UFES, com a exposição “Pincelando fatos”, que reuniu telas elaboradas em oficinas, homenageando referências negras, lideranças comunitárias, artistas musicais e personalidades importantes para a formação sociocultural do território capixaba.

De acordo com a coordenadora do CRJ, Elionice Fagundes, além das técnicas de pintura, o Centro trabalha o desenvolvimento do processo artístico de modo a preparar os jovens para que a arte seja também uma fonte de renda. Em entrevista, o ex-prefeito de Serra, Sérgio Vidigal, apontou:

Os CRJs são uma fábrica de cidadania e muito nos orgulha que o município da Serra tenha dois. São espaços onde vamos construir cidadãos e descobrir talentos. Pelas estatísticas, falam que nosso município é violento, mas a Serra é constituída por cidadãos de bem e este equipamento vai trazer oportunidades para nossos jovens. Fazer a inclusão social é fundamental e também auxilia na geração de empregos (Vidigal in: SEDH, 2022, [s.p.]).

Em continuidade, o CRJ Cariacica, localizado no bairro Castelo Branco, está mapeado no do território do Estado Presente, abrangendo, além desse bairro, o Jardim de Alah, Alzira Ramos e Rio Marinho. Inaugurado em julho de 2022, o Centro atende, em média, 4.560 jovens com idade de 15 a 24 anos. Sua estrutura conta com dois LabPocas: um voltado para o audiovisual

e outro para a área da estética e beleza. A implantação do CRJ ao bairro foi percebida como uma iniciativa que “vai potencializar a cultura com um todo”.

No local, foram realizadas atrações culturais, como o lançamento do curta-metragem *La vida – Memórias e afetos*, desfile de tranças, capoeira, samba de roda e *street dance*, além da exposição “Vivendo a negritude” e de apresentações musicais. A Biblioteca Pública Municipal Madeira de Freitas, localizada em Campo Grande, passou a receber doações de livros destinados à realização de um espaço de leitura no CRJ, com o objetivo de cultivar o hábito de leitura entre as pessoas que frequentam o espaço. Foram aceitas obras de literatura, psicologia, autoajuda e gibis.

Em Flexal, também em Cariacica, o CRJ foi implantado em agosto de 2022 e tem se consolidado como a principal referência na prestação de serviços públicos aos jovens. A execução do CRJ é feita em parceria com o Instituto Raízes. Entre as ações desenvolvidas, destaca-se a 1ª Mostra Cultural, que apresentou o espetáculo *704 – Flexal II*, protagonizado por jovens do CRJ e fundamentado nas linguagens e atividades desenvolvidas no local. Trata-se de um espetáculo que envolve história, memória, religiosidade, cultura e arte do bairro. Em outro momento, os jovens participaram da residência artística *Vinil nos CRJs: a música negra em destaque*, iniciativa que promoveu debates sobre temas relevantes e reflexões sobre a arte do vinil. Com foco na Música Popular Brasileira (MPB), no samba e no funk, o projeto apresentou inúmeros artistas brasileiros consagrados. A iniciativa contou com o apoio do Núcleo Interinstitucional de Estudos e Pesquisas em Desconstrução, Economia Criativa e Sustentabilidade (Poien) e da SEDH, tendo passado pelos CRJs São Pedro, São Torquato, Novo Horizonte, Cariacica, Terra Vermelha e Território do Bem.

No bairro São Torquato, localizado em Vila Velha, foi implementado o 14º CRJ no ES. A inauguração aconteceu em setembro de 2022, no Dia Estadual de Debate contra o Extermínio de Jovens. O ambiente apresenta-se como propício para o desenvolvimento dos jovens da região, sobretudo daqueles com idades entre 15 e 24 anos, que podem participar de cursos e oficinas voltados à geração de renda. A gestão do CRJ São Torquato é feita pela SEDH, com o Instituto Ellos de Inclusão Social.

Em 2024, o espaço recebeu o LabPoca, buscando atender à demanda das juventudes relacionadas ao desenvolvimento de atividades audiovisuais, fotografia, *podcast* e produção musical. A inauguração contou com o lançamento do documentário *Cantos de quebrada*, oficina de DJ e produção musical, a gravação do 1º *PodComunidades*, além de oficinas de corte de cabelo e design de sobrancelhas. Segundo a secretária de Estado de Direitos Humanos, Nara

Borgo, “estes espaços são criados e contribuem no desenvolvimento de projetos diversos de comunicação, fotografia, música, gastronomia, colaborando para formação e geração de renda de nossa juventude” (Borgo *in*: SEDH, 2024, [s.p.]).

O governo do estado mantém parceria com o IFES no desenvolvimento do projeto “Metodologia de Redes de Economia Criativa de Base Comunitária”, que prevê o acompanhamento de professores e alunos da instituição na implantação ou na execução dos LabPocas, fornecendo suporte de conhecimento às equipes do CRJ. No Quadro 1, apresentamos um panorama dos CRJs da RMGV e de suas OSCs gestoras. Em 2025, na RMGV, os CRJs de Castelo Branco e Novo Horizonte permaneceram fechados durante alguns meses após o fim do contrato com a OSC Cieds, responsável pela gestão dos espaços. Posteriormente, foi firmado novo contrato com a OSC Avante Social para assumir a gestão do CRJ em Castelo Branco. A interrupção das atividades mobilizou redes sociais e noticiários, quando os jovens passaram a denunciar o fechamento dos espaços e a ausência de respostas, classificadas como descaso, negligência e irresponsabilidade por parte da gestão de Renato Casagrande (PSB) e da Secretaria Estadual de Direitos Humanos, então chefiada por Nara Borgo.

Quadro 2 – Relação dos CRJs na RMGV do ES

Localização do CRJ	OSC responsável
Terra Vermelha (Vila Velha)	Bem Brasil – Instituto de Desenvolvimento Social
São Torquato (Vila Velha)	Instituto Ellos de Inclusão Social
Território do Bem (Vitória)	Associação Ateliê de Ideias
São Pedro (Vitória)	IBCA
Novo Horizonte (Serra)	Instituto Ellos de Inclusão Social
Feu Rosa (Serra)	Adesjovem
Flexal (Cariacica)	Instituto Raízes
Castelo Branco (Cariacica)	Avante Social
Kubitschek (Guarapari)	IBCA

Fonte: elaboração da autora (2025).

A atuação dos CRJs expande-se para além da RMGV, alcançando municípios do interior do estado capixaba, como Cachoeiro de Itapemirim, Aracruz, Colatina, Linhares e São Mateus. O primeiro Centro no interior do estado foi inaugurado em março de 2022, em Cachoeiro de Itapemirim, localizado ao sul do ES. Foi o terceiro a entrar em funcionamento, em função da alta concentração de violência no município, que passou a integrar a lista dos municípios

prioritários do programa Estado Presente, contemplando os bairros de Zumbi, Monte Cristo, Gilson Carone e Village da Luz.

As atividades desenvolvidas nesse CRJ abarcam oficinas de penteado afro, fotografia, danças urbanas, grafite, barbearia, customização de jeans e oficina de panqueca¹³. Além disso, rodas de conversas sobre como começar um empreendimento e bate-papo acerca de oportunidades de ingresso no mercado de trabalho integram as ações desenvolvidas pela política. No espaço, foi realizada a I Feira de Profissões, na qual jovens identificados como empreendedores locais expuseram seus produtos e serviços.

A difusão do empreendedorismo como horizonte para os jovens que se veem pressionados a gerar renda financeira para contribuir com a subsistência familiar oculta, contudo, uma enorme probabilidade de fracasso inerente a esse modelo. Ademais, tal perspectiva traduz uma das múltiplas medidas modulares de cerceamento e controle das capacidades de reprodução da vida da juventude trabalhadora, sobretudo da juventude negra.

Ao norte do estado, Aracruz foi a quarta localidade a receber o CRJ, instalado na região central da cidade. O projeto resulta de uma ação conjunta da SEDH com a Associação Amigos da Justiça, Cidadania, Educação e Arte. Neste arranjo, o governo estadual atuou em parceria com a Prefeitura de Aracruz, responsável pela cessão do imóvel para a implantação do Centro. Durante a inauguração, em abril de 2022, o governador Renato Casagrande (PSB) afirmou:

Os jovens costumam ser aliciados pelo crime, mas temos que atraí-los para o mundo das oportunidades, e o CRJ é esse ponto de política de apoio à juventude. Informar a juventude dessas oportunidades, e muitos não sabem onde buscar informação. Temos que ir orientando, pois o CRJ é um foco que vai irradiar oportunidades aos nossos jovens (Casagrande *in*: SEDH, 2022, [s.p.])

O discurso do dirigente aponta para uma política que oferece oportunidades para um público que sofre com os resultados da relação de exploração capital-trabalho. Do mesmo modo, Nara Borgo sinaliza o projeto dos CRJs como uma iniciativa que tem proporcionado mudanças de vida para as juventudes. Nas palavras da secretária, trata-se de:

[...] uma política de juventude estruturada e que merece ser continuada, porque é uma política que salva vidas e transforma realidades. Não é fácil, por exemplo, construir um Plano Estadual de Juventudes. Não é fácil criar um Fundo para as juventudes, mas tudo isso foi criado neste governo e hoje temos o maior investimento em políticas de juventude que esse estado já teve. Os CRJs são espaços feitos para as juventudes, independentemente de orientação sexual, etnia ou raça (Borgo *in*: SEDH, 2022, [s.p.])

¹³ As ações de todos os CRJs são divulgadas por meio das redes sociais, em especial no Instagram e Youtube: @juventudes_es.

O quinto CRJ foi inaugurado em São Mateus, encontrando-se em funcionamento desde abril de 2022. O espaço onde ocorrem as atividades foi cedido pela instituição católica Mitra Arquidiocesana de São Mateus, enquanto a responsabilidade pela gestão do local pertence à Instituição Abequar, integrante da Rede Salesiana Brasil de Ação Social. Em agosto de 2023, foi implementado o LabPoca, denominado É Nós Digital, configurando-se como um estúdio de audiovisual voltado à capacitação de jovens na área da Comunicação. Segundo a secretária de Estado de Direitos Humanos, “[...] o Governo do Estado investe nos sonhos das nossas juventudes, que agora podem aprender e ganhar dinheiro com fotografia, áudio, vídeo em eventos, para empresas ou mesmo nas redes sociais” (Espírito Santo, 2023b, s. p.).

O discurso da secretária sugere uma visão otimista sobre as oportunidades oferecidas pelo universo virtual aos jovens moradores da periferia, fetichizando ainda mais o trabalho proletarianizado e plataformizado. De fato, o trabalho com as redes sociais produz, no imaginário social, receitas de sucesso e ganhos financeiros imediatos, seja por meio da monetização de vídeos, seja por meio de parcerias publicitárias. Isso, por seu turno, posiciona o “ser influenciador” como uma das profissões mais cobiçadas pelas juventudes na atualidade, ignorando, porém, o volume de recursos, aporte financeiro, tempo e trabalho implicados nessas mediações.

O município de Linhares, também situado ao norte do ES, recebeu o sétimo CRJ em junho de 2022. No que se refere à infraestrutura, ao funcionamento e ao oferecimento de atividades, o local segue o padrão estabelecido para os centros inaugurados, não havendo nenhuma novidade. Entretanto, destaca-se a participação do Centro de Detenção e Ressocialização de Linhares (CDRL), unidade prisional administrada pela Secretaria da Justiça (Sejus). Em resumo, internos trabalhadores que cumprem pena na unidade prisional foram responsáveis pela produção de diversos objetos utilizados no CRJ, a exemplo de sofás, mesas e prateleiras.

Durante a inauguração, o governador pontuou: “[...] este local emana política para a juventude. Infelizmente, sabemos que alguns jovens acabam sendo chamados para fazer parte de um mundo ilícito. Para evitar isso, estamos aqui criando oportunidades para que esses jovens tenham um futuro de verdade” (Casagrande *in*: Espírito Santo, 2022b, [s. p]). A fala do governante aponta, pois, para a compreensão de que a política seria uma alternativa à criminalidade, reforçando o entendimento do CRJ como uma política socioeducativa para a juventude no ES, que, como toda política promovida pela burguesia organizada nos aparelhos públicos, não pode estar comprometida com a transformação da realidade econômica, social e política no que tange à formação da classe trabalhadora.

Em Colatina, município igualmente situado ao norte do ES, a instalação do CRJ aconteceu em junho de 2022. Dois anos depois, foi inaugurado o LabPoca, com foco em auxiliar os jovens na criação de suas próprias marcas por meio de estratégias de marketing. A iniciativa está atrelada à gestão do Instituto de Promoção Humana, Aprendizagem e Cultura (IPHAC) no espaço público, instituição que fundamenta sua atuação na suposta promoção de renda, qualificação profissional, fomento à cultura e empreendedorismo nas comunidades locais (Instituto Promover, 2025).

No Quadro 3, exibimos a relação dos CRJs localizados no interior do ES com as primeiras organizações que realizaram suas gerências. No interior do ES, o CRJ Colatina também permaneceu fechado por alguns meses após o fim do contrato com a OSC Iphac (Instituto Promover), responsável pela gestão do espaço. O Iphac também já havia realizado a gestão do CRJ Linhares. Atualmente, a gestão de ambos os Centros está sob responsabilidade do Instituto Ellos de Inclusão Social.

Quadro 3 – Relação dos CRJs no interior do ES

Localização do CRJ	OSC responsável
Rubem Braga (Cachoeiro de Itapemirim)	Instituto Ellos de Inclusão Social
Centro (Aracruz)	Associação Amigos da Justiça, Cidadania, Educação e Arte
João Manoel Meneghelli (Colatina)	Instituto Ellos de Inclusão Social
Araçá (Linhares)	Instituto Ellos de Inclusão Social
Ayrton Senna (São Mateus)	Instituição Abequar

Fonte: elaboração da autora (2025).

Nesse sentido, notamos como as estratégias mercantilistas de organizações sociais no ES conquistam exclusividade para realizar suas atividades, fossilizando a compreensão de que essa seria a responsabilidade do poder público na definição de políticas de formação não escolarizada da juventude trabalhadora. Em consequência, tais relações e acordos construídos pelo capital, no que tange aos setores público e privado, reforçam mecanismos de dominação administrados por aparelhos privados de hegemonia ou por instituições que operam em análoga lógica, as quais vêm sendo inseridas na formação desses jovens e cumprindo o papel de refuncionalização das instituições educativas.

3.2 O PROGRAMA ESTADO PRESENTE NO ESPÍRITO SANTO: DO DISCURSO DE PREVENÇÃO À PRÁTICA DE CONTROLE

Diante da demanda crescente por leis, penas e ordens na contemporaneidade — sobretudo pela difusão do medo como um mecanismo indutor e justificador de políticas autoritárias de controle social —, a segurança pública tem sido mobilizada de modo a preservar a hegemonia estatal burguesa. Sua atuação interfere de forma mais profunda, territorializada e racializada. Trata-se de um conceito questionável no campo das políticas públicas de segurança, cujos efeitos atingem de maneira mais incisiva aqueles que sofrem com a criminalização da pobreza.

Longe de constituir-se como direito garantido pelo Estado, conforme estabelecido na Constituição Estadual do ES, de 1989, a segurança pública tornou-se fundamental para a defesa da pena e do castigo como soluções para os conflitos, sob uma lógica punitivista. O documento estadual dedica um capítulo específico à temática. Sob o título “Da defesa do cidadão e da sociedade”, o artigo 124 define a segurança pública como dever do Estado, direito e responsabilidade de todos. Ressalta, ainda, o pleno e livre exercício dos direitos e garantias fundamentais — individuais, coletivos, sociais e políticos —, bem como estabelece o caráter democrático-participativo na formulação da política.

Além disso, são definidos os órgãos subordinados ao governo estadual, por meio da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP): Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar e Polícia Científica. Tais órgãos devem ser regidos por legislação específica que defina suas estruturas, competências, direitos, garantias e deveres. O artigo 131, por sua vez, prevê que a administração pública desenvolverá a pesquisa e a investigação científica aplicadas, bem como a especialização e o aprimoramento dos órgãos estaduais de segurança pública e de seus integrantes.

No capítulo seguinte, “Da política penitenciária estadual”, o discurso estabelece um ideal de política penitenciária. Sob esse viés, busca assegurar a promoção e a valorização do indivíduo encarcerado, sua reintegração social, a garantia dos seus direitos e a defesa de sua integridade física, psíquica e mental durante o período de cumprimento da pena (Espírito Santo, 2023). No ES, a segurança pública tem sido desenvolvida em um contexto marcado pela violência letal, cuja origem é estrutural e reflete as desigualdades históricas que permeiam a sociedade capixaba. A violência, longe de configurar-se como um fenômeno isolado, está ligada a fatores sociais, econômicos e políticos. Nesse cenário, a resposta estatal parece concentrar-se em estratégias punitivas que reforçam a segregação e o controle das classes subalternas.

Entre 1980 e 2010, o estado capixaba experimentou uma escalada de homicídios em velocidade

duas vezes superior ao da média nacional (Cerqueira *et al.*, 2021). De 1993 a 2012, por exemplo, o estado figurou diversas vezes entre os três mais violentos do país. Com o aumento dos homicídios, em 2002, durante o governo de José Inácio (1999-2002), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) solicitou intervenção federal no ES¹⁴, após assassinato do advogado Joaquim Marcelo Denadai, que atuava em casos de crime organizado. O pedido foi negado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e arquivado pelo procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, o que levou o ministro da Justiça, Miguel Reale Júnior, a pedir demissão do cargo. O episódio chamou atenção para a atuação do governo estadual diante de acusações de corrupção e violação de direitos. A estratégia adotada pelo governo federal foi a realização de uma ação de combate ao crime organizado, formada por policiais federais e rodoviários, delegados e procuradores enviados ao território capixaba. Na concepção de Bittencourt (2014), o que se entendia como crime organizado correspondia, na verdade, a práticas políticas tradicionais das oligarquias locais do ES.

Em 2017, o governo estadual do ES solicitou uma intervenção federal, concedida pelo então presidente Michel Temer (2016-2019), em um contexto de onda de violência marcada por mortes e assaltos. No mesmo ano, registrou-se o aumento expressivo dos homicídios, atribuído ao período de greve da Polícia Militar, quando 215 pessoas foram assassinadas. Portanto, historicamente, verificamos um colapso em diversas frentes: segurança pública, justiça criminal e sistema prisional.

No que se refere à atuação de políticas públicas de segurança no ES, “[...] pode-se dizer que, do fim da ditadura militar até o estabelecimento do Programa Nova Arquitetura dos Órgãos de Defesa Social (Propas), em 1999, o ES não teve política de segurança pública efetiva” (Bittencourt, 2014, p. 45). Diante dos altos índices de violência na década de 1990, o Propas surgiu como uma tentativa de amenizar as estatísticas, por meio do uso de tecnologia no combate ao crime e da participação da sociedade em prol do estabelecimento da paz social. O programa foi instituído pelo Decreto n.º 4.538-N, em 30 de novembro de 1999, e modificado, em 31 de março de 2000, pelo Decreto n.º 036-R, tendo vigorado de 1999 a 2002 (Cardoso, 2009). Antes de sua implementação, era comum que a segurança pública se limitasse a reações repressivas, parciais e fragmentadas a incidentes criminais, previamente regulamentadas por leis federais (Bittencourt, 2014).

¹⁴ Informe sobre o pedido de intervenção disponível em: <www.oab.org.br/noticia/723/veja-integra-do-pedido-de-intervencao-no-es-feito-pela-oab>. Acesso em: 26 abril 2025.

O público-alvo de projetos e programas como o Propas é composto por jovens, homens, negros e moradores de áreas consideradas periféricas. Nesse sentido, a esses grupos continuam sendo dirigidas tanto as medidas preventivas quanto as ações punitivas, o que evidencia a permanência de uma busca pelo controle social que atravessa diferentes governos e programas. Assim, o Propas revela os limites das medidas governamentais que não enfrentam, em âmbito estrutural, as desigualdades sociais e raciais que sustentam a violência e a insegurança em contextos urbanos.

O governo estadual também adotou outras estratégias para o enfrentamento da violência letal. Entre elas, encontra-se a criação do Plano Estadual de Segurança Pública (2007-2010), elaborado pela SESP na gestão de Paulo Hartung (2003-2010). O plano priorizou investimentos em ações estratégicas, no controle da população carcerária e na integração de sistemas de inteligência. O documento aponta para a transformação do ES em um modelo de recuperação do sistema prisional, baseado em processo de reforma no estado.

Até meados de 2006, o estado ganhava visibilidade na imprensa nacional em razão do caos nas prisões, marcado por práticas de tortura, esquartejamento de presos, pessoas presas em contêineres, infestação de insetos, lixo acumulado e esgoto a céu aberto¹⁵. Em 2003, o estado contava com 13 unidades prisionais e população carcerária de 3,5 mil presos. Em 2025, a Sejus administrava 37 estabelecimentos penais no ES, com população prisional de 23.950 pessoas, distribuídas nos regimes provisório, fechado e semiaberto. De fato, temos observado o avanço da naturalização das prisões, a ponto de se tornar difícil imaginar uma sociedade que não recorra às prisões como solução para problemas sociais, uma vez que a reprodução da vida está estreitamente relacionada à produção de escassez e à produção da morte, em dinâmica contínua de acúmulo de violência que resulta no bloqueio da reprodução da vida negra. Informações sobre o tema apontam uma tendência de ampliação do sistema carcerário no estado, com investimentos milionários destinados à modernização e à construção de novos presídios¹⁶.

Com base no plano estadual, foram desenvolvidos três programas executados entre 2007 e 2010, voltados os setores apontados considerados prioritários. O primeiro foi o Programa para o Enfrentamento da Violência e da Proteção Pública, que concentrou ações preventivas

¹⁵ Informe sobre os presídios do ES em 2006 disponível em: <www.conjur.com.br/2009-jun-03/situacao-caos-presidios-es-existe-2006-mostram-dados/>. Acesso em: 26 abril 2025.

¹⁶ Informe sobre a construção de novos presídios no ES disponível em: <www.agazeta.com.br/es/cotidiano/haddad-autoriza-quase-r-400-milhoes-para-modernizar-e-construir-presidios-no-es-0623>. Acesso em 26 abril 2025.

integradas, repressão qualificada e adequação estratégica. Isso, por sua vez, incluiu o fortalecimento do policiamento comunitário, a proteção de grupos considerados vulneráveis, o reequipamento dos órgãos de segurança e a formação de redes sociais por meio de Conselhos Comunitários de Segurança (Espírito Santo, 2024).

O segundo — Programa de Reestruturação e Modernização dos Órgãos de Segurança Pública e Defesa Social — desenvolveu ações voltadas à reorganização institucional, à gestão do conhecimento, à modernização tecnológica e ao incentivo à participação popular (Espírito Santo, 2024). Por último, o Programa de Valorização Profissional direcionou ações de promoção, capacitação e valorização dos profissionais de segurança pública envolvidos em atividades de inteligência (Espírito Santo, 2024).

Em 2011, Renato Casagrande (PSB), no início de seu primeiro mandato à frente do Executivo estadual, implementou a primeira versão do programa Estado Presente em Defesa da Vida (2011-2014), voltado à reestruturação da política de segurança pública no ES. O programa parte do diagnóstico de que a velocidade do crescimento econômico e populacional experimentada pelo estado nas últimas décadas foi acompanhada, na mesma intensidade, pela expansão da violência letal, sobretudo nos municípios populosos.

Outra justificativa apresentada pelos documentos oficiais para a espiral da violência letal refere-se à ocupação irregular de áreas urbanas por populações de baixa renda, somada à ausência de políticas públicas consistentes no setor de segurança pública e defesa social. O programa concentra-se na “[...] expansão do acesso à educação, esporte, cultura, geração de emprego, renda e promoção da cidadania em áreas diagnosticadas como de alta vulnerabilidade social” (Espírito Santo, 2024). Sua estrutura organizacional baseia-se em três eixos de ações prioritárias, a saber:

Infraestrutura: investimentos em construção e reforma de unidades para as polícias, novas unidades prisionais e socioeducativas, além de aquisição de ferramentas tecnológicas, sistemas informatizados, viaturas e equipamentos de proteção individual. **Proteção Policial:** desenvolvimento de estratégias específicas para cada organização policial, incluindo identificação de criminosos, operações para cumprimento de mandados judiciais, mapeamento de locais de risco, monitoramento de indivíduos de alto risco de periculosidade e reforço de pessoal e equipamentos. **Proteção Social:** integração de ações governamentais e privadas para criar oportunidades e ambientes de cidadania em áreas vulneráveis, com base em diagnósticos situacionais das comunidades (Espírito Santo, 2024, [s.p.], grifos do autor).

Como um projeto territorializado de prevenção à criminalidade, na primeira edição do programa, as regiões atendidas eram chamadas de aglomerados, sendo identificadas por meio de características socioeconômicas, demográficas e de violência letal. Em resumo, o termo

refere-se a um conjunto de bairros contíguos geograficamente, com fatores semelhantes de infraestrutura, urbanização e serviços. A população é compreendida como estando sempre balançando entre um e outro:

[...] ponto limite a partir do qual aqueles direitos que caracterizam o cidadão deixam de existir para aqueles que, por seu turno, queriam os seus mecanismos de defesa específicos para tal estado de coisas elaborando um verdadeiro código de honra de lealdade entre si e de hostilidades as pessoas grupos ou instituições que representam as forças de repressão (Moura, 1977, p. 24).

A princípio, o programa focalizou 30 aglomerados territoriais no estado, sendo vinte da RMGV e dez em municípios do interior. Tais regiões concentravam mais de 50% dos crimes letais intencionais e compreendiam boa parte da população em situação de risco e vulnerabilidade social (Fajardo; Barreto; Figueiredo, 2014).

Após a definição dos territórios prioritários — processo que envolveu a identificação, categorização e seleção das áreas com maior vulnerabilidade —, o programa passou a adotar um modelo de gestão orientado por indicadores de desempenho. Esse modelo incluía a definição de metas, a avaliação contínua dos resultados alcançados e a análise da efetividade dos projetos e das ações executadas. Desde o início, o programa prezou pela liderança do governador como ator político capaz de articular e mobilizar vários outros atores sociais, como Organizações Não Governamentais (ONGs), igrejas, empresariado e academia científica.

Sendo assim, no Quadro 3, observamos como o programa se articula com a área educacional, colocando a educação como um dos fatores de prevenção à violência, cuja expansão de ações extrapola a segurança pública. Isso revela, portanto, possíveis tensões e interesses na relação entre políticas educativas e estratégias de controle social.

Quadro 4 – Relação dos projetos desenvolvidos no programa Estado Presente pela Secretaria de Educação

Construção, Reforma e Ampliação de Escolas	Coordenadores de Pais	<i>Up With English</i>	Jovens Urbanos
Este projeto da Sedu destina-se à construção, reforma e ampliação de escolas da rede pública estadual, priorizando áreas dos aglomerados do programa Estado Presente.	O projeto busca promover uma interação assídua dos familiares dos alunos nos trabalhos desenvolvidos pelas unidades de ensino, por meio de um profissional que atuará no eixo escola/família, visando, sobretudo, à redução da evasão escolar, da repetência e da distorção idade-série dos alunos do Ensino Fundamental, atendendo	Proporciona o aprofundamento dos estudos da língua inglesa aos estudantes do Ensino Médio regular dos aglomerados de Terra Vermelha e São Pedro, promovendo o tema empregabilidade. Além disso, os estudantes do projeto também podem fazer intercâmbio fora do país.	O programa Jovens Urbanos é uma iniciativa da Sedu, em parceria com a Fundação Itaú Social e a Coordenação Técnica do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec). O projeto tem como objetivo promover aos jovens de regiões menos privilegiadas o acesso a bens culturais e

	famílias e alunos do Ensino Fundamental e Médio das escolas nas regiões definidas pelo programa Estado Presente como áreas de vulnerabilidade.		tecnológicos, propiciando melhoria na qualidade de vida e no exercício da cidadania.
--	--	--	--

Fonte: Fajardo, Barreto e Figueiredo (2014).

Os projetos Coordenadores de Pais e Jovens Urbanos foram viabilizados “entre o governo — por meio da SEDU — e a FUCAPE, com apoio do Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação¹⁷” (Fundação João Mangabeira, 2015, p. 103). Nesse contexto,

Contrariamente ao nome do programa que aponta para a presença do aparato estatal em tais comunidades, na verdade, tal presença se dá pela via da terceirização da responsabilidade do poder público, lançando na mão do capital o contato com as comunidades historicamente subalternizadas (Frois, 2025, p. 176).

Embora o programa Estado Presente seja difundido como uma política inovadora, por articular ações policiais e sociais, essa proposta de integração revela uma estratégia de consolidação e perpetuação da hegemonia da classe dirigente, a qual se consolida por meio de formas de regulação da vida e das capacidades humanas que são racializadas e generificadas.

Nesse movimento, com base na teoria gramsciana, o uso da violência e dos instrumentos repressão não são suficientes para a conquista de uma hegemonia. É preciso um sistema de instrumentos de produção intelectual, de organização da vida prática e de disseminação de consensos para sua consolidação e manutenção. Em outras palavras, “a hegemonia é, ao mesmo tempo, direção ideológico-política da sociedade civil e combinação de força e consenso para obter o controle social” (Acanda, 2006, p. 178). Além disso, as ações educativas das políticas de segurança pública promovem um consenso ativo que contribui para determinar a dinâmica da infraestrutura econômica e social, pautada na ideia de “segurança cidadã”, a qual será abordada neste trabalho. Daí a importância da coerção e do consenso na conquista de uma hegemonia que

[...] se caracteriza por uma combinação de força e consenso, que se equilibram de diferentes maneiras, sem que a força predomine demais sobre o consenso e buscando

¹⁷ O Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação (Meesa) atua desde 2003 como um aparelho privado de hegemonia, constituído por frações da burguesia capixaba. Atua na formulação, execução e implementação de políticas, especialmente no campo educacional, por meio de parcerias com fundações empresariais e institutos privados. Sob o discurso de “revigorar a economia, moralizar a política e resgatar a autoestima dos capixabas”, o Meesa fortalece a presença do setor empresarial na educação pública capixaba, evidenciando o avanço da lógica de mercado sob a esfera pública, uma vez que “A educação tem uma posição estratégica na sua forma de interferir, sobretudo na preocupação de uma educação pública voltada para a formação de ‘capital humano’ para atender ao desenvolvimento econômico” (Frois; Della Fonte, 2023, p. 16).

que a força apareça apoiada na aprovação da maioria, expressa por meio dos chamados órgãos de opinião pública (Gramsci, 1975, p. 1.638).

A hegemonia constitui, pois, o próprio poder político, configurando uma relação que existirá enquanto o capitalismo for o sistema econômico vigente. Pensar em hegemonia é compreender que, enquanto existirem grupos hegemônicos, também permanecerão os grupos subalternos, o que estabelece as relações sociais de força e assegura a reprodução do sistema por formas que são e não são consideradas como trabalho (como o trabalho no tráfico de drogas ou o trabalho de reprodução social, por exemplo). Assim, “[...] a hegemonia denota uma transformação de dentro para fora, tanto do sujeito quanto do seu meio” (Gramsci, 2001, p. 245). Essas transformações, porém, não são aleatórias. Há uma classe hegemônica que se empenha em promover valores, crenças, normas e princípios sociais em prol de sua permanência no poder e do seu uso como forma de controle cultural. A hegemonia que nasce da luta de classes pode ser tanto domínio quanto direção, como uma concepção de mundo elaborada filosoficamente, podendo apontar para a capacidade de o sujeito reconhecer que faz parte de uma determinada força capaz de construir uma hegemonia dos subalternos a partir da organização de classe.

Em um fórum presidido pelo governador do Estado, analisamos os indicadores de homicídios, as metas predeterminadas e os indicadores de desempenho das instituições policiais. A atuação concentrada em territórios considerados focos de conflito revela uma seletividade já indicada por pesquisas, na qual a intervenção policial varia conforme o local onde ocorre, sendo maiores a suspeição e a repressão nas favelas brasileiras. Essa abordagem, nada aleatória, tende a criminalizar espaços, fomentando a lógica da pacificação e do controle sob o discurso da prevenção. Nesse contexto, o programa funciona mais como um instrumento de legitimação da ordem social do que como um real mecanismo de transformação, reforçando, na prática, as estruturas de dominação e o papel do assistencialismo e da repressão sobre as classes subalternas.

É a partir de 2014 que o programa Estado Presente ganha uma nova versão, denominada Estado Presente: Segurança Cidadã no Espírito Santo. O foco passou a ser a redução dos índices de violência e criminalidade, sobretudo dos crimes letais intencionais — homicídio, feminicídio, latrocínio e lesão corporal seguida de morte. O programa Estado Presente consta no Contrato de Empréstimo n.º 3.279 da Operação de Crédito Brasil (OC-BR), com a finalidade de contribuir para a redução dos elevados índices de crimes violentos (homicídios e roubos) em nove municípios do ES. Entre seus objetivos específicos, destacamos: (i) aumentar a efetividade da Polícia Civil e da Polícia Militar no controle e na investigação de crimes violentos; (ii)

incrementar as oportunidades de inclusão social, com foco em jovens de 15 a 24 anos em condições de risco à violência; e (iii) reduzir a reincidência da população jovem em conflito com a lei.

O programa tem suas ações divididas em dois eixos prioritários: eixo Proteção Policial e eixo Proteção Social, sob a coordenação da Secretaria de Estado de Economia e Planejamento (SEP). De acordo com o *Eixo de proteção policial: manual básico* (2019), a governança e a gestão orientada para resultados são as premissas básicas da ação, com papel central do governador monitorando todas as atuações. O programa foi elaborado com apoio no conceito de segurança cidadã, adotado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Todas as proposições contidas no projeto vão ao encontro do que apresenta o programa Estado Presente em Defesa da Vida, uma vez que há similaridade entre os objetivos, inclusive no apontamento de territórios prioritários.

Em março de 2014, Renato Casagrande (PSB) aprovou a Lei Estadual n.º 10.186, que autorizava o Executivo a contratar um empréstimo de até 56 milhões de dólares com o BID, recurso destinado à implementação de uma nova fase do programa Estado Presente: Segurança Cidadã no Espírito Santo. A lei destina os recursos a ações integradas de prevenção e combate à criminalidade, bem como o acesso da população a serviços de infraestrutura urbana, equipamentos públicos e serviços socioassistenciais para áreas de vulnerabilidade social de atuação do programa. O contrato foi assinado em dezembro de 2017, com foco no fortalecimento das ações do programa Ocupação Social, do sistema do Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo (IASSES), que atende jovens em situação de conflito com a lei, bem como na melhoria da efetividade policial para prevenção, controle e investigação da criminalidade, a cargo das Polícias Civil e Militar.

As políticas públicas de prevenção que receberão esses recursos também passam pela capacitação de policiais, pela ampliação do sistema da delegacia on-line e pelo desenvolvimento da polícia técnico-científica, além do fortalecimento da socioeducação. O intuito é reduzir o encarceramento, prevenir a criminalidade e a violência contra a mulher e promover a cultura da paz (Espírito Santo, 2017). O valor principal da dívida decorrente desse contrato deve ser pago ao BID; a primeira prestação foi quitada em maio de 2023, e a última está prevista para novembro de 2041. O prazo de execução do programa será de cinco anos.

O BID consolidou-se como um formulador de políticas de segurança pública sob o discurso de “colaboração” com os países da América Latina e do Caribe para enfrentar os desafios da “segurança cidadã” e da justiça. Os investimentos são justificados como forma de reforçar o

Estado de direito e promover o “desenvolvimento econômico e social”. A proposta do BID é exercer uma nova abordagem para a segurança pública, tratando a violência por meio de políticas públicas multidisciplinares, integradas, aliadas ao estímulo à “cultura de paz”, demandada por eles às custas do nosso sangue e suor. Com base em experiências consideradas “bem-sucedidas” de cidades como Bogotá, Medellín e Nova York, as estratégias do campo da segurança têm sido integradas entre diferentes áreas de atuação, com ênfase na “prevenção” da violência:

Estamos diante de uma renovada forma de organização da política criminal, rebatizada de segurança cidadã, não mais dever exclusivo dos órgãos policiais, mas dever de todos, requerendo o trabalho conjunto das comunidades (organizadas em conselhos comunitários de segurança), parceiros privados, polícias civil e militar, ministério público, secretarias de estado, além da mão direta do governador. Dessa forma, ocorre uma remodelagem da nova gestão pública, aliando políticas sociais e ação policial orientadas por ferramentas de coleta de dados e inteligência em uma gestão contínua por resultados (Lima *et al.*, 2025, p.7)

Apesar dessa nova face da organização da política criminal, a transferência de métodos de controle social considerados “bem-sucedidos” não é uma novidade. De acordo com Gilmore (2025), o aumento das prisões nos Estados Unidos é potencialmente o principal fator em futuros “modelos de circulação da globalização” porque “[...] a construção de prisões é a construção do Estado minimamente contestado, e os Estados Unidos são os principais exportadores de ideologias e sistemas” (Gilmore, 2025, p.129). Esse processo acentua a dimensão política da dependência, facilitado pelas burguesias locais dos países subalternizados, sendo os Estados de países dependentes alvos de modelos de gestão da segurança marcados pela ausência de independência política e pelo enfraquecimento de projetos autônomos de caráter anti-imperialista, anticapitalista e com possibilidades de unidade popular.

Com a promoção de financiamentos em larga escala para reformas estruturais, na Argentina, por exemplo, o BID está trabalhando em duas frentes prioritárias: fortalecer as instituições federais de segurança e modernizar o sistema de justiça criminal por meio da implementação do novo Código de Processo Penal Federal. Por certo, o fortalecimento e a legitimação dos aparelhos de controle social do Estado não se dão de maneira neutra, mas articulam-se às necessidades de manutenção da ordem social nos países da América Latina, nos quais a criminalização da pobreza e a gestão punitiva da questão social assumem papel central. Nesse contexto, a chamada “segurança cidadã” revela-se como estratégia de gestão da ordem e da violência em sociedades estruturalmente dependentes, para que nada atrapalhe o cumprimento das tarefas postas à classe trabalhadora, nesses países subalternizados, determinadas pela divisão internacional do trabalho (Marx, 2011).

A respeito do sistema socioeducativo, Meneghetti (2018, p. 139-140) pondera que:

[...] os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas são vistos como força de trabalho em potencial. Daí a necessidade de ministrar-lhes instrução mínima, fornecer-lhes conhecimento técnico, desenvolver suas habilidades e aptidões, sua capacidade produtiva. De preferência, que isso atenda as demandas mais imediatas do capital, que ajude a suprir a falta de mão de obra neste ou naquele setor da economia, ainda que seja na informalidade ou que os salários sejam ínfimos, pois o que importa é “dar uma oportunidade para os adolescentes se reintegrarem à sociedade”.

Em 2024, o governo estadual inaugurou a primeira escola de tempo integral localizada dentro do sistema socioeducativo capixaba, no Centro de Atendimento Socioeducativo (CSE) de Tucum, em Cariacica¹⁸, administrado pelo IASES. O objetivo é atender 90 estudantes que cumprem medidas socioeducativas, com idade entre 15 e 18 anos. Desde 2023, o governo federal tem destinado investimentos aos estados da Federação, que chegam a R\$ 17,4 milhões, voltados ao sistema socioeducativo¹⁹. As ações são coordenadas pela Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA) e pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) e visam ampliar o número de entidades e unidades socioeducativas atendidas.

Nesse contexto, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) é um órgão que não deve passar despercebido nas análises da segurança pública. Ele constitui uma política pública destinada à promoção, proteção e defesa dos direitos humanos e fundamentais de adolescentes e jovens responsabilizados pela prática de ato infracional. O Sinase foi aprovado pela Resolução n.º 119 do Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, em 11 de dezembro de 2006, e regulamentado pela Lei n.º 12.594 de 2012. O Sinase consiste no conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas. Inclui, por adesão, os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas de atendimento a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas (Brasil, 2012). Meneghetti (2018, p. 136), em uma perspectiva avançada sobre a socioeducação, afirma que:

No Sinase, a disciplina é considerada apenas como meio ou instrumento para a realização da ação pedagógica. Mas a disciplina é bem mais do que isso. Ela é a alma das medidas socioeducativas. Suas técnicas permitem articular meios e fins: punir moderadamente ou responsabilizar, fazer respeitar as leis e instruir para o trabalho.

¹⁸ Informe sobre a primeira escola de tempo integral localizada dentro do sistema socioeducativo capixaba disponível em: <elimarcortes.com.br/2024/02/05/governador-abre-ano-letivo-inaugurando-primeira-escola-de-tempo-integral-dentro-do-sistema-socioeducativo-capixaba/>. Acesso em: 1 maio 2025.

¹⁹ Informe sobre o investimento de 17,4 milhões para o sistema socioeducativo disponível em: <agenciagov.ebc.com.br/noticias/202503/governo-federal-destina-r-17-4-milhoes-para-o-sistema-socioeducativo-e-amplia-parcerias-com-os-estados/>. Acesso em: 1 maio 2025.

É nesse contexto que temos a instauração dos CRJs em áreas específicas do estado capixaba. A integração de uma política social destinada à juventude com uma política de segurança pública, como é o programa Estado Presente, parece ser a solução viável encontrada pelo Estado para o enfrentamento da criminalidade no ES.

Com a intenção de reduzir as taxas de violência no ES e promover uma aparente paz social, por meio da expansão do sistema carcerário e da promoção de uma formação socioeducativa, os jovens passariam a receber oportunidades de desenvolvimento intelectual e profissionalmente, em vez de permanecerem nas ruas praticando atos criminosos. Por consequência, deixariam de ser uma preocupação para o Estado, caso aprendessem a ser sujeitos passivos e contentados. Logo, reconhecemos que essa garantia de formação e de melhores condições de vida por meio da profissionalização está atrelada a um desejo político-formativo que garanta a conformação dos sujeitos à ordem capitalista vigente.

3.3 A GESTÃO DOS CRJs PELOS APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA

De acordo com os dados mais recentes do *Mapa das Organizações da Sociedade Civil*, o Brasil registra com um aumento significativo e constante no número de OSCs, totalizando mais de 897 mil organizações ativas: “na série histórica, o Brasil tinha cerca de 746 mil organizações em 2014, representando um aumento de 151 mil (16,83%) na última década” (IPEA, 2025). Essas organizações correspondem ao que antes eram as chamadas “Organizações Não Governamentais (ONGs)” e que, na atual conjuntura, são as denominadas organizações sem fins lucrativos. Em relação aos recursos financeiros adquiridos pelas OSCs por meio de transferências do governo federal, “o valor médio (empenhado) transferido por OSC passou de R\$ 2,2 milhões, em 2001, para R\$ 2,68 milhões, em 2023, após alcançar a maior média em 2021 (R\$ 3,76 milhões)” (IPEA, 2025). Importante destacar que essa é uma tendência que ocorreu ao longo de todo o século XX. Essas “[...] organizações setoriais, muitas delas com amplo alcance nacional, agrupando frações específicas burguesas” (Fontes, 2018, p. 225) tratam não apenas de interesses econômicos, mas também de aspectos educacionais e sociais, assegurando relações estreitas com o Estado burguês.

Diante da forte presença e influência de entidades, associações e instituições no controle de espaços públicos, no interesse na formação dos trabalhadores da educação e na autonomia que tem sido dada a essas organizações no que diz respeito à elaboração de políticas públicas e ao recebimento de recursos financeiros no âmbito federal, municipal e estadual, essas organizações, na perspectiva gramsciana, configuram-se como aparelhos privados de hegemonia. Sendo assim, esses APHs organizam as ideias de determinada classe e difundem

sua concepção de mundo por meio dos intelectuais orgânicos.

Em especial, os APHs burgueses apresentam-se como solução para questões sociais, transformando o particular de uma classe em universal. Dessa maneira, a política do CRJ está vinculada à presença e ao fortalecimento dos APHs no ES. Atualmente, contabilizamos dez APHs atuantes na gestão dos CRJs no estado capixaba, o que indica que esses aparelhos tendem a determinar, para as juventudes das periferias, as suas relações de trabalho, sua formação educativa, sua compreensão de mundo e a formação de uma nova consciência que atualiza e reconfigura à dominação de classes. Além disso, nesse engodo, encontram-se inúmeras deformações que o fenômeno estético sofre, visto que os APHs, como uma unidade ideológica voltada à produção de consenso, atuam no controle e organização da cultura, afunilando possibilidades mais efetivas de uma formação humana concretamente possível para a classe trabalhadora. Dito isso, o objetivo desta seção é apontar o conjunto de atuação política, econômica e educativa dos APHs que têm moldado a existência dos jovens trabalhadores no ES.

Atualmente, a gestão do CRJ Terra Vermelha, em Vila Velha, é realizada pelo Bem Brasil — Instituto de Desenvolvimento Social. A contratação desse APH foi oficializada com a publicação do Termo de Colaboração n.º 001/2021, por intermédio do governo estadual e da Secretaria de Direitos Humanos. O valor total da contratação foi de R\$ 9.120.647,32 para o funcionamento do CRJ Terra Vermelha pelo período de 54 meses.

O Bem Brasil foi fundado em maio de 2005 e está localizado em Vitória (ES). De acordo com a página oficial do instituto na internet²⁰, o público-alvo das atividades promovidas é composto pelas juventudes, pelas mulheres e pela população negra. Em geral, o principal objetivo apresentado pelo instituto é contribuir para o desenvolvimento das pessoas. Esse APH atua na realização de projetos, entre eles o “Fazendo Arte”, que atende o público feminino a partir dos 15 anos, nas faixas de renda entre um e três salários mínimos, moradoras das comunidades situadas no entorno do bairro Centro na capital capixaba. A ação territorializada busca qualificá-las por meio do empreendedorismo, tornando-as empreendedoras locais com base em uma perspectiva inclusiva e sustentável.

Por certo, essas ações focalizadas nas identidades de gênero apontam para as formas de adaptação do capitalismo, ao transformar iniciativas específicas para mulheres em novas possibilidades de lucro e controle. A partir desse projeto, foi criada a marca “Guananira”, cujo

²⁰ Página oficial do instituto disponível em: <https://www.bembrasil.org.br/>. Acesso em: 13 out. 2025.

slogan é “peças que contam histórias”. O discurso utilizado pela marca segue a lógica do empoderamento feminino, segundo a qual as mulheres devem superar os desafios reinventar-se, além de mobilizar a retórica das mulheres guerreiras. O termo “empoderamento” vem sendo utilizado, por vezes, de maneira excessiva, mascarando uma falsa autonomia concedida às mulheres. A partir do prisma da totalidade,

Os grupos subalternos sob o capitalismo têm em comum a luta contra exploração, a alienação e a opressão, mas eles experimentam essas relações de formas diferentes, tendo conflitos intraclasse por conta da natureza contraditória da classe. O movimento de mulheres negras é um exemplo histórico da natureza contraditória da classe trabalhadora (Machado, 2024, p. 327).

No palco das políticas públicas, a imagem de um governo que adere à agenda da diversidade reforça o poder estatal sobre essas trabalhadoras e fragmenta pautas políticas que envolvem as relações de classe, raça e gênero etc. No setor empresarial, as vantagens de contratar mulheres ou pessoas negras, por exemplo, também indicam dimensões políticas e ideológicas. Além dos benefícios econômicos, uma vez que esses grupos podem ser contratados com salários inferiores, a empresa também pode ser reconhecida como “cidadã” e de “responsabilidade social”. Portanto, verificamos que a pauta da diversidade se configura como um fator altamente lucrativo no modo como o capitalismo se fortalece ao incorporar essas lutas e demandas.

No que diz respeito às ações relativas às juventudes no CRJ, o Bem Brasil:

[...] busca desenvolver ações itinerantes de serviços que contribuam para o enfrentamento à letalidade da juventude, bem como o combate à violência sofrida e cometida pelos jovens do município de Vitória numa perspectiva de apoiar, fortalecer e contribuir para o aprimoramento das políticas públicas a partir do locus privilegiado onde estes jovens vivem, ou seja, no território. Assim, busca a articulação de espaços e atores que possam contribuir para o desenvolvimento integral dos jovens, consolidando o direito a uma vida digna e ao seu pleno desenvolvimento como indivíduos, o que inclui o acesso à arte, à cultura, à informação, à participação social, política e comunitária (Instituto Bem Brasil, [s.d].)

O trecho acima expõe intenções progressistas, desde o combate à letalidade da juventude até a promoção da cultura e da arte, para alcançar uma vida digna. Esse discurso também é recorrente em outros APHs, revelando uma orientação comum entre tais iniciativas. O discurso aponta para a importância da atuação nos territórios, uma vez que “[...] essas áreas e a população jovem que nelas habitam têm um histórico consistente de negligência pelos formuladores de políticas públicas” (Espírito Santo, 2022a, p. 12). Nesse sentido, buscam cativar os jovens por meio de práticas culturais e da oferta de ensino de ofícios, iniciativas que compõem um ideal de “desenvolvimento integral”. Na dinâmica do capital, o desenvolvimento integral dos indivíduos

é inconcebível, uma vez que se orienta para o trabalho mais precarizado possível, no qual os indivíduos devem ser preparados para desempenhar o maior número de atividades profissionais, a fim de garantir a sua sobrevivência.

Desde dezembro de 2019, a Secretaria de Cidadania, Direitos Humanos e Trabalho (Semcid) e o Bem Brasil firmaram o Termo de Colaboração n.º 195/2019 para a criação de um espaço público chamado “Casa da Juventude”. Esse local funcionaria como um dos equipamentos públicos subordinados à Coordenação de Políticas dos Direitos da Juventude, vinculada à Semcid da Prefeitura Municipal de Vitória. A ideia é que a autonomia e a participação da juventude sejam fundamentais para solucionar os problemas da sociedade: “os jovens podem e devem contribuir decisivamente para dinamizar a sociedade e propor soluções para os seus principais problemas” (Instituto Bem Brasil, [s.d.]). Com base nessa afirmação, a transformação coletiva das condições de vida dos jovens dependeria de a própria juventude criar soluções para problemas que são consequências do modelo econômico em que estão inseridos.

O discurso responsabiliza a juventude diante da incapacidade do Estado burguês de lidar com problemas estruturais, complexos e sistêmicos. Por certo, seria ingênuo de nossa parte acreditar que as pautas contra-hegemônicas seriam incorporadas plenamente no âmbito das prioridades do Estado, uma vez que essas soluções são claramente uma ameaça ao poder estatal. Sabemos que a juventude, de forma isolada, jamais conseguirá solucionar as demandas materiais de emprego, alimentação, saúde e infraestrutura.

A Casa da Juventude define como pilar o fortalecimento da “cidadania”, da “inclusão social” e do “protagonismo juvenil”. O local se apresenta como um espaço pedagógico focado nas múltiplas aprendizagens, visto que:

Para as juventudes o processo de inclusão social está diretamente relacionado à inclusão no mercado de trabalho. O desemprego e os estigmas sofridos devido à raça e à origem são alguns dos fatores responsáveis pela exclusão de jovens, e o trabalho é uma referência estratégica para o resgate da cidadania e da autoestima (Instituto Bem Brasil, [s.d.]).

Às crianças e aos adolescentes não são dadas as condições para permanecerem na escola, ao passo que, durante a juventude, são empurrados para a informalidade promovida pela lógica da terceirização e da uberização. Nesse sentido, o anseio de empregar os jovens decorre tanto da necessidade de ocupar e controlar integralmente o tempo da classe trabalhadora quanto da intenção de baratear custos na contratação no mercado de trabalho. Esse movimento desencadeia uma série de atividades focalizadas em uma *pseudoprofissionalização*, como as oficinas de geração de renda presentes nos CRJs.

Entre as oficinas de geração de renda já realizadas no CRJ Terra Vermelha, as oficinas de barbearia e trança são muito recorrentes e realizadas para incentivar a juventude ao trabalho desprovido até mesmo de parques direitos sociais, bem como gerar uma expectativa de conquista de vagas no mercado de trabalho formal por meio do aprendizado desses ofícios, uma vez que os jovens participantes podem receber certificação dessas atividades. Com o apoio do CRJ no empréstimo de equipamentos de trabalho, os jovens podem iniciar ou continuar a sua vida laboral “por conta própria”, o que é visto de forma positiva pela política, apoiada no senso comum da “cultura empreendedora”. De acordo com a coordenadora de Articulação do CRJ, Alessandra Moreira, “[...] tanto as oficinas de barbearia como as de tranças são muito procuradas pelas juventudes, porque possibilitam que eles de forma rápida consigam gerar renda o que os estimula a se dedicarem e aprenderem cada vez mais” (Moreira in: SEDH, 2024, s.p.). O público a quem mais se dirige a falácia do empreendedorismo é a juventude das periferias, como bem sabemos. Essas oficinas são oferecidas com a intenção de obter resultados imediatos, principalmente no que diz respeito a uma suposta autonomia financeira, para que todo o tempo de vida seja destinado ao trabalho mais exaustivo, sobretudo pela ausência cada vez maior de tempo livre, e isso nem gere uma ebulição social e que reste menos possibilidade de organização e formação política de ordem mais radical.

Outras atividades do Bem Brasil são realizadas por meio do Núcleo Afro Odomodê, idealizado pela Prefeitura Municipal de Vitória para jovens de 15 a 29 anos. O espaço tem como referência e direcionamento as políticas públicas norteadoras do trabalho, como a Lei n.º 12.288/2010 – Estatuto da Igualdade Racial – e a Lei n.º 12.852/2013 – Estatuto da Juventude. As atividades

[...] visam demonstrar a execução da Política Pública na promoção e inclusão da juventude negra, utilizando ferramentas da arte e cultura para trabalhar questões socioeducativas com jovens, com foco na ressignificação e fortalecimento da identidade étnico-racial. Busca realizar ações durante todo o ano nas áreas dos direitos humanos, cidadania, utilizando a arte, a cultura, a educação e o trabalho como instrumentos para o combate ao racismo, resgatando a identidade afro-brasileira e fortalecendo o protagonismo juvenil (Instituto Bem Brasil, [s.d.]).

Outro APH envolvido com a gestão do CRJ é o Instituto Abequar, reconhecido pelas políticas públicas de assistência social por promover projetos para crianças, adolescentes e jovens. “Abequar” vem do Tupi-Guarani e significa “deus do voo” ou “homem livre”. Surgiu em 2010 com a finalidade de complementar a atuação das políticas públicas. Suas ações estão de acordo com a Rede Salesiana Brasil, rede privada de educação católica que conta com 5.007 educadores e 68.693 alunos, da Educação Infantil ao Ensino Médio, em mais de cem escolas. No discurso institucional, esse APH busca “promover o desenvolvimento integral e a cidadania de indivíduos em situação de vulnerabilidade e violência” (Instituto Abequar, [s.d.]).

Como missão, o Instituto Abequar pretende “ser canal de ações afirmativas de forma a colaborar para o Bem Viver da humanidade que contemple de forma direta e indireta a realização de trabalhos comunitários ou institucionais” (Instituto Abequar, 2024, p. 6). O instituto considera a justiça social um valor a ser cultivado, porém em uma perspectiva de justiça social ausente de qualquer incentivo ao debate das classes sociais. Nesse sentido, o tema é contemplado do seguinte modo:

Estabelecimento de convívio social que envolva produzir, dividir e aprender com os outros; compromisso com a causa humana, percebendo-se como agente de transformação da realidade e de si mesmo. É a virtude que regula as relações pessoais, permitindo que cada pessoa seja tratada com total dignidade e valor transcendental. Ela exige o justo ordenamento dos bens comuns na sociedade e proíbe as desigualdades humanas, especialmente, em se tratando daqueles que não têm condição de se defender. A Justiça social busca a igualdade para todos. Portanto, toda situação que fere os direitos e a dignidade fundamental da pessoa é injustiça (Instituto Abequar, 2024, p. 6).

Esse APH trabalha de forma integrada com o Sistema Preventivo de Dom Bosco. Trata-se de uma abordagem educacional baseada em três pilares: razão, religião e amor. Criado por São João Bosco, fundador dos Salesianos, o sistema busca formar jovens autônomos, responsáveis e conscientes, preparando-os para enfrentar os desafios da vida (Abequar, 2025). Ele tem atuado no ES com projetos culturais, esportivos e de proteção social. Entre seus principais projetos está a Obra Social Avó Maria, que afirma oferecer assistência social básica por meio do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). O trabalho envolve crianças e adolescentes do bairro Pó do Shell, em Linhares, que estão em risco pessoal e social, uma vez que o bairro é marcado pela criminalidade. Em 2024, o instituto criou a Obra Social Agenor Biancardi (OSAB), localizada em Jaguaré, no norte do ES, com o mesmo objetivo do projeto anterior, voltado à transformação social de crianças, adolescentes e suas famílias.

Sabemos que as instituições religiosas estão muito presentes em locais periféricos; no vácuo deixado pelo Estado, aparentam ser uma alternativa para essa população, que sofre pela ausência de direitos básicos. Ao oferecerem abrigo, alimentação, apoio espiritual e psicológico, atendem, de forma assistencialista, às urgências materiais — ainda que de forma paliativa — dos moradores das periferias. Contudo,

Para Gramsci, o Estado não está apenas numa ‘cúpula’, ainda que assim procure se apresentar. Ao contrário, o Estado capitalista ampliado integra e penetra espaços crescentes da vida social, da mesma maneira que as entidades organizativas - ligadas aos grupos dominantes e/ou subalternos - não estão apenas do lado de fora, mas também são incorporadas às definições políticas (e de políticas públicas). Com isso pode conter os impulsos revolucionários dos subalternos (modificando-os e conformando-os através de revoluções passivas) e assegurar as condições de reprodução de uma acumulação capitalista a cada dia mais dinâmica, mais extensa e mais complexa (Fontes, 2018, p. 221).

Nesse sentido, as instituições religiosas como parte integrante da sociedade civil ao lado dos APHs, das escolas, dos sindicatos e partidos, é marcada por conflitos de classes, uma vez que é “em seu seio que se elaboram e se confrontam projetos distintos e até mesmo antagônicos, ficando claro, no pensamento gramsciano, que ela é a arena da luta de classes e da afirmação de projetos em disputa, derivados de aparelhos de hegemonia distintos” (Mendonça, 2014, p. 36). Quando prestam acolhimento e apoio a pessoas marginalizadas, as instituições religiosas também reforçam discursos de obediência, submissão e desmobilização política, contribuindo para a contenção de tensões sociais. Por isso a importância de questionar as práticas e abordagens do assistencialismo religioso, pois se tratam de ações pontuais que difundem a ideia de que o sofrimento é uma responsabilidade individual além de ser dignificante, que a ausência de esforço caminha *pari passu* com possíveis falhas morais dos sujeitos. É no cotidiano marcado por situações degradantes de fome, desemprego, endividamentos das famílias, serviços de saúde insuficientes etc. que as comunidades religiosas crescem e fazem política nas periferias urbanas. A articulação entre fé, gestão e governo tem sido central para a administração da pobreza nas periferias, uma vez que ações paliativas não confrontam as estruturas sociais e econômicas subjacentes. Por consequência, os processos de culpabilização, autojulgamento e gestão da moral nessas localidades se tornam comuns, naturalizados e extremamente funcionais ao Estado burguês.

Para dar continuidade, destacamos a atuação do APH Adesjovem, que realiza a gestão do CRJ de Feu Rosa, em Serra (ES) desde dezembro de 2021, com a colaboração da Secretaria Estadual de Direitos Humanos. Desde 2005, ele já atuava em outras frentes como uma OSC, fundada por um grupo de jovens da Grande Vitória, inspirados pelo programa de rádio “Fala jovem”. O programa visava proporcionar um espaço para que as juventudes divulgassem seus projetos. Um dos focos desse APH é a promoção de ações e projetos para desenvolver “competências empreendedoras” entre os jovens. Observamos como o “discurso empreendedorista” se faz presente na atuação dos APHs, com oficinas de costura básica, barbearia e design de sobancelhas, por exemplo. Ao lado disso, acontece o desenvolvimento de projetos que envolvem capoeira, danças, clube de livros, concursos de poesia, sarau, grafite, audiovisual etc.

Com uma visão bastante assertiva sobre o empreendedorismo, Catini (2020) aponta que ele não é um elemento exclusivo dos currículos escolares flexíveis, mas um projeto a ser realizado e expandido nas periferias por meio de uma educação não formal, com foco no disciplinamento para o trabalho precário. Esses APHs quase sempre afirmam contar com uma equipe

multidisciplinar para atender às juventudes — equipe que pode reunir advogados, administradores, assistentes sociais, pedagogos, comunicadores e professores —, a fim de colaborar com o desenvolvimento de projetos. Na prática, contudo, esse quadro de profissionais comumente é desfalcado.

Entre as atividades de cunho permanente vinculadas à Adesjovem está o projeto Capoeira Transformando Vidas, que promove a capoeira como patrimônio cultural imaterial da humanidade pelas oficinas, vivências, formações, eventos e apresentações culturais, respaldadas nos conceitos de desenvolvimento regional, promoção da vida, inclusão e assistência social. As atividades incluem práticas de capoeira, maculelê, puxada de rede e samba de rosa. Por meio do projeto, busca-se fomentar o desenvolvimento sociocultural de crianças, adolescentes, jovens e adultos. Entre 2021 e 2023, o projeto foi coordenado por Alessandra dos Santos (Mestra Baixinha), professora de capoeira em escolas públicas, privadas e em projetos sociais desde o ano de 1999, que também já integrou a diretoria da Adesjovem.

Entre os APHs que têm realizado a gestão dos CRJs, o IBCA é o mais voltado à formação artística e cultural dos jovens. Surgiu em 2009, formado por um grupo de realizadores culturais do ES. Mais uma vez, as atividades destinam-se ao desenvolvimento cultural como caminho para a transformação social e a geração de emprego e renda. Os principais segmentos de trabalho concentram-se nas áreas de audiovisual, música, dança e teatro. Além disso, destacam-se os projetos Vídeo nas Comunidades (2012), Festival de Cinema de Vitória (desde de 2009), Vitória, Música e Arte (2012), produção do show de aniversário da cidade de Vitória (2012), Circuito Cultural (2010), Estúdio Animado (2010) e festivais de grande notoriedade, como o TendaLab.

O escopo do instituto abrange ações de “inclusão e educação cultural, com foco na promoção da cidadania, no estímulo à produção artística local e na capacitação de jovens e adultos em diversas manifestações culturais” (IBCA, 2025). As ações desse APH relacionam-se com o meio educacional mediante formações em arte, educação estética e crítica via produção cultural e do acesso à arte. Possui vínculo com a Secretaria de Estado da Cultura (Secult) para o desenvolvimento do programa Cultura em Toda Parte, além de receber incentivos financeiros por meio das Leis Rouanet e Paulo Gustavo.

O IBCA, ao fomentar o contato dos jovens com manifestações provenientes do trabalho artístico, considera a recepção estético-artística uma atividade mental de apropriação, pelos indivíduos, de obras produzidas no campo das artes. Entretanto, não é válido como um processo passivo de apropriação de uma determinada obra, uma vez que essas são atividades complexas,

as quais mobilizam toda a subjetividade do indivíduo. No que se refere à assimilação necessariamente crítica, Vladimir Lênin apostava na conquista do marxismo em seu significado e em sua contribuição histórica no campo das artes para o proletariado. Nas palavras do autor:

El marxismo ha conquistado su significación histórica universal como ideología do proletariado revolucionario porque no ha rechazado en modo alguno las más valiosas conquistas de la época burguesa, sino, por el contrario, ha asimilado y reelaborado todo lo que hubo de valioso en más de dos mil años de desarrollo del pensamiento y la cultura humanos. Sólo puede ser considerado desarrollo de la cultura verdaderamente proletaria el trabajo ulterior sobre esa base y en esa misma dirección, inspirado por la experiencia práctica de la dictadura del proletariado como lucha de éste contra toda explotación (Lenin, 1979, p. 271).

É desse modo que se atesta a importância da representação do momento histórico-social nas artes, pois é preciso expressar e assimilar um conteúdo humano, estético, ético e, por vezes, moral. Tendo como base essa perspectiva, é válido mencionarmos a atuação do IBCA como um executor e formulador de ações culturais e artísticas nas periferias. Evidentemente, ao aproximar a juventude das periferias com manifestações artísticas e culturais, podem ocorrer experiências formativas que fortalecem a capacidade de apreensão do real. Contudo, vejamos como a atuação territorializada do IBCA contribui para a nova fase da segurança pública no estado capixaba, uma vez que está alinhado às diretrizes do Programa Estado Presente, sob a justificativa de reduzir a violência nos territórios periféricos do ES. Nesse contexto, o IBCA gerencia o Projeto JuventudES, que consiste em fornecer recursos financeiros a 120 projetos sociais de jovens entre 15 a 24 anos com a temática de proteção social e de Direitos Humanos. Os recursos são divididos da seguinte forma: 20 projetos com R\$10 mil; 30 projetos com R\$5 mil; 40 projetos com R\$3 mil e 30 projetos com R\$1 mil, totalizando um investimento de R\$ 500 mil. O projeto incentiva a juventudes e/ou os coletivos jovens a criar projetos de natureza artístico-cultural, de lazer, de esporte, de cunho ambiental, entre outros, prevendo a produção dos respectivos resultados e produtos finais.

As produções artístico-culturais devem ter como foco as temáticas ligadas aos preceitos dos direitos humanos, incluindo questões relacionadas à valorização da diversidade social, valorização étnico-racial, de gênero, de pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua, enfrentamento aos diferentes tipos de violência, entre outros (Espírito Santo, 2026, p.6).

A articulação entre o IBCA e o Programa Estado Presente aponta para a relação entre coerção e consenso e porque são tão eficazes para a conquista e permanência de uma hegemonia. Nessa lógica, o Estado Burguês amplia sua forma de controle social tanto pelo aparato policial e jurídico quanto pelas políticas culturais gerenciadas pelos APHs, que podem funcionar e serem vistas como formas mais “sutis” de dominação, por isso mais fáceis de serem aderidas e legitimizadas. Portanto, a produção artística passa atuar dentro dos limites do Estado, distante

de um conteúdo socialmente necessário, de modo que se realize um efeito evocativo concreto e geral, que é também uma necessidade social.

Já o Instituto Raízes foi fundado em 2008 por jovens das comunidades Piedade e Fonte Grande, em Vitória, com o objetivo de preservar o samba local. Com o passar do tempo, esse APH expandiu suas ações, abrangendo setores culturais, comunidades e projetos. Suas atividades têm como foco “[...] empoderamento e inserção social dos participantes, promovendo os direitos humanos, igualdade racial, da cultura, memória e identidade, educação, infância e juventude, articulação em rede, combate à fome e a defesa da vida” (Instituto Raízes, 2024, [s.p.]). No eixo central de suas iniciativas estão as manifestações culturais e artísticas, que servem como base para outras intervenções e metodologias de trabalho.

Entre os projetos mais recentes realizados pelo Instituto Raízes está a formação de Núcleos de Leitura no Espírito Santo, que envolve a criação e o desenvolvimento de núcleos mediados em espaços de leitura, tais como bibliotecas municipais, bibliotecas comunitárias e pontos de leitura, conforme Plano de Aplicação da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PAAR-PNAB). Para a construção e a efetivação do programa, estão previstas ações em 10 localidades com ampla abrangência geográfica nos territórios das regiões Metropolitana e Norte, que integram o Programa Estado Presente. O projeto promove atividades literárias que podem incluir rodas ou clubes de leitura, contação de histórias, oficinas de criações literárias e criativas, atividades de incentivo à leitura via outras linguagens artísticas, como música, poesia, dança, teatro, cinema, pintura, desenho, história em quadrinhos, escultura, videogames, grafite e fotografia etc.

Em continuidade ao panorama dos APHs, o Cieds, que faz a gestão dos CRJs em Flexal (Cariacica) e Novo Horizonte (Serra), divulga como propósito gerar prosperidade para as pessoas. Fundado em 1998, suas ações concentram-se em quatro eixos: a) Educação; b) Inclusão Social e Bem-Estar; c) Empreendedorismo; e d) Engajamento Comunitário. Desse modo, aborda temas como educação pública, democratização da cultura, empreendedorismo juvenil, desenvolvimento comunitário e assessoria na implementação de políticas públicas socioassistenciais (Cieds, 2024). De acordo com o Relatório de Impacto (2024), o Cieds apoiou 640 empreendedores a aumentarem a renda de seus negócios. No campo da educação, assessorou 65 redes municipais escolares em todo o país, e 31.247 pessoas estão acessando políticas públicas socioassistenciais, além das ações conjuntas com o empresariado. Posto isso, esse parece ser o APH mais consolidado entre os citados até o momento em nosso estudo, seja pelo tempo de atuação, seja pelas atividades que alcançaram um número significativo de

pessoas.

Esse APH é signatário do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), com *status* de consultor especial do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas; membro do Grupo Consultivo da Sociedade Civil no Brasil do BID; integrante do Conselho Consultivo da Federação Latino-Americana de Cidades, Municípios e Associações de Governos Locais; e membro do Comitê Gestor do Programa Nacional de Voluntariado – Pátria Voluntária. A organização foi eleita a 2ª ONG mais relevante do Brasil e a 53ª do mundo pelo prêmio *The Dot Good*, em 2022. Em 2021, pela terceira vez, estava presente no ranking nacional das cem melhores organizações da sociedade civil brasileiras.

Por sua vez, o APH Ateliê de Ideias tem como missão “promover o desenvolvimento a partir da potencialização de boas ideias e soluções para problemas identificados a partir da interação contínua com as comunidades atendidas” (Ateliê de Ideias, 2018, [s.p.]). Consiste em um centro de “suporte” aos sujeitos locais, “para a produção de conhecimento, tecnologia social e apoio técnico na criação e implantação de estratégias de transformação das realidades locais” (Ateliê de Ideias, 2018, [s.p.]). Seu enfoque encontra-se na capacitação, assessoria e desenvolvimento de competências dos moradores da comunidade, oferecendo “suporte” na articulação e na mobilização social, na identificação de potenciais “empreendedores” e no estudo de oportunidades. Esse APH atua em cinco dimensões de desenvolvimento: cultural, social, econômica, ambiental e política. Predominantemente, atua no Território do Bem, formado pelas oito comunidades consideradas de baixa renda, que lidam com diversas precariedades estruturais e de serviços.

A Associação Amigos da Justiça, Cidadania, Educação e Arte é uma organização fundada em 2008, no município de Ibiraçu. Esse APH faz a gestão do CRJ em Aracruz. Atende a mais de mil pessoas em Ibiraçu, Aracruz, Conceição da Barra e João Neiva, mediante o oferecimento de estratégias preventivas e atuantes para reforçar os fatores de proteção à criança, ao adolescente, aos idosos e às suas famílias. Esse APH oferece atividades lúdicas e pedagógicas para que a população frequentadora possa adquirir “valores importantes e essenciais durante toda a sua vida” (Amigos da Justiça, 2025, [s.p.]). Para tanto, oferta aulas de violino, violão, ukulele e oficinas de cidadania.

Já em Viana, o Instituto Ellos de Inclusão Social foi fundado em dezembro de 2005. Sua missão consiste em fomentar a inclusão social por meio de atividades voltadas à educação, cultura e cidadania. Entre as ações desenvolvidas, ressaltamos as oficinas de artesanato e pintura, bem como as aulas de música e dança. O fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários é

outro foco do instituto. Para isso, promove reuniões periódicas com as famílias dos atendidos, as quais abordam temas como limites, comportamentos e relacionamentos, “visando à construção de um ambiente familiar mais saudável e harmonioso” (Ellos, 2025, [s.p.]). O instituto oferece cursos de capacitação profissional em áreas como informática e administração.

Nos CRJs de Linhares e Colatina, atua na gestão o Iphac (Instituto de Promoção Humana, Aprendizagem e Cultura). O fundador desse APH é Valdinei Valério²¹, que se apresenta como um empreendedor em busca da inclusão social e laboral de jovens, tendo instituído o Iphac em 2009. Adotando como *slogan* “tudo o que fazemos, fazemos com paixão”, o Iphac apresenta-se, em sua página oficial na *internet*, como uma entidade sem fins lucrativos que atua junto ao poder público e a empresas privadas na realização de programas e projetos. Entre as metas do instituto estão ações referentes à qualificação profissional e ao aperfeiçoamento tecnológico, visando à empregabilidade, ao empreendedorismo, à assistência social e psicológica, à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer. A intenção do instituto é inserir os adolescentes cada vez mais cedo no mercado de trabalho, na faixa etária entre 14 e 24 anos. Um dos objetivos é prepará-los para desempenhar atividades profissionais enquanto ainda frequentam a escola regular. Por outro lado, observa-se que esse incentivo parte do desejo de preparar a juventude para lidar com as mais diversas situações do mundo do trabalho, o que, na maioria das vezes, tem servido para tornar a juventude trabalhadora refém de empregos precarizados. O instituto também oferece estágios para estudantes acima de 16 anos, por meio de recrutamento e seleção de jovens para as empresas.

Na área educacional, o Iphac utiliza a “pedagogia do caminho”²², metodologia denominada pelo

²¹ Consideramos Valdinei Valério o principal intelectual orgânico desse APH, não somente por ser o fundador do instituto, mas por ser o maior propagador das ideias defendidas por esse aparelho, no campo da educação, da juventude e do trabalho. De fato, ele tem organizado e sistematizado discursos para a construção de uma hegemonia. Sua imagem é vinculada ao Iphac pelo canal das redes sociais do instituto. Ele atua desde 1998 em organizações sociais, com uma carreira consolidada como administrador, com experiência na gestão executiva no setor mercantil.

²²De acordo com as informações do Iphac, essa metodologia foi desenvolvida pelo instituto a partir das elaborações do professor Antônio Carlos Gomes da Costa, um estudioso sobre as questões da juventude e formulador da “Pedagogia da presença”, uma metodologia similar a “Pedagogia do caminho”. A metodologia foi testada com adolescentes e educadores durante dois anos. A expressão “Pedagogia do Caminho” é fruto do entendimento sobre duas necessidades, a do educador, em saber lidar com uma geração que traz comportamentos ditos “complexos” e “imprevisíveis”; e a do aluno, em aprender a lidar com suas “questões socioemocionais” de forma que elas não prejudiquem o desenvolvimento de sua autonomia pessoal, que controlem suas emoções para que elas não interfiram na disciplina e na capacidade produtiva. Desse modo, essas metodologias pedagógicas têm sido utilizadas por diversas fundações empresariais atuantes na educação formal e não formal. Entretanto, “[...] essa prática consiste em dispositivos de gestão da vida social desenhados para deslocar a noção de ação política coletiva para uma forma de participação baseada no fazer, num modo de conduzir a juventude a colocar-se em movimento constante e destituído do confronto e do antagonismo do fazer político” (Catini, 2022, p.964). Por consequência, “Forma-se uma intrincada engenharia motivacional da qual se exclui por princípio a origem da desmotivação” (Lima, 2023, p.16). Em suma, temos o componente curricular Projeto de Vida (PV) como um dos

próprio instituto como voltada à capacitação de professores e alunos para o futuro. O instituto acredita que o investimento na formação dos educadores é a solução para as consequências do período da pandemia de Covid-19 e dos recorrentes casos de violência nas escolas. No entendimento da instituição, as questões emocionais são colocadas em segundo plano, razão pela qual defende a necessidade de valorizar uma educação socioemocional, a qual, por conseguinte, acaba por culpabilizar os professores pelo fracasso do processo educacional dos alunos.

O discurso apregoadado pretende formar as novas gerações para o sucesso, com uma solução considerada inovadora por seus realizadores, que busca capacitar de forma socioemocional e criar vínculos com os governos e as instituições de ensino de todos os níveis. Nesse sentido, existe um interesse em equipar os jovens com supostas habilidades e competências indispensáveis para a contemporaneidade. Assim, a pedagogia do caminho aparece como uma solução para os jovens que desejam ser prósperos no mercado de trabalho, com base em uma formação cidadã.

Consoante a página oficial do instituto na *internet*, a metodologia baseia-se nos estudos do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e nas últimas descobertas da neurociência. Entretanto, não esclarece quais são esses estudos e as descobertas. Dessa forma, a capacitação socioemocional que o instituto busca oferecer focaliza três aspectos: autonomia pessoal, empreendedorismo e trabalho em equipe. O primeiro aspecto refere-se ao preparo de alunos para tomada de decisões responsáveis, gerenciamento de suas emoções e desenvolvimento de sua identidade; o segundo busca estimular a criatividade, a iniciativa e o pensamento inovador, preparando os jovens para os desafios do mundo do trabalho; o último trata do desenvolvimento de habilidades de comunicação, colaboração e resolução de conflitos, visando ao trabalho em equipe eficaz.

Em suma, a metodologia do projeto propõe uma “formação por momentos”, nos quais podem ser oferecidos *workshops*, seminários e palestras sobre educação e desenvolvimento socioemocional. Também prevê o fornecimento de materiais didáticos, como apostilas, livros e videoaulas para os educadores. Com a intenção de promover a pedagogia do caminho em sala de aula, o projeto viabiliza acompanhamento individualizado por meio de tutoria e mentoria para os professores.

maiores expoentes desse movimento motivacional e individualizado devido a sua margem de articulação das competências socioemocionais.

Em 2024, o Iphac filiou-se à Fundação Roberto Marinho para a utilização de sua metodologia de ensino e aprendizagem, apontando o interesse de empresas da comunicação na formação educacional e profissional dos jovens. Outra parceria foi realizada com o Instituto Hartmann Regueira (IHR) para o Programa de Planejamento e Gestão do Terceiro Setor, com a participação do professor Antonio Carlos Gomes da Costa.

Sendo assim, os APHs que realizam a gestão dos CRJs no ES atuam diretamente na produção de uma nova consciência da juventude trabalhadora. Tais ações revelam uma dinâmica complexa de atuação político-ideológica nas periferias capixabas. Esses aparelhos emergem como uma solução aparentemente válida para todas as classes sociais, principalmente nos locais que mais sofrem com o modo de produção capitalista. De fato, a juventude trabalhadora tem sido disputada em prol de um projeto burguês de sociedade, em função de seu potencial de luta e mobilização política. Embora o discurso seja de promoção da cidadania, da cultura, da arte e da inclusão social, o que se observa é uma direção que valoriza somente os interesses da classe dominante.

Os APHs atuam no Estado burguês tanto na elaboração de políticas públicas e quanto na criação e no reforço de consensos que impedem o compromisso crítico ligado à coletividade. A aparente variedade de projetos apresentados pelos APHs gestores dos CRJs tem deixado a juventude refém de soluções superficiais para problemas concretos da realidade, demandas que constituem reivindicações históricas das lutas populares e dos movimentos sociais. Dessa forma, essa estratégia tem organizado e fortalecido a classe dominante por meio da expansão de sua concepção de mundo e de sua articulação política. Portanto, longe da ilusão das boas práticas de ações filantrópicas atribuídas a esses aparelhos, nosso trabalho propõe uma leitura crítica da função dos APHs na configuração do Estado burguês, considerando que as políticas públicas para a juventude têm sido um meio de tutelar e disciplinar as lutas populares.

3.4 O PÚBLICO-ALVO DA POLÍTICA: A JUVENTUDE TRABALHADORA DO ESPÍRITO SANTO

A estudiosa de criminologia crítica Vera Malaguti Batista argumenta que “[...] no Brasil, a criminalização da infância e da juventude pobre é uma permanência histórica” (Batista, 2010, p. 4). Isso porque “a juventude, energia fundamental na constituição do mercado de mão de obra, é objeto permanente do poder punitivo ao longo da história” (Batista, 2015, p. 5). Por certo, não podemos perder de vista que as condições de vida das classes populares sempre submetem, de forma cruel, crianças e adolescentes ao trabalho precoce e compulsório,

sobretudo quando são negadas condições básicas de vida, como alimentação, moradia, saúde, educação etc. Por consequência, quanto maior a oferta de força de trabalho, ainda que infantil, melhores possibilidades de rebaixamento de salários e, conseqüentemente, maior é a exploração, o que impede os filhos da classe trabalhadora de viver a condição juvenil em toda a sua integralidade. Nesse sentido, levando em conta a existência da precarização das formas de acesso ao primeiro emprego e o fato de que parte da juventude está fora da escola, dada a sua não universalização, o CRJ apresenta a formação profissional e socioeducativa como mecanismo de atualização dessa totalidade viva de relações sociais que é o capital.

Como estamos abordando uma totalidade relacional, religião, gênero, orientação sexual e raça são determinações colocadas a serviço da acumulação de capital e de sua reprodução. Mesmo que não as reconheçamos de imediato nessa relação, tal reprodução conta com a renovação dessas relações opressivas ao mesmo tempo em que elide suas estruturas econômicas em sentido estrito (Arruzza, 2015). Inegavelmente, a mercantilização e a exploração são pressupostos essenciais para a existência do modo de produção capitalista. Daí a importância de compreender as formas de opressões por meio dos múltiplos mecanismos e relações sociais envolvidos no contínuo cerceamento das possibilidades de reprodução de vida e de organização política.

O governo estadual tem alcançado a juventude que sobrevive na periferia do capitalismo por intermédio de oficinas, eventos, atividades e cursos, uma vez que esses jovens passaram a ser vistos como um risco social, sobretudo no tratamento do tema da juventude no âmbito das políticas federais, a partir da década de 1990 (Sposito; Carrano, 2003). Nesse período, as propostas governamentais ancoravam-se na ideia de prevenção, controle ou efeito compensatório de problemas que atingiam a juventude. Em contrapartida, pensando nos processos de formação e educação para a classe trabalhadora,

[...] não se trata de adequar para o mercado, nem de formar habilidades, competências ou capacidades específicas para trabalhos previamente determinados. Aqui se trata de uma verdadeira filosofia da existência social, de uma efetiva socialização da capacidade crítica, do enfrentamento às condições de produção da desigualdade social (Fontes, 2016, p. 22).

Nessa perspectiva, a juventude mais expropriada, vista como potencialmente perigosa, tem sido alvo de políticas de pacificação, com supostas soluções que favorecem o controle das massas populares. No ES, temos identificado o avanço de uma política que visa promover o controle dos jovens das camadas populares, já que eles precisam ser monitorados e pacificados em razão

dos riscos que podem oferecer à ordem social. A criação da política justifica-se pela necessidade de estabelecer oportunidades de “inclusão social”. Essa expressão é usada com frequência na política do CRJ, sob um viés positivo, indicando a oferta de supostos benefícios sociais e a garantia de direitos para o seguinte público prioritário:

Jovens homens, negros, entre 15 e 24 anos, moradores das regiões de implantação dos centros e que não estão acessando serviços da rede (escola, assistência, saúde), estão em condição de evasão escolar, ou que passaram pelo sistema socioeducativo, ou que sejam egressos do sistema prisional, ou mesmo jovens que passaram por situações diversas de violação de direitos (Espírito Santo, 2022a, p. 28).

Como público geral a ser atendido, a metodologia da política contempla:

[...] moradores das regiões de implantação dos Centros, nos municípios do Programa Estado Presente. A diversidade que compõe as juventudes destes territórios, atentando-se às questões de gênero, diversidade sexual, raciais, étnicas, de deficiências, de situação de rua, de jovens com problemas decorrentes do uso de álcool e outras drogas (Espírito Santo, 2022a, p. 28).

O CRJ busca, do mesmo modo, considerar demandas que surjam fora da faixa etária estabelecida, uma vez que, para o Estatuto Nacional da Juventude, considera-se jovem a população entre 15 e 29 anos. Em uma nota de rodapé, o documento indica que:

O público prioritário foi definido tendo como referência os altos índices de mortes de jovens negros no Estado, que apesar de estar caindo, ainda pode ser identificado como alto no Mapa da Violência (Flacso, 2016). No Atlas da Violência 2019, publicado pelo IPEA, o aumento dos homicídios no estado, ocorridos durante o ano de 2017, foi ainda maior, mas o texto refere-se à greve da PM que durou 22 dias no mês de fevereiro, como a causadora desse aumento. Dar prioridade ao público jovem negro no sexo masculino não pode ser entendido como uma possibilidade isolada de resolução do problema das mortes que envolvem essa população, tendo em vista que a violência é uma expressão multicausal e deve ser atacada em diferentes frentes, inclusive envolvendo o aparato policial (Espírito Santo, 2022a, p. 28).

Em síntese, o CRJ justifica a escolha do público prioritário em função do histórico de violência sofrida por jovens negros no território capixaba, elidindo que a mais brutal delas é a violência de Estado. O sistema capitalista depende do preconceito e da discriminação racial para a sofisticação do seu modo de se reproduzir e se adaptar às suas formas perversas, com a reprodução de relações de exploração e alienação. O que se oculta é que, na estreita relação entre exploração e opressão, “[...] o capitalismo tende tanto a dividir os trabalhadores nas bases das opressões específicas dentro da classe quanto, ao mesmo tempo, pressioná-los em uma experiência comum de opressão enquanto classe” (Bakan, 2016, p. 61).

Não por acaso, no debate acerca das políticas públicas para as juventudes, não é possível desconsiderar as variáveis socioeconômicas, geográficas, culturais, raciais e de gênero que têm atravessado a condição juvenil em um modelo de sociedade que a segrega. De alguma forma, isso nubla “[...] as diferenças de classe ao criar novas linhas de demarcação que são usadas como formas de subordinação” (Bakan, 2016, p. 62).

Há que reconhecer a eficiência dessas demarcações no recrudescimento dos processos de expropriação e exploração, uma vez que “a opressão específica é particularmente necessária onde há um fio de unidade entre as classes oprimidas contra o bloco hegemônico, [...] [que] força um sentimento de competição entre os trabalhadores e dessa maneira enfraquece sua habilidade coletiva de resistir” (Bakan, 2016, p. 62). Nesse cenário, a lógica das ações sociais preventivas, destinadas aos jovens mais expropriados na sociedade de classes, funciona com eficiência na reprodução da condição subalterna dessas juventudes. Ainda que perspectivas progressistas apostem nesses espaços como campo de formação, o sentido da existência de CRJs como esses é a criação de estratégias de apaziguamento, a fim de conter possíveis focos de insatisfação.

No documento intitulado *Monitoramento e avaliação de políticas públicas: a experiência dos Centros de Referência das Juventudes (CRJs) no Espírito Santo* (2024), consta que os profissionais que atuam nos CRJs sentem dificuldades em alcançar o público-alvo e em desenvolver estratégias eficazes de articulação e sensibilização para que esses jovens sejam, de fato, atingidos. Nos bairros Terra Vermelha (Vila Velha) e Feu Rosa (Serra), constatamos a presença majoritária de jovens negros, estudantes, com renda familiar de até um salário mínimo. Em relação ao gênero, verificamos a prevalência de homens e mulheres cis, bem como a presença de jovens que se autoidentificaram como LGBTQIA+: 14,4% em Terra Vermelha e 20,9% em Feu Rosa. Por fim, quanto aos jovens egressos de penitenciárias, apenas no CRJ Terra Vermelha houve participantes com passagem pelo sistema de justiça (5,7%) e pelo sistema prisional (5,3%) (Espírito Santo, 2023).

Apesar de o CRJ estar relacionado às políticas de segurança pública, por meio do programa Estado Presente, não é possível ocultar o fato de que muitas violências sofridas pelas juventudes em condições de pobreza são praticadas por policiais e operacionalizadas por meio da discriminação racial. Isso ocorre em virtude de que a classe social, o local de moradia e os aspectos étnico-raciais delimitam os alvos do policiamento ostensivo e autoritário. Logo, as políticas de segurança pública apresentam o discurso punitivo, que enfatiza a ampliação carcerária e o fortalecimento do policiamento comunitário em áreas “vulneráveis” como

principais modos de combate à criminalidade. Tal abordagem contribui para a difusão da ideia de que a violência somente pode ser contida com o uso ainda maior da força e da expansão da presença policial, sobretudo nas periferias. Como resultado, torna-se comum o clamor popular por policiamento ostensivo, pelo uso das Forças Armadas e até mesmo pelo armamento dos “cidadãos de bem” (Meneghetti, 2018).

A ideia de “cidadão de bem” remete à existência de um oposto, que nos leva à discussão realizada por Clóvis Moura, quando indica que, entre tantos outros estereótipos criados por causas sociais, econômicas e culturais, visualiza o negro como “mau cidadão”. Moura (1977) compreende que esse estereótipo se refere a dois tipos de negro: o contestador e o marginalizado. Quando o negro já não aceita a posição subserviente imposta e a estrutura que o oprime, após adquirir consciência da situação à qual está submetido, a população negra torna-se perigosa para a classe dominante. Da mesma maneira, os jovens moradores das periferias têm suas existências marcadas por suspeitas e estigmas, e o trabalho do CRJ parece consistir em fazer com que esse jovem seja aceito socialmente, mas somente se for útil, produtivo e submisso. Sabemos que

[...] a existência do negro marginalizado por questões sócio-econômicas, oriundas da forma como a escravidão foi extinta no Brasil, e do negro conscientizado, que procura resolver a sua problemática, mesmo nos quadros da atual sociedade, criou a imagem do *mau cidadão negro*. Imagem que é apenas uma racionalização negativa, plasmada pelas classes dominantes para continuarem a usá-lo como exército industrial de reserva e contingente de mão-de-obra não qualificada que pode ser comprada a baixo preço quando lhes convier (Moura, 1977, p. 47).

No contexto das sociedades capitalistas, em especial dos países dependentes, verificamos que os jovens são atraídos pelo discurso das políticas públicas que promovem a “inclusão social”. Nesse sentido,

Pensar o aspecto dependente do Brasil considerando a dinâmica do capitalismo global, superando a caracterização dos “atrasos” na sociedade brasileira como “sobrevivências” e compreendê-las como elemento da consolidação de interesses de frações burguesas nacionais e internacionais se apresenta como uma chave de entendimento muito importante para compreender o modo de produção capitalista no Brasil (Machado, 2024 p. 32).

Um fator que pode influenciar o encantamento por tais políticas diz respeito ao fato de que os jovens, desde cedo, aprendem que só existe um caminho moral e legal para garantir a existência: vender a força de trabalho em troca de um salário. Daí a necessidade de educar profissionalmente esse público, com oficinas e cursos que ajudam a torná-los reféns do

empreendedorismo barato e da ausência de seguridade. Nesse cenário, o CRJ, por meio de medidas socioeducativas, ao passo que parece criminalizar o jovem, tenta torná-lo obediente e produtivo.

Consideramos que uma verdadeira transformação nas condições de vida da juventude trabalhadora não depende de políticas públicas, ainda que elas possam garantir parcas conquistas institucionais. Isso aponta para a necessidade do desenvolvimento organizativo das classes dominadas, especialmente no enfrentamento do próprio Estado burguês. A tendência que coloca as políticas focalizadas em diferentes aspectos que envolvem raça e classe tem apresentado um conjunto de medidas compensatórias com vistas a eliminar qualquer indício organizativo dessas massas populacionais. A política do CRJ tem efetuado uma “programação” para a juventude trabalhadora, justamente pelo seu potencial dinâmico e capacidade de agrupamento. Historicamente,

O negro demonstrou, no Brasil, desde os primeiros tempos de escravidão, um *espírito associativo* [...] Não fosse esse espírito, ou melhor, esta tendência criada pela sua situação no espaço social, os escravos teriam uma vida muito mais sofrida sob o cativeiro e o negro livre não teria resistido, a proporção que resistiu, ao *traumatismo da escravidão*, incorporado por ele ao seu comportamento após a Abolição (Moura, 1977, p. 160).

O que colabora para o acúmulo do capital, quando o jovem morador da periferia, precisa ser vigiado de perto, em função de sua potencial periculosidade. Reconhecendo a compreensão das relações de classe e raça como partes orgânicas do modo de ser capitalista, a emancipação dos sujeitos concretos demanda a superação dos limites impostos pela sociedade de classes. Em oposição, a formação dada à juventude trabalhadora, no contexto dos CRJs, almeja cada vez mais a postura passiva e contemplativa diante das injustiças do mundo.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS JUVENTUDES: HISTÓRICO CAPIXABA NOS PERÍODOS DE 2011-2014, 2019-2022 E 2023-2025

Neste capítulo, apresentamos um panorama sobre o histórico das políticas públicas destinadas às juventudes no ES. Priorizamos o período que abarca os três mandatos do governador Renato Casagrande (Partido Socialista Brasileiro – PSB), liderança política que concretizou a implementação dos CRJs no estado capixaba e que tem sido reconhecida por exercer a gestão que mais investe em políticas públicas para as juventudes.

Casagrande foi eleito governador do Espírito Santo em 2010, ainda no primeiro turno, com 82,3% dos votos — a maior votação dada a um governador na história política do estado e o segundo maior percentual de votos do país, entre todos os governadores eleitos e reeleitos naquele ano (Espírito Santo, [s.d.]). Ele foi líder do PSB, ao qual é filiado desde 1987. O seu histórico na política brasileira capixaba perpassa os cargos de deputado estadual, vice-governador, deputado federal e senador da República, além de ter exercido funções executivas como secretário de Estado de Agricultura, secretário de Meio Ambiente no município de Serra e secretário de Desenvolvimento Rural em Castelo (Espírito Santo, [s.d.]).

A gestão estadual de Casagrande está em seu terceiro mandato, sendo os dois últimos consecutivos. Decerto, uma parte da história capixaba que ajuda a compor mais um ciclo de governança no estado foi a alternância entre Paulo Hartung (Movimento Democrático Brasileiro – MDB) e Renato Casagrande (Partido Socialista Brasileiro – PSB) à frente do Executivo estadual.

Hartung foi eleito governador do ES em 2002, reeleito em 2006 e novamente eleito em 2014, momento em que a gestão de Casagrande foi interrompida. O político iniciou sua trajetória parlamentar aos 25 anos, quando eleito deputado estadual pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) na Assembleia Legislativa (1983-1986). Foi reeleito, em 1986, como deputado estadual (1987-1990) e, em 1990, como deputado federal (1991-1994), obtendo a maior votação da cidade de Vitória. Também foi eleito, no pleito de 1992, prefeito de Vitória, exercendo o mandato entre 1993 e 1996.

Diante de ambas as trajetórias políticas, entendemos que esse ciclo de governança contribui para a compreensão do modo como as políticas públicas para as juventudes foram ganhando espaço no ES. Do mesmo modo, permite-nos examinar as iniciativas desenvolvidas para as juventudes na gestão Hartung e se foram mantidas e/ou ampliadas nos mandatos do atual governador.

No início do primeiro mandato de Renato Casagrande, em 2011, ocorreu a II Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude. A conferência foi realizada “sob pressão e articulação da Campanha Estadual Contra a Violência e Extermínio de Jovens” (Valadão, 2013, p. 76). Essas conferências buscam debater o que deve ser prioridade nas políticas públicas nos anos seguintes, em uma determinada área, unindo o governo e a sociedade civil.

O ES realizou quatro Conferências Estaduais de Juventude. A primeira edição, em 2008, teve como tema “Levante sua bandeira”; a segunda, com o tema “Conquistar direitos”, “defender o Brasil”, ocorreu em 2011; a terceira, por sua vez, em 2015, teve o tema “As várias formas de mudar o Brasil”; e a quarta, cujo tema era “Reconstruir no presente, construir o futuro: desenvolvimento, direitos, participação e bem viver”, aconteceu em 2023. Ainda no primeiro mandato, houve a criação da Semana Estadual de Debate contra o Extermínio de Jovens, instituída pela Lei n.º 9.646/2011²³.

A semana acontece em nível estadual, sempre na quarta semana de setembro, e tem o dia 21 como destaque, por ser o Dia Estadual do Combate ao Extermínio de Jovens. Trata-se de um momento em que os debates acerca dos temas das juventudes ganham destaque, sobretudo em relação aos altos índices de homicídios e à cobrança pelo desenvolvimento de políticas públicas eficientes.

Observando os marcos legais das políticas de juventudes no ES implementados no governo Casagrande, temos o Decreto Estadual n.º 2.948-R²⁴, de 18 de janeiro de 2012, que instituiu um Grupo de Trabalho para “elaborar propostas para organização institucional, visando à execução e gestão de políticas públicas para a juventude; apreciar a proposta de regulamentação do Conselho Estadual de Juventude, bem como sugerir cronograma de implementação das ações previstas” (Espírito Santo, 2012). Esse grupo era composto por representantes do governo e da sociedade civil, os quais participavam de reuniões mensais para discutir questões voltadas à juventude. Segundo Valadão (2013), é a partir da organização e da pressão social que as políticas de juventude começam a dar os primeiros passos no governo estadual.

Em 2012, por meio do Decreto n.º 3.067²⁵, o governo criou, na estrutura organizacional da

²³ O texto completo da lei está disponível em:

<www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LO9646.html>. Acesso em: 14 ago. 2025.

²⁴ O texto completo do decreto está disponível em: <leisestaduais.com.br/es/decreto-n-2948-2012-espirito-santo-altera-decreto-n-2948-r-de-18-de-janeiro-de-2012-que-instituiu-o-grupo-de-trabalho-da-juventude>. Acesso em: 14 ago. 2025.

²⁵ O texto completo do decreto está disponível em: <leisestaduais.com.br/es/decreto-n-3067-2012-espirito>.

Secretaria da Casa Civil, a Gerência Estadual de Políticas Públicas de Juventude (GEPPJ), com a responsabilidade de:

planejar, coordenar e deliberar as atividades que envolvam os projetos estratégicos e prioritários nas diversas políticas públicas voltadas para juventude; integrar, coordenar e monitorar a necessária intersetorialidade, interseccionalidade e transversalidade dos organismos, programas e ações do governo estadual para PPJ; coordenar, elaborar e monitorar programas, projetos e ações em âmbito estadual que digam respeito a PPJ; executar ações definidas no Estatuto da Juventude, Plano Nacional de Juventude e Plano Estadual de Políticas para a Juventude. Elaboração, coordenação, monitoramento e avaliação do Conselho Estadual de Políticas Públicas para Juventude; outras atividades correlatas (Espírito Santo, 2012, [s.p.]).

Apesar de o Conselho Estadual de Juventude (Cejuv) ter sido criado pela Lei Estadual n.º 8.594/2007, que instituiu a Política Estadual de Juventude no governo Hartung, foi somente com o Decreto n.º 3.101-R²⁶, de 30 de agosto de 2012, que ocorreu a regulamentação do conselho. O Cejuv foi criado para propor diretrizes da ação governamental, voltadas à promoção de políticas públicas para a juventude. Ele pode contar com vinte representantes da sociedade civil e dez representantes do poder público, bem como convidar entidades governamentais e privadas para colaborarem na execução de suas atividades (Espírito Santo, 2012).

Em seu segundo mandato, Casagrande promulgou a Lei n.º 11.437²⁷, de 18 de outubro de 2021, que criou o Fundo Estadual para as Juventudes do Espírito Santo (Fejuves). O Fejuves é a principal fonte de recursos financeiros para a efetivação de projetos, programas e ações propostos pelas organizações da sociedade civil destinadas às juventudes. Esse fundo tem subsidiado a implementação e a promoção de políticas públicas no ES, e os investimentos financeiros advêm de:

- I – dotações consignadas no orçamento e os créditos adicionais que lhe sejam destinados;
- II – doações, auxílios, subvenções e outras contribuições de pessoas, físicas ou jurídicas, bem como de entidades e organizações, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;
- III – recolhimentos de multas decorrentes de penas pecuniárias aplicadas às violações dos direitos dos jovens;
- IV – rendimentos de aplicações financeiras dos seus recursos;
- V – saldos dos exercícios anteriores;
- VI – outras receitas que lhe venham a ser legalmente destinadas (Espírito Santo, 2021, [s.p.]).

santo>. Acesso em: 14 ago. 2025.

²⁶ Decreto publicado no Diário Oficial: <sedh.es.gov.br/Media/sedh/DOCUMENTOS%202017/dio-31do08de2012-conselho-estadual-de-juventude-pag-1.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2025.

²⁷ O texto completo da lei está disponível em:

<www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEI114372021.html>. Acesso em: 14 ago. 2025.

No ano seguinte, o Decreto n.º 5101-R²⁸, de 4 de março, instituiu o Plano Estadual de Políticas para as Juventudes do Espírito Santo (PEPJuv) como o principal orientador das políticas públicas para as juventudes no período de 2022 a 2032. O documento apresenta 11 eixos prioritários, a saber: participação social, educação, saúde, segurança pública, cultura, mobilidade urbana, meio ambiente, liberdade de expressão e comunicação, esporte e lazer, mercado de trabalho, igualdade e diversidade.

Os CRJs são citados no documento em dois momentos: no eixo 1 – Cidadania, Participação Social e Política e Representação Juvenil, na proposta de incentivo à criação das políticas públicas para as juventudes em todos os municípios capixabas, com foco em “Fortalecer os CRJs, possibilitando ações territorializadas” (Espírito Santo, 2022c, p. 14). Em outro momento, são mencionados no eixo 7 – Comunicação e Liberdade de Expressão, com foco em “Viabilizar a criação de núcleos de comunicação popular, interligados aos CRJs, com incentivo à produção de comunicação comunitária voltada, especialmente, para a produção multimídia” (Espírito Santo, 2022c, p. 24).

Em 2007, no segundo mandato de Hartung, identificamos a implementação do Projeto de Valorização da Juventude Rural, sob responsabilidade da SEAG. Trata-se de uma das primeiras políticas voltadas especificamente para a juventude. No campo das políticas sociais, havia uma reivindicação em relação à escassez de iniciativas que priorizassem os jovens, pois as ações governamentais, até então, eram voltadas para todas as faixas etárias, alunos e/ou estudantes, crianças e/ou adolescentes. Foi estabelecido como objetivo do projeto promover a criação de oportunidades para o crescimento do jovem que reside em comunidades rurais por meio da inclusão social e do estímulo ao “empreendedorismo”.

Em suma, o programa é dividido em:

- a) qualificação social e profissional: proporciona a capacitação de jovens do campo sobre os principais saberes relacionados à gestão da propriedade rural e unidade pesqueira, em uma “perspectiva empreendedora” de valorização da técnica e do exercício da cidadania;
- b) fortalecimento dos Núcleos Sociais de Jovens Rurais: insere os jovens nos espaços de debates em âmbito comunitário, municipal, regional e estadual, visando à construção de políticas públicas estruturantes para a sua integração no espaço rural.

²⁸ O texto completo da lei está disponível em: <leisestaduais.com.br/es/decreto-n-5101-2022-espírito-santo-institui-o-plano-estadual-de-políticas-para-as-juventudes-do-espírito-santo>. Acesso em: 14 ago. 2025.

Sua principal ação é o fortalecimento de dez núcleos sociais de jovens rurais, com a realização de eventos de mobilização, organização e debates técnicos;

- c) Arte do Saber: visa oferecer aos jovens acesso às novas tecnologias e informações, segundo as oportunidades da região. Prevê a aquisição de laboratórios digitais e multimídia para que associações de produtores rurais e as Escolas Família Agrícola, em conjunto com os jovens líderes rurais integrantes dos núcleos sociais, organizem ações locais de fomento a novas técnicas e tecnologias da produção agrícola, pesqueira e agrária;
- d) Cinema Rural: promove o desenvolvimento cultural capaz de mobilizar as melhores energias da juventude rural, valorizando seus ciclos de amizade, preservando os saberes presentes na cultura local, favorecendo que as novas ideias tenham chance de se tornarem empreendimentos audiovisuais;
- e) Plantando Árvore, Colhendo Vida!: promove a recuperação e a preservação de nascentes das propriedades dos agricultores familiares. O programa conscientiza os jovens para os processos produtivos sustentáveis, envolvendo-os na recuperação e na conservação do meio ambiente, na perspectiva da perenidade da vida nos espaços local, regional e estadual;
- f) processos produtivos sustentáveis: financia ações que tenham em vista o estímulo à iniciação científica, visando despertar no jovem a construção do raciocínio lógico, a explicação racional dos fenômenos naturais, sociais e econômicos, a capacidade de propor novas incursões nas práticas agrícolas e zootécnicas e na conscientização dos jovens, envolvendo-os na recuperação e na conservação do meio ambiente, na perspectiva da perenidade da vida nos espaços locais (Espírito Santo, 2019).

Ainda com foco na juventude rural, em 2024, o Projeto de Valorização da Juventude Rural foi atualizado, com a instituição do programa estadual Jovem Empreendedor Rural, que visa beneficiar jovens empreendedores com idade entre 16 e 29 anos que atuem no meio rural e possuam baixa renda familiar. Dessa forma, constituem os princípios do programa:

- I. a elevação da escolaridade do jovem empreendedor do campo;
- II. a capacitação e a formação do jovem empreendedor do campo mediante a difusão do conhecimento tecnológico e das inovações voltadas para o meio rural;
- III. o desenvolvimento sustentável;
- IV. o respeito às diversidades regionais e locais;

- V. a cooperação entre as diferentes esferas do poder público, o setor empresarial e os demais segmentos da sociedade, com o fim específico de estimular as iniciativas do jovem empreendedor do campo;
- VI. a promoção do acesso ao crédito rural do jovem empreendedor do campo.

O programa combina ações de formação, assistência técnica e acesso ao crédito por meio do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes). O intuito é que os jovens agricultores tenham acesso a crédito, a fim de que possam investir em suas propriedades, impulsionando a economia do setor rural e promovendo o crescimento harmônico em todas as regiões do ES.

Outro programa com foco específico na juventude é o Programa Rede Cultura Jovem (PRCJ), fruto da relação estratégica entre a Secult²⁹ e o Instituto de Ação Social e Cultural (Sincades)³⁰. O programa foi lançado em 2009, durante o seminário “Rede cultura jovem – O espírito de um tempo”, organizado pela Secult, a fim de promover discussões sobre a juventude, sobretudo em sua interface com a cultura, a arte e a tecnologia (Marques, 2022).

O PRCJ permaneceu ativo até 2013, no primeiro mandato do atual governador, como uma política pública cultural voltada para as juventudes do ES. O vínculo entre o Sincades e a Secult aparece no Contrato de Competitividade do Programa Compete-ES, iniciado em 2008, durante o governo de Hartung. O Compete-ES promove a competitividade entre as empresas locais, via incentivo tributário para as organizações que aderirem ao contrato³¹. Para isso, uma das metas estabelecidas para o setor comercial atacadista diz respeito à destinação de recursos financeiros

²⁹ Trata-se do órgão a que competem a formulação, o planejamento e a implementação das políticas públicas estaduais para a área da cultura, tendo como âmbito de ação: I – garantir aos cidadãos o pleno exercício dos direitos à cultura, através da liberdade de criação, expressão e produção intelectual e artística e do acesso às fontes e formas de expressão cultural; II – incentivar a formação cultural e o desenvolvimento da criatividade; III – proteger e preservar as expressões culturais populares, indígenas, afro-brasileiras e de outras etnias ou grupos participantes do processo cultural; IV – executar, controlar e gerenciar as políticas públicas planejadas para a área da cultura; V – desenvolver, produzir, fomentar e apoiar as atividades artísticas e culturais em todas as modalidades e formas e preservar as manifestações culturais tradicionais; VI – identificar e ampliar mecanismos de financiamento da produção cultural, viabilizando parcerias e democratizando o acesso a esses recursos e instrumentos; VII – realizar a proteção, vigilância, restauração, manutenção e conservação da memória e do patrimônio histórico, artístico e cultural do estado do Espírito Santo; VIII – divulgar as potencialidades culturais e artísticas do estado do Espírito Santo; IX – exercer outras atribuições necessárias ao cumprimento das suas finalidades (Espírito Santo, 2025).

³⁰ O Instituto Sincades foi constituído em 2008, com o objetivo de “Fomentar a cultura, incentivar os artistas locais, democratizar o acesso à cultura” (Sincades, [s.d]). A sua criação tem como base a relação com o estado capixaba. O instituto é mantido com recursos de empresas atacadistas e distribuidoras. Busca realizar programas e projetos que contribuam para o desenvolvimento empresarial e a melhoria da qualidade de vida dos empresários do segmento atacadista e distribuidor do ES. Entre as principais ações, destacam-se exposições de artes nacionais e internacionais, a publicação de livros de autores capixabas, projetos de audiovisual, eventos de dança, folclore, espetáculos musicais e teatrais, atividades de formação e capacitação, concursos literários e projetos voltados à democratização do acesso à leitura e ao restauro do patrimônio cultural (Sincades, [s.d]).

³¹ Contrato disponível para leitura em:

<sedes.es.gov.br/Media/Sedes/Compete/17ComercialAtacadistaContAgo2008.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2025.

para as atividades sociais e culturais. Marques (2022) destaca que essa relação foi o centro das críticas direcionadas às políticas culturais no ES.

Diante dessa conjuntura, o PRCJ desenvolveu ações voltadas para o público jovem, entre as quais ressaltamos:

- a) Formação Agente Cultura Jovem: a ação foi desenvolvida com objetivo de qualificar os jovens para mobilizar, conectar e dar visibilidade às iniciativas artísticas nas regiões do ES, por meio de formação presencial e a distância, teórica e prática;
- b) Mostra Capixaba de Audiovisual (MCA): as MCAs constituíram reflexões sobre as realidades locais dos jovens, com base na experimentação da linguagem audiovisual;
- c) Portal Yah!: espaço virtual que teve como objetivo colocar em circulação os produtos culturais das juventudes capixabas, bem como incentivar conexões e a utilização da internet e de outras tecnologias comunicacionais como ferramentas para conferir maior visibilidade às expressões dos jovens;
- d) Revista Nós: a revista foi elaborada de maneira colaborativa por e para jovens, com o objetivo de apresentar matérias jornalísticas, críticas culturais, resenhas, ensaios fotográficos que, de alguma forma, tratassem da produção artístico-cultural capixaba. Foram cinco edições lançadas, que totalizaram 23 mil exemplares distribuídos no Espírito Santo e em outros estados e países;
- e) Editais Rede Cultura Jovem: os editais contemplam tanto o jovem de forma individualizada – que pode se dedicar a pesquisas, formações e/ou produção em diferentes linguagens artístico-culturais – quanto coletivos juvenis de todos os campos da arte e da cultura. Destacam-se os editais Bolsa Cultura Tech (2011), Núcleo Cultura Tech (2012) e as duas edições do Edital Núcleo Web TV (2011 e 2012).

No campo das políticas culturais, vale a pena informarmos que, após o lançamento do programa Estado Presente pela Vida, a Secretaria de Estado de Cultura articulou o Cultura Presente, projeto que propõe a realização de ações de diferentes linguagens artístico-culturais em áreas de vulnerabilidade social, ampliando o acesso à produção, à difusão e à fruição cultural. Em 2012, o Cultura Presente promoveu 8 apresentações da Orquestra Filarmônica nos municípios de Vitória, Vila Velha e Serra; levou 83 atrações culturais a 11 bairros localizados em Cariacica, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória; realizou 6 temporadas do Circo Cultura Presente em Serra e Viana; e executou 43 oficinas de teatro, dança, capoeira, circo e discotecagem nos municípios

da RMGV (Espírito Santo, 2021).

De acordo com o Censo Demográfico de 2022, a população jovem no Brasil corresponde a 22,1% (44.833.980) da população total. No ES, 21,1% (807.922) das pessoas estão na faixa etária entre 15 e 29 anos, enquanto, na RMGV, esse grupo representa 21,3% (399.943) da população (Instituto Jones dos Santos Neves, 2024). Em 2022, a população jovem capixaba (entre 15 e 29 anos) inserida na força de trabalho³² chegou a 67,6%, o que corresponde a 602,4 mil jovens. Ainda nesse levantamento, foram contabilizados 510,8 mil jovens ocupados³³ e 91.528 desocupados³⁴.

Acerca do tipo de ocupação, o número de jovens empregados (empregados públicos, do setor privado e trabalhadores domésticos) com carteira de trabalho assinada somou, no estado, 287,9 mil jovens. Por outro lado, os que trabalham por conta própria somaram 86,0 mil jovens. Os jovens envolvidos no trabalho familiar auxiliar representam 14,1 mil (Instituto Jones dos Santos Neves, 2024).

Consideramos esses números fundamentais para compreendermos como são estruturadas e pensadas as políticas públicas voltadas para a inserção da juventude no mercado de trabalho, em especial a partir da “perspectiva empreendedora” — uma das prioridades do governador Renato Casagrande. Sabemos que, para esse segmento populacional, muitas vezes são destinadas as ocupações mais precárias, instáveis, mal remuneradas e com grande incidência no mercado informal. Daí decorre o destaque que têm ganhado as oficinas e os cursos profissionalizantes nos equipamentos públicos como os CRJs, uma vez que os indicadores de classe, gênero e raça também são elementos determinantes das ocupações dos postos de trabalhos.

No campo das políticas educacionais, Algebaile (2009) explicou que a ênfase no ensino profissional tem efeitos diversos para as diferentes classes sociais. Nesse sentido, as classes populares são também afetadas de forma ideológica, “[...] reforçando o mito da ascensão social por meio de uma educação orientada para a empregabilidade” (Algebaile, 2009, p. 216). Para

³² Para o IBGE, a força de trabalho é composta pelas pessoas ocupadas e as desocupadas na semana de referência (de domingo a sábado que precede a semana de entrevista).

³³ Entre os ocupados, existem os que trabalham 40 horas ou mais e os subocupados, por insuficiência de horas trabalhadas, que trabalham menos de 40 horas, mas gostariam de trabalhar mais.

³⁴ De acordo com os indicadores do IBGE, são classificadas como desocupadas na semana de referência as pessoas sem trabalho em ocupação nessa semana que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência. Consideram-se, também, desocupadas as pessoas sem trabalho em ocupação na semana de referência que não tomaram providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias, porque já o haviam conseguido e iriam começá-lo em menos de quatro meses após o último dia da semana de referência.

essas classes, “[...] a ideia de profissionalização promoveria uma forma de ‘integração’ que se daria não por uma preparação efetiva para o trabalho, muito menos por uma alteração significativa nas condições de ingresso no mercado, mas pela ativação regulada da expectativa de ingresso” (Algebaile, 2009, p. 216). Portanto, destacamos o Programa de Empregabilidade e Qualificação Profissional para Jovens Capixabas (EmpregaJUV) e o Nosso Crédito Juventude Empreendedora (CredJUV), ambas ações da atual gestão estadual no ES.

Em junho de 2024, ocorreu o lançamento do EmpregaJUV, ação do governo estadual destinada à juventude que frequenta os CRJs ou que reside nas áreas de abrangência do programa Estado Presente em Defesa da Vida. A faixa etária do público-alvo é composta por jovens de 16 a 29 anos. O programa oferta cursos de qualificação profissional com o objetivo de “oferecer ferramentas e incentivos para poderem adquirir experiência, qualificação e, consequentemente, aumentar suas chances de empregabilidade” (Senac-ES, 2025).

Essa é uma ação que envolve a SEDH, a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio) do ES, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e o Serviço Social do Comércio (Sesc). Esses dois últimos integram o Sistema S, com expressiva atuação na educação profissional no ES. As inscrições nos cursos devem ser realizadas nos próprios CRJs, onde o jovem receberá informações e os encaminhamentos necessários para participar do programa. Informática Básica, Assistente de Logística, Assistente de Marketing e Vendas, Assistente de Tecnologias da Informação e Barbeiro são alguns dos cursos divulgados. Como justificativa, a secretária de Direitos Humanos aponta: “muitos dos jovens que frequentam os CRJs, por meio das oficinas ofertadas, já estão no mercado de trabalho e muitos estão empreendendo” (Borgo *in*: SEDH, 2024, [s.p.]).

Reconhecer quem são os mais afetados historicamente pela ausência da garantia de direitos é um passo crucial para a realização das políticas públicas. Entretanto, isso é insuficiente para o que demanda a luta de classes, principalmente quando tratamos dos jovens que fazem parte da classe trabalhadora. A lógica da empregabilidade imediata tem sido inculcada na mentalidade da juventude, que está cada vez mais refém da adaptação ao sistema produtivo. A promessa de uma certificação ao final dos cursos profissionalizantes parece um símbolo que indicará se a política foi efetiva ou não. Por certo, não é a nossa intenção mostrar se elas funcionam, mas sim compreender como, onde e para quem as políticas públicas têm sido alocadas.

Ainda com uma aparente preocupação com os jovens desempregados, agora já com foco na valorização do empreendedorismo e do trabalho informal, o governo estadual criou o CredJUV, programa que disponibiliza um recurso financeiro de até R\$ 5 mil para os jovens acima de 18

anos que são atendidos pelos CRJs. O prazo de pagamento é de até 30 meses, sendo que o primeiro pode ocorrer em até seis meses, com taxa de juros de 1,29% ao mês. Esse programa envolve a SEDH, a Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas do Estado (Aderes) e o Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes).

O empréstimo é realizado de forma facilitada, por meio de preenchimento de formulário, tendo como requisitos apenas a apresentação de um avalista e a comprovação de participação em algum curso de capacitação profissional. Nesse cenário, Nara Borgo declara que “são vários os exemplos de jovens que, a partir das oficinas nos CRJs, já estão prestando serviço de fotografia, comercializando doces e salgados, bem como desenvolvendo atividades de estética e beleza” (Borgo *in*: SEDH, 2023, [s.p.]).

Ao perceber que a certificação em cursos e oficinas profissionalizantes não é suficiente para que os jovens se tornem “empreendedores”, como é vendido pela política dos CRJs, o governo encontrou uma solução que deixa a juventude ainda mais refém do mercado informal, mas agora com dívidas. Segundo o subsecretário de Estado de Políticas para Juventude “construímos estas regras buscando sanar uma dificuldade detectada em nossos CRJs junto aos jovens que participam de oficinas e cursos profissionalizantes: eles não têm recurso para adquirir uma máquina de corte de cabelo, por exemplo, o que, de imediato, possibilita a geração de renda” (Miranda *in*: SEDH, 2024, [s.p.]).

O Programa Bolsa Universitária Nossa Bolsa foi instituído pela Lei n.º 8.263, de 25 de janeiro de 2006, e alterado pelas Leis n.º 8.642, de 16 de outubro de 2007, e 9.122, de 30 de março de 2009. O programa oferece bolsas a estudantes para cursarem a graduação em Instituições de Ensino Superior (IES) privadas do ES. O programa abarca alunos da rede pública, além da graduação, com bolsas de iniciação científica e bolsas de mestrado.

O custeio provém do Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia (Funcitec) e da Sedu, com investimentos que chegam a R\$ 46 milhões. São cerca de 40 opções de cursos distribuídos em 29 instituições de ensino localizadas em 14 municípios capixabas. De acordo com Frois (2025), embora o programa Nossa Bolsa só tenha sido institucionalizado em 2006 e sua efetivação em 2007, ele já havia sido idealizado pelo Meesa em uma proposta de 2002.

O Nossa Bolsa é propagandeado como vantajoso para as classes populares, por ampliar o acesso ao ensino superior, historicamente negado a essa parcela da população. Do mesmo modo, ocorre com o Programa Universidade Para Todos (Prouni), institucionalizado pela Lei n.º 11.096, de

13 de janeiro de 2005. Longe de ser uma política social que beneficia a classe trabalhadora, tais programas atendem a grupos empresariais como forma de captação do fundo público em prol da valorização do ensino superior privado, evidenciando como a burguesia prestadora de serviços educacionais caminha de mãos dadas com diferentes governos e programas.

A ampliação do acesso ao ensino superior, com o aumento de matrículas nas IES, não garante uma formação de qualidade, uma vez que essa não é a preocupação central na lógica do capital, que avança sobre a educação, promovendo a mercantilização da educação e contribuindo, ao mesmo tempo, para o sucateamento das universidades públicas.

O panorama das políticas públicas voltadas às juventudes no ES, especialmente nos mandatos do governador Renato Casagrande, revela limitações no que diz respeito à ascensão da juventude trabalhadora. Até o momento, as iniciativas apresentam-se como respostas insuficientes à crescente demanda por inserção social e acesso a direitos básicos, como trabalho e educação. Ao abordarmos tais políticas, torna-se evidente que muitas delas operam dentro da lógica do trabalho sem direitos e do empreendedorismo individualizado, reforçando a responsabilização dos jovens por sua própria inserção precária no mercado de trabalho. Desse modo, enxergamos a permissão do governo estadual para o fortalecimento do setor privado na atuação cada vez mais intensa na formação dos jovens, atendendo aos interesses da burguesia. Assim, em vez de romperem com as estruturas de exclusão, essas políticas acabam por reforçá-las, mantendo a juventude trabalhadora refém das contradições do sistema capitalista.

5 OFICINAS ARTÍSTICO-CULTURAIS E A ÁREA DE LINGUAGENS

Neste capítulo, abordamos as relações entre a política do CRJ e o campo das linguagens, da estética e da cultura popular, a partir da formação por oficinas que tem sido destinada aos jovens da classe trabalhadora. No documento de metodologia da política, as oficinas profissionalizantes, de cultura, arte e esporte aparecem como componentes norteadores nas práticas voltadas à juventude público-alvo:

Os cursos profissionalizantes, juntamente com as oficinas permanentes do CRJ, devem cumprir carga horária mínima somada de 1.920 horas totais anuais, ou seja, 160 horas mensais, divididas de acordo com o interesse da juventude local, entre oficinas profissionalizantes e de cultura, arte e esporte. Os cursos/oficinas profissionalizantes devem formar pelo menos 20 jovens em cada turma, perfazendo um total mínimo de 120 jovens ao ano. Os cursos devem contemplar áreas de interesse da comunidade, sempre tendo a transversalidade dos Direitos Humanos, podendo acontecer em dias e horários diversos e com cargas horárias variantes (Espírito Santo, 2022a, p. 58-59).

Os documentos averiguados não expressam de forma explícita a concepção de linguagem da política em destaque, o que nos coloca diante da tarefa de explicitá-la neste trabalho. Para isso, é necessário pensar sobre as escolhas que vêm sendo feitas, o que elas sugerem e quais lugares essa área do conhecimento está ocupando em um espaço público destinado à juventude trabalhadora das periferias. Nesse sentido, reconhecer as articulações ideológicas e pedagógicas feitas na linguagem e as muitas formas pelas quais ela pode se manifestar nos ajuda a entender como isso colabora para a construção de uma suposta formação integral para a juventude.

Do mesmo modo, a cultura tem sido uma das muitas vias utilizadas pela política para alcançar o público-alvo. O documento de *Metodologia* (2022) indica uma forte relação entre os CRJs e a cultura popular, com base nas atividades propostas. Tais atividades, segundo o documento, “[...] devem garantir a defesa dos Direitos Humanos, os interesses das juventudes e a fruição cultural na sua maior diversidade” (Espírito Santo, 2022a, p.51). Desse modo, é fundamental questionar o que a política do CRJ estabelece como fruição, apropriação da cultura, mobilizando os jovens a partir dos indicativos de um trabalho voltado para a valorização da cultura nas periferias.

A política ganha apreço sob o discurso de valorização das múltiplas expressões artístico-culturais. De fato, a promoção de atividades culturais é uma ação muito presente tanto nos objetivos das políticas públicas quanto nos APHs. Como já indicamos anteriormente, nos CRJs, o discurso documental afirma que o acesso à cultura se dá pelo incentivo ao “[...] teatro, música, poesia, dança, além de atividades externas e produções dos próprios jovens” (Espírito Santo, 2022a, p.52). Por isso, nesta seção, tratamos das oficinas que dialogam com esses elementos,

buscando elucidar as articulações da política do CRJ no que tange à formação estética no campo das linguagens.

De acordo com Vanderlei J. Zacchi (2006), a percepção de linguagem em Gramsci guarda similaridades com a noção articulada por Mikhail Bakhtin (1895-1975). Para Zacchi (2006), ambos consideram a linguagem e o sujeito como dinâmicos e inacabados, capazes de questionar e resistir a poderes e discursos dominantes. Com o afastamento de teorias positivistas na linguística e nas ciências sociais, os filósofos se aproximam de uma ideia fundamental de que uma língua não somente representa uma visão de mundo, mas também expressa e modifica consciências, por exemplo. Nessa perspectiva, a linguagem é fundamental para manter e mudar a maneira como os seres humanos vivem, compreendem o mundo e a si próprios. Acresce que a linguagem é um “[...] contínuo processo de metáforas, sendo a história da semântica um aspecto da história da cultura: a linguagem é, simultaneamente, uma coisa viva e um museu de fósseis da vida e das civilizações passadas” (Gramsci, 1999, p. 156). O trecho em destaque remete à própria dialética do processo, em que não existe a possibilidade de ser estático, descolado da história e das estruturas sociais.

Dito isso, pensamos a linguagem como um elemento da hegemonia de classe, que institucionaliza determinadas práticas sociais, uma vez que materializa as relações de poder consolidadas e interiorizadas pelos grupos. Como instrumento de poder e dominação, a linguagem é capaz de unificar o pensamento das classes subalternas. Em contrapartida, pode constituir-se uma ferramenta de renovação cultural, moral e intelectual que pode contribuir para a leitura (em larga acepção) das classes subalternas. No entanto, é preciso reconhecer os seus limites: mesmo a linguagem sendo expressão da realidade material e podendo ter força no processo de formação da consciência, ela não é capaz de transformar a realidade por si só. Em seu significado político e ideológico, a linguagem evidencia as relações de força que geram e consolidam a hegemonia da classe dominante para a formação e manutenção de consensos (Gramsci, 1999).

O relatório da *Pesquisa de Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes (CRJs) Terra Vermelha e Feu Rosa*, publicado em 2023, traz as primeiras impressões sobre os dois primeiros CRJs implantados nos municípios de Serra e Vila Velha, nos territórios de Feu Rosa e Terra Vermelha, respectivamente. A pesquisa foi realizada pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), que é vinculado à Secretaria de Estado de Economia e Planejamento (SEP) do ES e tem subsidiado políticas públicas por meio da elaboração e da implementação de estudos, pesquisas, planos, projetos e da organização de bases de dados

estatísticos e georreferenciados voltados ao desenvolvimento socioeconômico do ES.

Para essa primeira avaliação dos CRJs, foram realizadas entrevistas individuais, com os jovens participantes, seus familiares, membros da comunidade, parte da equipe gestora e a equipe da SEDH responsável pelo acompanhamento da política. As entrevistas foram conduzidas com base em um roteiro semiestruturado, com algumas perguntas geradoras cuja função era levantar uma temática a ser discutida pelos entrevistados. Os temas abordados foram: expectativas sobre o CRJ; percepções sobre o atendimento no CRJ; relações com o território; violência; trabalho e renda.

Sobre os interesses dos jovens em atividades a serem realizadas nos CRJs, as opções mais mencionadas foram relacionadas à “informática/internet”, “espaço para convivência — fazer ou encontrar amigos(as)”, “formação para o trabalho” e atividades de “arte e cultura”. O IJSN traz, no relatório, algumas falas de participantes da política:

“Tem aula de trancista, bacana que isso é uma coisa que rende também. Aí tem dança e rima, grafite. Acho que sim, porque nem sempre as oficinas que têm aqui agradam a todos” (Pereira *et al.*, 2023, p. 173).

“Está bem bacana, porque ao mesmo tempo que os meninos querem ficar no computador, mas não quer não ficar no CRJ, mas não quer ficar mais especificamente na oficina, fica no computador, fica ali na frente ouvindo uma música, fazendo uma dança, interagindo” (Pereira *et al.*, 2023, p. 173).

“É muito além do que só uma oficina de dança e oficina de canto ou uma sala em que você pode estudar com computador, não é só isso. São pessoas que elas te escutam, realmente é incrível (...)” (Pereira *et al.*, 2023, p. 173)

“A gente percebe que no próprio encaminhamento para cá para o CRJ que eles querem inserir esses adolescentes e jovens dentro das oficinas como uma forma também de ocupar esse tempo deles, que estavam na rua ou que estavam em algum momento de violação” (Pereira *et al.*, 2023, p. 173).

As respostas positivas dos participantes dos CRJs parecem ser suficientes para medir o nível de “eficácia” da política para os avaliadores, o que para nós revela de que espécie de processo avaliativo estão tratando. Os discursos se concentram em experiências subjetivas imediatas, como o agrado com as oficinas, a possibilidade de permanência no espaço e o sentimento de acolhimento. E aqui há que se perguntar qual é a substantiva diferença entre esses elementos e o que tem feito comunidades religiosas no interior das comunidades. A ênfase nos aspectos como diversidade de oficinas, acolhimento institucional, convivência e ocupação do tempo livre, são elementos apresentados como benéficos, sem indagações. Em contrapartida, entendemos que esses elementos manifestados nos discursos dos participantes apontam para o uso da política como forma de vigilância e aceleração da juventude trabalhadora no processo produtivo. Essa ideia aparece de forma explícita com o controle do tempo e a preocupação de

ocupá-lo integralmente. Na tentativa de produzir corpos altamente funcionais e espiritualmente satisfeitos, as atividades têm servido como uma forma de tutela nas periferias.

Com base no que foi dito pelos participantes, o IJSN considera a atuação do CRJ benéfica:

De acordo com as respostas dissertativas dos (as) jovens sobre o que havia mudado nas suas vidas após o ingresso no CRJ, os dados sugerem que a implementação desta política pública impactou positivamente na vida dos jovens e parece ser considerada um divisor de águas (IJSN, 2023, p. 39).

Na contramão do que o IJSN tenta promover, as percepções dos participantes em relação às oficinas indicam elementos importantes sobre essa escolha pedagógica, mas ignorados pelo relatório. O sentido educativo dessa formação, entretanto, é frágil e inconsistente em relação ao conteúdo e aos objetivos. Apesar de existir uma certa aproximação com os aspectos culturais próprios das manifestações muito presentes nas periferias, eles são utilizados para atrair os jovens ao local, ou seja, trata-se de uma formação mais distante de valores político, estéticos e críticos dessas expressões culturais, assumindo caráter mais celebrativo. Ademais, as oficinas, como atividades desarticuladas de um compromisso com o conhecimento e o aprendizado, assumem função ocupacional e recreativa, uma vez que a suposta autonomia oferecida aos jovens — quando podem escolher entre dançar, usar o computador ou ouvir músicas — indica como o espaço tende a se tornar um local de entretenimento de baixo custo, inserido na lógica de “ocupar o tempo livre dos jovens” para que não estejam nas ruas cometendo infrações.

O *Plano Estadual de Políticas para as Juventudes do Espírito Santo 2022-2032* prevê um conjunto de metas voltadas ao âmbito cultural:

3.1. Implementar o ensino de música e outras artes no âmbito da escola; 3.2. Criar um programa de incentivo aos cineclubes, em especial nas regiões periféricas do estado; 3.3. Realizar festivais das juventudes a cada ano; 3.4. Construir centros culturais para valorização de cultura regionais; 3.5. Fortalecer as Secretarias de Cultura para que possam desenvolver seu trabalho nas comunidades rurais; 3.6. Proporcionar um festival territorial da juventude rural a cada três anos; 3.7. Dar continuidade e incentivo a projetos de lazer, espaço de cultura, inclusão digital e investimentos em tecnologias nas comunidades rurais; 3.8. Criar rádios comunitárias rurais; 3.9. Criar escolas de arte, (música, dança, teatro, etc.) nos municípios; 3.10. Criar um programa governamental de cultura, com participação da juventude rural, visando à disponibilização de teatros e cinemas, respeitando a cultura local; e 3.11. Criar, organizar e divulgar espaços culturais de valor turístico e de lazer nas áreas rurais, efetivando os jovens como protagonistas, e o ensino de música e outras artes no âmbito da escola (Espírito Santo, 2022c, p. 23).

A execução dessas metas coloca os jovens no centro das políticas públicas não como sujeitos políticos, mas como integrantes de uma gestão que preza por novas formas de dominação, encobertas pelo discurso de incentivo cultural e artístico. O Plano Estadual de políticas públicas para as juventudes surge no momento em que o sistema carcerário e socioeducativo é

consideravelmente ampliado no estado, além de presenciarmos uma reforma policial territorializada. Moura (2023), ao tecer apontamentos sobre o papel do aparato policial do Estado no processo de dominação do negro, pontua : “[...] ser negro passou a ser vergonha para o indivíduo e um perigo para a sociedade. E a perseguição policial [...] já não era mais um fato político, uma contraposição às suas lutas por direitos, mas uma perseguição comum” (Moura, 2023, p.303). Esse movimento resulta nos seguintes mecanismos de barragem: criminalização, encarceramento e extermínio. Os mecanismo de barragem, “manipulados pelas classes dominantes racistas para mantê-lo [o negro] nos últimos estratos da sociedade” (Moura, 1988, p.44), funcionam com êxito no impedimento a vida e a humanização no contexto de escassas possibilidades concretas de sobrevivência. Nesse sentido, eles afetam as dimensões econômica, social, política, cultural e existencial, e impedem o desenvolvimento de uma consciência mais radical. Eles se sofisticam e ganham novas formas na tentativa de “apaziguar” locais de conflitos. As práticas culturais, artísticas e o ensino de ofícios, têm sido uma das formas utilizadas pelo Estado Presente para estabelecer o controle da vida social nas periferias, funcionando como formas mais brandas para “amenizar” possíveis tensões sociais e revoltas.

O documento de *Metodologia* (2022) indica um trabalho amplo no que envolve as atividades a serem oferecidas tanto nos espaços dos CRJs quanto fora deles:

É importante ter atividades que objetivem levar as juventudes para fora do território, para novas experiências, oportunizando o conhecimento de pontos históricos e culturais, viabilizando vivências em temáticas de interesse. As vivências – que podem ser shows, apresentações, performances, peças teatrais, intercâmbios com outros grupos, campeonatos, cinema etc. (Espírito Santo, 2022a, p. 54).

Sem dúvidas, defendemos uma educação cultural para as juventudes e a importância de garantir o acesso e permanência desse público em espaços culturais e históricos, mas reconhecemos os seus limites sob o capitalismo, uma vez que existe uma íntima relação entre a cultura e a estrutura socioeconômica. No âmbito da sociedade de classes, não há como negar que a cultura, devido ao seu potencial revolucionário, continua a ser um privilégio de grupos sociais dominantes, que trabalham incansavelmente para torná-la cada vez mais distante da classe trabalhadora, ainda que se apropriem dos seus signos, símbolos, pautas e costumes. Dessa forma, faz-se importante retomar a oposição entre “cultura popular” e “alta cultura”:

A “alta cultura” restrita à classe dominante permanece sendo um mundo ainda pouco explorado pelas classes populares da sociedade. Portanto, não há uma sobreposição perfeita entre os dois termos. Está claro que esses dois níveis representam momentos distintos dentro de uma possibilidade dialética, realizada historicamente pela filosofia da práxis. Em virtude disso, a formação de uma alta cultura capaz de elevar o nível cultural das massas é fundamental por lidar com o ser genérico. Todavia, somente poderá ser efetivada em um

contexto de democratização do saber e de uma consequente expansão da base intelectual da sociedade (Dias; Chaves, 2025, p. 11).

O tema da cultura popular foi discutido por Volóchinov (2017), quando explorou o problema da cultura cômica popular na Idade Média e no Renascimento. O autor estabeleceu como objetivo teórico do trabalho revelar a unidade, o sentido e a natureza ideológica e o valor estético das múltiplas manifestações dessa cultura. Nessa conjuntura, ele chama a atenção para o fato de que a natureza específica do riso popular foi alvo de interpretações equivocadas e distorcidas, uma vez que essas interpretações se formaram sob o domínio da cultura e da estética burguesa dos tempos modernos. Além disso, as várias formas e manifestações do riso conflitavam com a cultura oficial, com o tom sério, religioso e feudal característico da época. A partir do estabelecimento do regime de classe e de Estado, as formas cômicas adquiriram um caráter não oficial, revelando tensões sociais e novos sentidos, transformando-se na cultura popular, a qual pertence à esfera particular da vida cotidiana, extremamente heterogênea nas suas manifestações.

No âmbito dos CRJs, observamos o potencial da cultura popular e de seu sentido político sendo descartado e esvaziado pela lógica da hegemonia burguesa, que aparece na ideia de formação cultural desenvolvida pela política a partir das oficinas artístico-culturais. Essas atividades, que são parte importante dos CRJs, apontam para um singelo compromisso entre a política e o que se deseja como educação cultural para os jovens trabalhadores das periferias. Desse modo, as oficinas indicam um projeto superficial de educação cultural destinado a esse público. Ademais, elas apontam para o enfraquecimento das possíveis formas de organização social desse grupo, afetando os modos de participação desses jovens na sociedade de classes.

Dito isso, em 2021, o CRJ de Vitória promoveu uma oficina de livros criativos artesanais com o tema “Juventude e Empreendedorismo: Livros Criativos com Gabriela Irigoyen”. Como estávamos vivendo um período pandêmico, a oficina foi apresentada não somente como uma forma dos jovens do CRJ expandirem os seus conhecimentos, mas também de “empreenderem” e ganharem um “dinheiro extra” naquele período de crise. A ex-secretária municipal de Cidadania, Direitos Humanos e Trabalho, Neuzinha de Oliveira, afirmou que a atividade contribuiria para o fortalecimento do protagonismo juvenil por meio do desenvolvimento de ações que promovam a cidadania e a geração de renda. Em resumo, a atividade propôs o desenvolvimento de livros criativos com o uso de técnicas de encadernação e de elementos visuais, como textos, ilustrações, caligrafia, entre outros conteúdos, para que os jovens desenvolvessem seus próprios produtos personalizados. A oficina foi realizada de forma *online*,

sob execução de Gabriela Irigoyen, artista visual, designer e professora. A artista se dedica a criar livros com um enfoque artístico e experimental. Seus trabalhos já foram publicados no Brasil e no exterior, participando de exposições coletivas e individuais em diferentes cidades.

A iniciativa mencionada pode, à primeira vista, parecer benéfica para os participantes da oficina, e não negamos que algo criativo e formativo possa emergir dessa ação. No entanto, Vázquez (1978), à luz das contribuições marxianas, indica que, no sistema capitalista, o ser humano é reduzido apenas à necessidade de sobrevivência: trata-se de uma vida dedicada à obtenção de dinheiro para o seu autossustento. Nesse sentido, a ideia de obtenção de renda a partir da produção de livros chamados “criativos”, diante de um cenário em que a população estava sofrendo com um desemprego crescente, com a fome e com o risco iminente de morte devido à Covid-19, apresenta-se, embora com vias educativas, como mais uma faceta cruel das políticas públicas de gestão da pobreza. Nesse momento, aos jovens moradores das periferias estava sendo delegada a responsabilidade de “inovar, produzir e empreender”, *slogans* muito próprios das estratégias de produção de consenso das políticas educacionais (Evangelista, 2014), ao passo que as condições básicas da vida não eram priorizadas e garantidas.

Em outro momento, a produção artística das juventudes que frequentam o CRJ de Novo Horizonte também foi incentivada a ser uma fonte de renda para os jovens. Nas oficinas de pintura, foram produzidas telas que buscavam homenagear referências negras, líderes comunitários, artistas musicais etc. As produções foram expostas na Biblioteca Central da Ufes na exposição “Pincelando Fatos”. De acordo com a coordenadora do CRJ, Elionice Fagundes, a exposição é a realização de um sonho do CRJ que busca, por meio das oficinas, incentivar a juventude a fazer o que gosta, a partir de um processo de criação. A coordenadora explicou ainda que, além das técnicas de pintura, o CRJ trabalha o desenvolvimento do processo artístico para prepará-los para que a arte seja também uma fonte de renda, em uma perspectiva constantemente utilitarista. Eis o que Marx (2011, p. 44) chamou de “[...] relação geral entre produção, distribuição, troca e consumo”. A produção, segundo Marx, “[...] dá ao consumo sua determinabilidade, seu caráter, seu fim”. Assim, “[...] não é somente o objeto do consumo que é produzido pela produção, mas também o modo do consumo, não apenas objetiva, mas também subjetivamente. A produção cria, portanto, os consumidores [...]”, gerando, dessa forma, “[...] uma necessidade ao material”. Desse debate, ao relacionarmos com a arte e a formação humana engendradas na relação de exploração capital-trabalho, queremos destacar que a produção, “[...] produz não somente um objeto para o sujeito, mas também um sujeito para o objeto, [...]”

[quando] cria o modo determinado do consumo e, depois, o estímulo ao consumo, a própria capacidade de consumo como necessidade” (Marx, 2011, p. 47-48)

Em oposição às generalizações vazias em relação ao trabalho artístico, Vázquez (1978), ao tratar da semelhança entre arte e trabalho e da complexidade dessa relação, afirma que “[...] a utilidade da obra artística depende de sua capacidade de satisfazer não uma necessidade material determinada, mas a necessidade geral que o homem sente de humanizar tudo quanto toca, de afirmar sua essência e de se reconhecer no mundo objetivo criado por ele” (Vázquez, 1978, p. 71). Certamente, nas condições capitalistas, a arte, quando cooptada para finalidades mercadológicas, utilitaristas, imediatistas e pragmáticas, caminha na contramão do desenvolvimento artístico, quando não se pode deixar de atender a um “mercado”, que nega, em grande medida, a formação de uma individualidade para si (Duarte, 2013).

Nos CRJs, as oficinas “[...] são parte da estratégia de mobilizar e movimentar o espaço com programações avulsas (saraus, sessões de cineclube, batalhas de rimas, rodas de conversas, entre outros” (Espírito Santo, 2022a, p. 50). Ainda, essas oficinas “[...] não devem acontecer deslocadas dos princípios que regem o CRJ, mas serem espaços em que os direitos humanos devem aparecer de forma transversal” (Espírito Santo, 2022a, p. 51). Após a finalização de um ciclo de atividades, o objetivo da política é promover as “mostras semestrais”, que podem ser mais voltadas para eventos artísticos-culturais e que servem para apresentar para a comunidade os resultados das ações realizadas pelos CRJs: “os encontros semanais provocados pelas oficinas permanentes gerarão produtos diversos, tais como textos, fotos, vídeos, danças, músicas, peças, games, etc.” (Espírito Santo, 2022a, p. 54). Vázquez (2011) ao tratar da arte de massas pressupõe a massificação da existência humana como um fenômeno característico da sociedade capitalista. Por arte de massas, ele indica aquela cujos produtos satisfazem necessidades *pseudoestéticas*.

Nesse tipo de produção pseudoartística, os grandes problemas humanos e sociais são afastados em favor de uma suposta necessidade de satisfazer um legítimo desejo de entretenimento; e, quando algum deles é mencionado, transita-se sempre pela superfície, com soluções que não abalam a confiança na ordem existente, empobrecendo as ideias, rebaixando os sentimentos e barateando as mais profundas paixões (Vázquez, 2011, p.230).

Desse modo, notamos uma ênfase em transformar essas produções em produtos a serem comercializados com forte valorização e incentivo ao empreendedorismo juvenil. Essa tendência aponta para os direcionamentos formativos da política, priorizando a lógica da mercantilização das expressões culturais como respostas às demandas da juventude

trabalhadora, eliminando, em grande medida, uma base formativa e crítica que poderia estar presente nessas experiências, sobretudo se autodeterminadas. Do mesmo modo,

[...] as mostras anuais têm como objetivo principal ser um momento de intercâmbio e troca de experiências entre os CRJs de todo estado. Organizado pela SEDH, em parceria com os 14 CRJs e o Grupo Gestor Estadual, o evento reunirá integrantes de todos os centros em funcionamento, em local e data a serem acordados. Os CRJs terão oportunidade de apresentar os resultados do trabalho que foi desenvolvido em cada território ao longo do ano. Cabe às OSCs parceiras fornecer transporte e alimentação para a participação de, pelo menos, 40 jovens integrantes de cada CRJ para o referido evento. Cada CRJ deve definir suas apresentações e experiências que integrarão a programação, tendo como base as atividades realizadas durante um ano de trabalho. A programação deve contar ainda com momento de debate e trocas de experiências entre os CRJs. As mostras anuais têm a finalidade de agregar as produções dos CRJs à uma agenda estadual, preferencialmente na Semana Estadual de Debate Contra o Extermínio da Juventude, que tem o dia 21 de setembro como marco. As mostras serão também um espaço de integração entre as juventudes de territórios diversos (Espírito Santo, 2022a, p. 55).

Por certo, o avanço de uma formação cultural classista precisa privilegiar e defender o conhecimento artístico, científico e filosófico reconhecido a partir do acúmulo humano ao longo da história, levando em consideração o papel, a longo prazo, que a cultura tem na luta de classes. Do mesmo modo, uma cultura proletária, ou outros sentidos para a periferia, só podem ser criados por meio da compreensão do que a humanidade criou e acumulou no decorrer das suas metamorfoses. Nossa organização demanda, para a constituição desses outros sentidos, o acesso ao desenvolvimento lógico e crítico radical do acervo de conhecimento adquirido pela humanidade sob o jugo da sociedade capitalista, da sociedade latifundiária, da sociedade burocrática (Lenin, 1979). De igual modo, Lunatchárski (2018) procura caracterizar uma arte proletária justamente a partir da familiarização com todos os frutos da cultura anterior, entendendo que a arte de uma mesma classe não permanece sempre idêntica. Pensar a autonomia da cultura proletária em relação ao Estado requer, portanto:

[...] a propagação dos valores universais da ciência e da arte sem os quais não se pode ser uma pessoa mais consciente, sem os quais o proletariado permanece bárbaro, cuja falta de aquisição não permite que se explore nem o poder, nem os meios de produção conquistados” (Lunatchárski, 2018, p. 56).

Lunatchárski (2018) defende a autonomia do proletariado em construir sua própria cultura, enfatizando que esta precisa funcionar dentro da coletividade para reafirmar a autonomia dos trabalhadores, uma vez que essa construção precisa trazer consigo determinados valores que carregam a marca do trabalhador. Ainda que algumas atividades não correspondam ao espírito de classe, é fundamental a aproximação com todas as instituições culturais, democratizá-las, torná-las acessíveis, na tentativa de preenchê-las com um novo conteúdo, alinhado à criação de uma cultura proletária própria e de uma arte revolucionária. O autor, ao tratar dos princípios da

estética proletária, indica que “[...] se analisarmos por que os gostos mudam veremos que na base desse fenômeno estão as mudanças na estrutura econômica e as mudanças gerais no grau de influência de uma classe social sobre a cultura” (Lunatchárski, 2018, p. 68). Ele reconhece que cada classe possui uma estética específica, quando possui seu enfoque na realidade e nos ideais de um determinado povo.

O imprescindível, com vistas a uma formação cultural para as classes populares, é o acesso ao conjunto de bens culturais que podem possibilitar o conhecimento em profundidade do que de melhor a humanidade produziu, de tudo que se pode ler nessas produções e da consequente mudança nas formas de pensar e sentir. Entretanto, esses elementos tão importantes para o desenvolvimento de uma consciência crítica emancipada e para as formas de organização social, também são sonegados nos espaços que buscam exercer práticas de educação não formal. De igual modo, quando se trata da relevância da cultura negra para a formação da juventude, “[...] essa contribuição não foi morta, nem insignificante, nem periférica, nem inferior, e não é folclórica. Foi e continua sendo — durante a escravidão como agora — uma cultura de resistência dos oprimidos do Brasil. Daí o seu dinamismo e resistência” (Moura, 2023, p. 272).

No que compete à cultura, Gramsci (2012) a sinaliza como um lugar de sínteses das lutas entre os diversos projetos em disputa na sociedade, com relativa autonomia, o que o diferencia da maioria dos autores que se dedicam a debater transformações sociais no campo dos estudos culturais. A cultura apresenta-se, em sua obra, como um saber que se produz articulado com a ação, que pode estar voltada tanto para conservar o instituído quanto para transformá-lo. Assim, ela é capaz de exercer sua função de transformação social e emancipação humana, atendendo a um objetivo coletivo. Contudo, como dissemos, o acesso a uma parte importante dos bens culturais mais prestigiados sempre esteve restrito a uma fração da sociedade de classes, no âmbito da existência de dirigentes e dirigidos. No entanto, como afirmou Lênin (1979, p. 267-8),

[...] sin comprender con claridad que esta cultura proletaria sólo puede crearse conociendo con precisión la cultura que ha creado la humanidad en todo su desarrollo y transformándola, sin comprender eso, no podremos cumplir dicha tarea. La cultura proletaria no surge de la nada, no es una invención de los que se llaman especialistas en cultura proletaria. Eso es pura necesidad. La cultura proletaria tiene que ser el desarrollo lógico del acervo de conocimientos conquistados por la humanidad bajo el yugo de la sociedad capitalista, de la sociedad terrateniente, de la sociedad burocrática. Todos esos caminos y senderos han conducido y conducen a la cultura proletaria, del mismo modo que la economía política, transformada por Marx, nos ha mostrado a dónde debe llegar la sociedad humana, nos ha indicado el paso a la lucha de clases, al comienzo de la revolución proletaria.

O tema cultural, nos *Cadernos do Cárcere*, é tratado de forma ampla e observado por ângulos

diferentes. Gramsci (2012) acreditava que, para existir uma “reforma cultural”, seria preciso pensar em uma reforma econômica. Por certo, em um contexto de luta, a cultura é fundamental para a organização social contra-hegemônica, pois também significa um modo de viver que se produz e se reproduz por meio de um projeto de formação, ou seja, é organização da vida social e das formas de relações humanas diversas: “é organização, disciplina do próprio eu interior, é tomada de posse da própria personalidade, é conquista de consciência superior pela qual se consegue compreender o próprio valor histórico, a própria função na vida, os próprios direitos” (Gramsci, 2012, p. 143-144).

Gramsci (2012) tratou da complexidade da cultura popular ao longo da reflexão desenvolvida no cárcere. Para ele, não existiria um modelo de nivelamento cultural entre a cultura popular e a alta cultura. O teórico italiano atribui igual importância à quantidade e à qualidade da cultura, afirmando que, com a ampliação da base de acesso e do aumento do nível geral, seria possível uma seleção de intelectuais orgânicos com forte atuação na vida social e política de sua classe. No cenário de uma sociedade regida por classes sociais, as classes subalternas ficam restritas apenas às manifestações culturais que são próprias do seu universo. Até mesmo “[...] a apropriação de novas formas através das quais se podem expressar os próprios conteúdos do saber popular [...]” (Saviani, 1991, p. 29) ficam prejudicadas. Assim, quando a política se apresenta como principal aparelho de promoção de ações destinadas à juventude no ES, “[...] como resposta às demandas históricas das juventudes [...]” (Espírito Santo, 2022a, p.22), não é de formação propriamente que se trata. Trata-se de ações de custódia e contingência, em resposta às consequências que a própria violência que o Estado burguês promove na sociedade de classes.

Levando em consideração o espaço da cultura nas lutas dos diversos processos de dominação de classe, é crucial compreender a formação humana como parte de um processo complexo e contraditório de luta política e cultural, que não se inicia nem se conclui na esfera da sociabilidade. Gramsci (2012) apostou no potencial da linguagem como uma ferramenta de renovação cultural, moral e intelectual, da qual depende a capacidade de formar, instruir e organizar as classes subalternas. Para isso, seria necessário ter como prioridade o movimento de transformação da realidade econômica, social e política, mudança que implica a renovação do modo de pensar e de sentir.

No que tange à educação para a formação da classe trabalhadora, o projeto político do autor consiste em um grande projeto educacional, em que uma reforma intelectual e moral somente poderá ocorrer baseando-se em uma perspectiva ampla de educação, que é a chave para a

construção de uma nova hegemonia, relacionada a uma concepção de mundo elaborada filosoficamente, em que o sujeito reconhece que faz parte de uma força. Considerando a formação humana omnilateral, o objetivo maior da educação ampla, sólida, humanista e formativa, para qualquer perspectiva que se reivindique classista, sob o viés da arte, pode ser compreendido com o auxílio de estudiosos marxistas que ajudam a pensar a sua função social em uma sociedade marcada pela alienação. Não se trataria de inventar “[...] una nueva cultura proletaria, sino [del] desarrollo de los mejores modelos, tradiciones y resultados de la cultura existente desde el punto de vista de la concepción marxista del mundo y de las condiciones de vida y de lucha del proletariado” (Lenin, 1979, p. 272, grifos do original).

Apontando para ações de custódia e contingência, sabemos que os egressos do sistema socioeducativo são parte do público alvo da política do CRJ. Por isso, é comum que aconteçam atividades nos espaços de socioeducação no ES. Em 2023, os adolescentes que estavam cumprindo medida socioeducativa na Unidade de Internação Socioeducativa (Unis), em Cariacica, participaram de uma oficina de poesia realizada na unidade pelo CRJ. A atividade foi oferecida durante o período de férias escolares e realizada pela equipe do CRJ de Flexal, em Cariacica. As produções foram consideradas livros artesanais e realizadas em quatro encontros semanais de duas horas cada. A assistente social que acompanhou a atividade, Leidiane Santana Rocha, afirmou que “[...] o objetivo dessa atividade foi explorar o universo da escrita poética criativa, tendo como base para a produção literária as experiências de vida, assim como situações cotidianas” (Rocha in: IASES, 2024, s.p.). Reconhecemos a importância e o significado das experiências individuais; no entanto, sabemos que durante o processo de formação social é fundamental promover, em alguns momentos, um distanciamento das vivências cotidianas dos sujeitos. Esse distanciamento, todavia, não se trata de um afastamento da realidade, mas sim de uma forma de refletir sobre ela, possibilitando que os indivíduos alcancem diferentes mundos a partir de uma ação consciente. A arte, nesse caso, a poesia (os poemas), é uma das formas possíveis de apreensão do real pela humanidade.

Outra ação realizada com os socioeducandos foi a realização de uma oficina de grafiteagem, em parceria do IASES com o CRJ de São Pedro:

A ação buscou facilitar o processo de autonomia e a preparação gradativa para o desligamento institucional dos jovens envolvidos na atividade. Proporcionando uma experiência artístico cultural de forma coletiva, alcançando a grafiteagem do espaço, que é do e para o jovem egresso, ressignificando, revitalizando, desenvolvendo ativamente o protagonismo juvenil e vinculando-os às atividades sociais desenvolvidas nos territórios de origem. Portanto, além dos trabalhos visuais impactantes, mas também fortaleceu o senso de pertencimento e colaboração entre os jovens (Fred in: IASES, 2023, [s.p.]).

Importante pontuar que a política de socioeducação segue o mesmo padrão de seletividade racial e de classe do sistema prisional adulto, quando elege o jovem negro morador da periferia como alvo passível de monitoramento e suspeita. Tanto no sistema prisional quanto no sistema socioeducativo, há a propagação de projetos societários que não condizem com a emancipação crítica da classe trabalhadora. Apesar de o ECA ser um marco normativo importante para a defesa dos direitos de crianças e adolescentes “em conflito com a lei”, não é possível afirmar que isso seja algo consolidado, principalmente porque as ações ditas socioeducativas produzem disciplinamento e regulação social, de cunho coercitivo e moralizante (Iack, 2023). Certamente, existe um grande risco de essas oficinas exercerem uma valorização apenas simbólica, uma vez que, após o desligamento das instituições socioeducativas, os adolescentes terão que lidar com os entraves contínuos da reintegração social, principalmente com o desemprego e a violência que atingem a juventude negra. Nessa lógica, a arte é utilizada mais como uma estratégia de disciplinamento e controle do que como forma e conteúdo de conhecimento e desenvolvimento da sensibilidade, tão necessária para a elaboração coletiva do ódio de classe, cada vez mais em extinção.

Faz-se ainda necessário considerar as distinções entre cultura popular, cultura de massas e massificação da cultura (Adorno, 1996): podemos falar de uma forma mais autônoma e independente que emerge das massas, e diferenciá-las dos artefatos culturais produzidos pelos grupos hegemônicos e oferecidas aos indivíduos como objeto de consumo. É preciso, afinal, pensar a cultura popular como parte de processos que ocorrem no interior de complexos sistemas de forças e das instituições. Por isso, as expressões culturais são passíveis de modificações e articulações que manejam diferentes orientações ideológicas, concepções e interesses conflitantes. Os eventos culturais, sendo produtos da atividade social, articulam-se na esfera política e podem apontar para os limites no que diz respeito à superação de problemas concretos. Por isso, o mais importante é mostrar como ela é produzida, os processos dos quais se constitui e o que expressa. Logo, como parte de uma consciência revolucionária, trata-se de um tipo de ação na realidade social, em um processo dinâmico e que passa pelas artes, assim como pelas outras esferas da vida social.

Atualmente, para se inscrever nas oficinas, as pessoas interessadas devem preencher um formulário *online*, disponibilizado na página do Instagram @crjvitoria. O formulário é simples: solicita apenas o nome completo, verifica se o interessado tem entre 15 a 29 anos e, em alguns casos, qual é o melhor dia para a realização da oficina.

Abaixo, apresentamos o cartaz de divulgação de uma das últimas oficinas realizadas no CRJ — Vitória, em novembro de 2025. O cartaz foi veiculado nas redes sociais com o convite para unir ritmo, corpo e história. A ideia é apresentar a cultura do baile charme, apontada como símbolo da identidade e cultura negra. A oficina indica a importância de valorizar movimentos que nascem das periferias do Brasil. A atividade proposta no CRJ faz parte de um projeto maior chamado de “Festival KUMBÁ”, contemplado no Edital de Seleção de Projetos nº 04/2024 – Valorização de Territórios e Diversidade Cultural, com recursos da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB), por meio da Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo.

Figura 2 – Cartaz de divulgação da oficina de Baile Charme



Fonte: Instagram @crjvitoria (2025).

A oficina foi ministrada por Abayomi Queiroz, bailarina, coreógrafa e educadora social. As informações coletadas no site do Coletivo Emaranhado indicam que a profissional iniciou sua carreira aos 15 anos, em projetos sociais como o Instituto Araujo (2021) e a Associação Amor e Vida (2022), ambos em Cariacica (ES). Estudou Dança Contemporânea e Jazz em escolas como Mônica Tenore (2019), em Vitória, e atualmente estuda Ballet Clássico, Neoclássico e Contemporâneo na Proscênio Studio de Dança (2025). Atualmente, é bailarina do Coletivo Emaranhado e desenvolve pesquisas em movimentos corporais focados na experimentação e na sensibilidade corporal, pesquisando o movimento contemporâneo decolonial.

Na superfície discursiva, o secretário municipal de Cidadania, Direitos Humanos e Trabalho, Luciano Forrechi, destacou:

A Prefeitura de Vitória tem investido em políticas públicas que dialogam com a juventude de forma direta, oferecendo espaços de escuta, aprendizado e convivência. Esses eventos mostram o quanto é possível unir *lazer, cultura e qualificação profissional* em um mesmo *projeto de vida* (Prefeitura de Vitória, 2025, [s.p.], grifos do autor).

Do mesmo modo, a gerente de Políticas de Cidadania e Direitos Humanos, Renata Segovia Ferreira, reforçou o papel das oficinas na promoção da cultura e do “protagonismo juvenil”:

O charme é muito mais que uma dança, é uma forma de ocupar os espaços da cidade com alegria, autoestima e pertencimento. Iniciativas como essa fortalecem vínculos, criam redes entre os jovens e valorizam expressões culturais que nasceram das comunidades e hoje fazem parte da identidade brasileira (Prefeitura de Vitória, 2025, [s.p.]).

De acordo com a Prefeitura de Vitória,

[...] o charme é uma expressão cultural originária do município do Rio de Janeiro, fortemente ligada aos bailes que acontecem, em sua maioria, nas zonas norte, oeste e centro da cidade. Esses bailes, frequentados principalmente por pessoas negras das camadas populares, surgiram na década de 1980 com coreografias em grupo marcadas por movimentos sensuais e sincronizados. A dança charme, como ficou conhecida, é formada por sequências de "passinhos sociais" que os charmeiros executam ao som do DJ, criando um ambiente coletivo de expressão corporal. Suas raízes remontam ao movimento soul e funk das décadas de 1970 e início dos anos 1980, que contribuíram para sua formação rítmica e estética (Prefeitura de Vitória, 2025, [s.p.]).

Como vimos, as periferias são espaços onde ações de cunho social acontecem, fortalecidas pela presença dos APHs, pelas instituições religiosas e pelas políticas públicas. Os projetos sociais territorializados são frequentemente vistos como porta de entrada para experiências formativas, de acesso à cultura e possibilidades de qualificação profissional, além de alternativa viável para amenizar a criminalidade nos territórios. De fato, não negamos que tais iniciativas possam ter esses efeitos. Contudo, reiteramos a articulação do CRJ com a juventude envolvida em coletivos e movimentos sociais. A política tem incentivado que esse público permaneça, trabalhe e produza em seus próprios territórios de origem, sob a ideia de “Gestão compartilhada e democrática” (Espírito Santo, 2022, p.26). No discurso documental, esse movimento aparece para despertar “o processo de pertencimento nas juventudes dos territórios” (Espírito Santo, 2022, p.40). A presença dos jovens atuando como articuladores locais e educadores sociais cria um reconhecimento na superfície discursiva. Nesse sentido, a juventude trabalhadora é convidada a “protagonizar”, se expressar e participar ativamente da vida comunitária, levando em consideração que os princípios do CRJ valoriza: escuta atenta a aspirações da juventude; vínculos de confiança recíproca para a atenção e o cuidado continuados; respeito diversidade humana; fomento a resolução de conflitos a partir da disseminação da cultura etc (Espírito Santo, 2022).

Dito isso, o trabalho desenvolvido por meio das oficinas, como esta mencionada anteriormente, constitui uma das estratégias de aproximação entre a juventude das periferias e a política do CRJ no ES. Ao incorporar temas relacionados à cultura negra e às expressões periféricas, o CRJ consolida um discurso de pertencimento e diversidade, que poderia se converter em processos

contínuos de formação, organização e participação política da juventude, desde que mantenha a estrutura econômica que promove e sustenta as formas de exploração nesses espaços. Assim, a política mostra-se vantajosa para consolidar um ideal de governança que aparenta atender às demandas reais reivindicadas pelos jovens: educação, lazer, cultura e assistência social.

O livro *Poesia de Favela* (2023) apresenta uma coletânea de textos produzidos a partir das vivências de jovens moradores da região da Grande São Pedro. Na apresentação da obra, o educador social, Fred Farias informa que o livro foi produzido pelos jovens participantes do grupo de estudos de literatura periférica do CRJ de São Pedro:

O grupo foi formado a partir de um percurso iniciado desde a inauguração do CRJ, durante as oficinas de ocupação do equipamento com as ações do Coletivo Batalha da Morta e oficinas de Letra e Rima, passando por oficinas de escrita criativa, slam e a formação do Projeto Coletivo Slam Resiste, por meio das atividades do CRJ nas Escolas (Farias *in*: *Poesia de Favela*, 2023, p.17)

De acordo com as informações apresentadas no livro, os profissionais responsáveis pela orientação dos jovens durante o processo de escrita recorreram a referências de autoras negras, pelo conceito de *escrevivência*, formulado por Conceição Evaristo, e o de *pretuguês*, desenvolvido por Lélia Gonzalez. Segundo Fred Farias (2023), as autoras constituíram a base tanto para a construção da estética literária adotada quanto para o estabelecimento de um diálogo mais próximo com as juventudes. A ideia manifestada é de que as histórias presentes no livro expressam uma leitura crítica do coletivo sobre sua própria realidade, enquanto a linguagem adotada valoriza a oralidade e as formas de expressão características das juventudes, refletidas em seus modos de ser e agir.

Diante dessas indicações teóricas acerca da produção material de Conceição Evaristo e Lélia Gonzalez, é importante dizer que o livro não apresenta informações sobre os trabalhadores que orientaram os jovens durante o processo de escrita do trabalho. Certamente, o exercício da mediação pedagógica por profissionais das áreas de educação e literatura, em propostas como essas, é indispensável. A ausência de dados sobre a formação, o vínculo institucional e o papel pedagógico desses trabalhadores dificultam uma avaliação mais rigorosa do processo educativo desenvolvido, uma vez que o uso de conceitos como *escrevivência* e *pretuguês* demanda mediações conscientes e críticas, sob o risco de apropriações equivocadas desses termos, que confira a eles um caráter espontaneísta e os liofilize de seu aspecto político mais enraizado nas lutas sociais e, sobretudo, na crítica da funcionalidade do racismo para a reprodução do capitalismo (Gonzalez, 2022). Tomemos como nota a importância de Lélia Gonzalez para a compreensão da formação da sociedade brasileira sob uma perspectiva negra. A autora propõe uma análise do capitalismo dependente, articulado às relações raciais e de gênero, destacando

a existência de uma divisão racial do trabalho no Brasil:

O racismo [...] denota sua eficácia estrutural na medida que estabelece uma divisão racial do trabalho e é compartilhado por todas as formações capitalistas e multirraciais contemporâneas. Em termo de manutenção do equilíbrio do sistema como um todo, ele é um dos critérios de maior importância na articulação dos mecanismo de recrutamento para as posições na estrutura de classes e no sistema de estratificação social (Gonzalez, 2018, p.98)

Reconhecendo que essas relações integram o capitalismo e o beneficiam, no trato da população negra como massa marginal, ela enfatiza as atividades específicas de mulheres negras como consequência das relações de gênero e raça: atividades de prestação de serviços domésticos para famílias de classe média e alta e na prestação de serviços de baixa remuneração em supermercados, escolas e hospitais. Ademais, a relação do Brasil e da América Latina com os países colonizadores, também vai aparecer nas suas elaborações teóricas como uma dimensão ideológica e cultural da dominação colonial.

Em um texto intitulado “Escrevivência”, observamos um relato pessoal voltado a desejos, sonhos e expectativas sobre o futuro:

Eu sempre passo o dia reclamando de tudo e falando o quanto a vida é horrível. Falo que quero morrer e sumir, mas isso é mentira, porque eu quero ir no show dos meus cantores preferidos, quero conhecer o mundo, quero uma casa só minha, quero adotar mais um gato, quero fazer faculdade, quero aprender a vencer meus medos, quero um emprego bom, quero terminar de ler meus livros, quero ser mãe, quero poder conhecer o amor, quero aprender a fazer feijão tropeiro, quero viver até nos mínimos detalhes, aprender sobre outras culturas e conhecer várias pessoas. Tenho tantas coisas para fazer e aprender que talvez vou acabar morrendo sem fazer isso tudo, mas vou morrer feliz, porque pelo menos eu tentei (Santos, 2023, p.16)

Em outro texto, também intitulado “Escrevivência”, notamos a memória como elemento que traz à tona a lembrança do momento de descoberta de uma comida favorita:

Meu momento favorito em toda a minha vida foi quando descobri a minha comida favorita, o strogonoff. Lembro de comer e achar que tinha chegado no céu, tinha uns 6/7 anos, talvez, e hoje com 23, ainda sinto que cheguei até ao céu toda vez que como (Santos, 2023, p. 59).

Para Evaristo, a escrevivência não se limita à escrita de si, mas está profundamente vinculada às experiências da coletividade negra, especialmente das mulheres negras, exploradas e expropriadas. Trata-se de uma escrita que emerge de um lugar histórico marcado pela violência, pelo silenciamento e pelo controle dos corpos e das vozes negras durante o período escravocrata e seus desdobramentos. Nesse sentido, a escrevivência se constitui como um gesto político, capaz de inscrever no mundo histórias que foram historicamente desconsideradas ou apagadas.

A linguagem literária, nesse contexto, é fruto de uma subjetividade formada pela vivência em condições sociais específicas e pela experiência coletiva. O texto carrega marcas da memória social, da ancestralidade e das desigualdades vividas, de modo que as escolhas semânticas e narrativas estão profundamente relacionadas à situação social e à experiência histórica do sujeito que escreve. Assim, a escrita não é inocente: ela possui um propósito político em sentido amplo, ao tensionar estruturas de poder e afirmar a legitimidade das vozes historicamente marginalizadas.

Em Lukács (2018) a efetividade exercida pela obra de arte deve reconduzir à realidade social, tendo em vista os valores humanos e a realidade objetiva, com o poder de realizar uma leitura histórica e social, fruto do trabalho do homem:

O objetivo do trabalho artístico não é o conceito em si, não é o conceito em sua pura e mediata verdade objetiva, mas o modo pelo qual ele se torna fator concreto da vida em situações concretas de homens concretos, pelo qual ele se torne parte dos esforços e das lutas, das vitórias e das derrotas, das alegrias e das tristezas, como meio importante para tornar sensível o específico caráter humano, a particularidade típica de homens e situações humanas (Lukács, 2018, p, 197).

Lukács (1982) também utiliza o conceito de catarse, a fim de entender a relação entre o sujeito (o receptor da obra de arte) e o objeto (a própria obra de arte). Assim, o efeito do realismo na obra, por exemplo, no sentido de captar a contraditória realidade humana, aponta para um processo pelo qual “[...] o indivíduo receptor é colocado esteticamente em confronto com essência da realidade, por meio da superação, ainda que momentânea, da heterogeneidade extensiva e superficial própria à vida cotidiana” (Duarte, 2010, p. 151). Assim, a arte

[...] jamais representa singularidades, mas sim - e sempre - totalidades; ou seja, ela não pode contentar-se em reproduzir homens com suas aspirações, suas propensões e aversões, etc.: deve ir além, deve orientar-se para a representação do destino destas tomadas de posição em seu ambiente histórico-social (Lukács, 2018, p. 198).

Em 2025, o tema retornou ao CRJ para ser debatido em uma oficina de escrita criativa, conforme indica o material de divulgação a seguir:

Figura 3 – Cartaz de divulgação da oficina de Escrita Criativa



Fonte: @Juventudes_es

Visualmente, o cartaz remete ao universo da escrita e da imaginação, com elementos gráficos como canetas, estrelas e um livro aberto. No entanto, a ausência de informações sobre as mediações pedagógicas envolvidas aponta para o risco de uma apropriação distante das críticas sociais, de raça, de gênero e de classe tão presentes nas obras da referida autora. Nessa perspectiva, a escrevivência tende a ser deslocada de seu caráter histórico, coletivo e político — vinculado às experiências da população negra — para ser compreendida como uma prática genérica de escrita subjetiva pautada pelo ensimesmamento (Duarte, 2013). No horizonte das manifestações artísticas, Duarte (2012) aponta que as obras estético-literárias trazem para a vida das pessoas situações em que experiências humanas decisivas aparecem intensificadas e configuradas de tal maneira que mobilizam a subjetividade para muito além da cotidianidade, em um movimento tanto em direção ao núcleo da própria personalidade quanto à realidade social. A literatura, por exemplo, como exteriorização da linguagem, não existe fora de um sistema político, econômico, social e cultural. De acordo com Corrêa (2019), elementos da vida social são incorporados ao texto literário pelo trabalho do escritor, que sintetiza contradições sociais na estrutura das obras literárias para ampliar e tornar visível o que se encontra diluído na sociedade. Por isso, não é possível entender a literatura como forma desligada da vida concreta. Logo, a eficácia estética refere-se à capacidade da manifestação literária de envolver o leitor a ponto de levá-lo a experimentar, dialeticamente, os problemas e as contradições da vida, isto é, a representar a realidade. Com base na análise lukacsiana:

[...] toda boa arte e toda boa literatura também é humanista na medida em que não

apenas estuda apaixonadamente o homem, a verdadeira essência de sua constituição humana, mas também, ao mesmo tempo, defende apaixonadamente a integridade humana do homem (Lukács, 1989, p. 213).

Para Lukács, a função social da arte está atrelada ao processo de desenvolvimento do gênero humano, e não à mera busca pelo prazer. A arte é capaz de promover uma compreensão mais profunda da totalidade da vida social e das condições históricas dos sujeitos. Em contrapartida, a massificação da cultura produzida no contexto capitalista serve à distração e ao consumo superficial, empobrecendo a experiência estética e o potencial transformador dos artefatos. Desse modo, degrada-se seu efeito humanizador diante da criação de necessidades instantâneas geradas pelo sistema. Não há, portanto, preocupação em educar os subalternos pela arte; procura-se divertir e distrair no pouco tempo livre que lhes resta.

Em síntese, estamos diante de um conjunto de ações consideradas “formativas” que envolvem formas distintas de dominação e contribuem para aniquilar ainda mais o conhecimento do público que mais interessa conter: a juventude trabalhadora. A finalidade da política, ao abordar as múltiplas formas de linguagens desvinculadas de sua natureza social e material, evidencia como o signo se torna arena da luta de classes. A formação dos indivíduos por meio dessas atividades educativas ofertadas pela política em destaque chama atenção para a importância da individualidade para si como máxima possibilidade de formação dos sujeitos, em contraponto à individualidade em si, construída a partir do início da vida humana, momento em que o sujeito aprende a viver sua cotidianidade (Duarte, 2013). Tais conceitos, contudo, não são independentes: para o desenvolvimento da individualidade para si, não há como negar a base da individualidade em si. Essa relação, entretanto, pode tornar-se alienante quando não se busca o avanço da individualidade em si à individualidade para si. Sob o mesmo ponto de vista, as múltiplas formas de linguagens, enquanto objetivações genéricas propostas à juventude que frequenta o CRJ, envolvem um conjunto complexo de fatores. Não basta apenas o contato superficial com tais objetivações; são necessárias tensões, críticas, elaborações e a busca do conhecimento em níveis cada vez mais elevados que nos ajudem na organização política da classe.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, abordamos a política do CRJ no ES, com ênfase em suas práticas culturais e artísticas promovidas nas periferias capixabas, compreendendo-as como parte importante para a gestão e controle da juventude trabalhadora. Pensamos a formação humana, com enfoque na sua dimensão estética, a partir do uso da metodologia de oficinas da área de linguagens destinada ao público para o qual a política vem sendo destinada, evidenciando seu distanciamento de uma educação cultural para o proletariado. A partir do levantamento, da leitura e da análise dos documentos, indicamos que o CRJ integra uma articulação estratégica entre políticas sociais, educacionais e de segurança pública, que atuam precisamente na formação da juventude.

Parte das determinações que exploramos sobre o CRJ evidenciou que a política tem exercido um papel crucial no apaziguamento do potencial de luta e organização política nas periferias. O sentido da política do CRJ expressa que práticas repressivas são insuficientes para a obtenção do controle social, sendo as atividades de cunho artístico-cultural indispensáveis como formas mais brandas, mas profundamente eficazes, ao estabelecerem um elo funcional entre educação e segurança pública. Nesse contexto, o CRJ tem operado como espaço de contenção de articulações mais radicais e orgânicas da classe, além de uma possível vigilância daqueles que mais são atingidos pela intensificação da exploração do trabalho. A política em destaque integra a reconfiguração de um projeto burguês de sociedade e mostra-se necessária não apenas para eliminar qualquer vestígio de capacidade organizativa, como também para sonegar condições dignas de vida nos territórios e erradicar possibilidades alternativas de produção da vida, reafirmando a lógica de gestão da pobreza e de contenção dos conflitos sociais.

Sob o discurso de valorização da cidadania, da cultura, da arte e da inclusão, o CRJ se consolidou como um instrumento de conformação da juventude. A política ganhou fôlego na promoção de uma ideia falseada em relação às políticas públicas que, sob a promessa de transformação social, não opera uma mudança estrutural propriamente, mas desse limita a ações de custódia e contingência em relação às consequências que a violência de Estado provoca. Ao examinarmos quem define as demandas das juventudes populares, com quais interesses, em quais marcos ideológicos e com quais efeitos sobre a formação dos jovens, observamos que as ações governamentais têm se empenhado em promover, de muitas maneiras, valores, crenças, normas e princípios sociais em prol da permanência de uma classe dominante no poder, trabalhando com o objetivo de perpetuar consensos conforme atualização e novas demandas do sistema produtivo, de modo que quase nada se altere na dinâmica social, permanecendo

assegurada a natureza primeira do Estado burguês como instância de contenção dos antagonismos das classes (Engels, 1977).

Em consonância com os objetivos inicialmente apresentados, a pesquisa explorou as relações de classe e raça que co-constituem a política do CRJ, considerando que “sociedades como a brasileira tiveram a sua trajetória histórica assinalada pela formação de dois modelos básicos que se sucederam diacronicamente: o escravista, dominado pelo sistema colonialista e o capitalismo dependente, dominado pelo sistema imperialista” (Moura, 1983, p. 134). Essa leitura permite compreender o CRJ como expressão de uma sociabilidade marcada pela permanência de estruturas raciais e de classe que organizam a exploração, a desigualdade e a violência estatal no capitalismo dependente brasileiro. Na contramão de um processo de formação e educação para a classe trabalhadora, a análise dessa política evidenciou a permanência de propostas governamentais ancoradas nas noções de “prevenção”, controle e efeito compensatório de problemas que atingem a juventude. Tratamos de uma política que incide precisamente nos territórios onde o Estado quando chega, chega fardado e de coturnos. Nesse contexto, os jovens, além de não poderem contar com direitos sociais mesmo no interior da institucionalidade do Estado burguês, além de darem conta da própria reprodução da vida em suas mais diferentes dimensões, são convocados a assumir a responsabilidade pelo desenvolvimento de suas comunidades, sob a justificativa de evitar que tais locais sejam dominados pela criminalidade. Assim, o discurso do “protagonismo juvenil” e a suposta mobilização dos jovens operam como um dispositivo ideológico que, longe de promover participação política efetiva, atuam na captura da subjetividade e na conformação às práticas que reafirmam a lógica de contenção dos conflitos de classe e raça.

As oficinas artístico-culturais e a centralidade da área de linguagens nos CRJs cumprem função estratégica na política de gestão da juventude trabalhadora. Embora mobilizem elementos da cultura popular, da cultura negra e das expressões periféricas, apresentam-se frequentemente subordinadas à lógica da ocupação do tempo, da empregabilidade precária e precoce e do empreendedorismo juvenil. Por isso, desprovidas de um compromisso sistemático com a formação estética, crítica e política dos jovens. As atividades operam em um plano individualizante e moralizante, funcional à despolitização das experiências juvenis. Nesse sentido, a cultura deixa de atuar como mediação para a ampliação da consciência de classe e para a organização coletiva, passando a integrar um conjunto de ações de custódia e vigilância que reafirmam a lógica de mercantilização das expressões culturais e de gestão da pobreza.

Desse modo, longe de constituírem um projeto de formação cultural emancipatória, as oficinas

nos CRJs revelam os limites de uma política que instrumentaliza a linguagem e a arte para a própria degradação da dimensão sensível do humano e para manter a ordem social vigente. Reitera-se, assim, a necessidade de pensar a cultura como dimensão indissociável da luta de classes e da formação humana integral da juventude trabalhadora. Não se trata da arte pelo horizonte de uma objetivação genérica que está posta para a juventude que frequenta o CRJ, nem do envolvimento com um conjunto complexo de fatores. O que a análise do sentido educativo da política evidencia é a primazia da socialização de manifestações mais espontâneas e que não colocam em risco a lógica da propriedade privada, acabando por facilmente se encerrarem nelas mesmas.

REFERÊNCIAS

- ABÍLIO, L. C. Empreendedorismo, autogerenciamento ou viração?: Uberização, o trabalhador just-in-time e o despotismo algorítmico na periferia. **Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 11, n. 3, 2021.
- ABÍLIO, L. C.; AMORIM, H.; GROHMANN, R. Uberização e plataformação do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. **Sociologias**, v. 23, n. 57, p. 26-56, 2021.
- ACANDA, J. **Sociedade Civil e Hegemonia**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2006.
- ADORNO, T. W. Teoria da Semicultura. In: **Educação e Sociedade**. Ano XVII, nº.56, pp. 388-411, 1996.
- ALGEBAIL, E. **Escola pública e pobreza no Brasil**: a ampliação para menos. Rio de Janeiro, Faperj/Lamparina, 2009.
- ARRUZZA, C. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Outubro**, n. 23, 1. sem. P. 33-58, 2015.
- BAITELA, M. S.A. **Políticas públicas para a juventude em foco**: uma análise da implementação do Centro de Referência das Juventudes de Cachoeiro de Itapemirim. 2024. 145 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Universidade Vila Velha, Vila Velha, 2024.
- BAKAN, A. Marxismo e antirracismo: repensando a política da diferença. **Outubro**, n. 27, p. 45-76, 2016.
- BATISTA, V. M. A governamentalização da juventude: policizando o social. **Rev. Epos**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, jan. 2010.
- BATISTA, V. M. A juventude e a questão criminal no Brasil. In: Magalhães, J. L.Q., Salum, M. J. G., & Oliveira, R. T. **Por que somos contrários à redução da maioridade penal?** Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2015.
- BEM BRASIL – INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Casa da Juventude**. Vitória, [s.d.]. Disponível em: <www.bembrasil.org.br/juventudes/casa-da-juventude/6>. Acesso em: 14 ago. 2025.
- BEM BRASIL – INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **CRJ Itinerante**. Vitória, [s.d.]. Disponível em: <www.bembrasil.org.br/juventudes/crj-itinerante/5>. Acesso em: 14 ago. 2025.
- BEM BRASIL – INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Núcleo Afro Odomodê**. Vitória, [s.d.]. Disponível em: <www.bembrasil.org.br/juventudes/nucleo-afro-odomode/4>. Acesso em: 14 ago. 2025.
- BIANCHI, R. C.; STOCKMANN, J. I.; PEREIRA, V. A. T. Projeto Leitura Construindo a Cidadania: Possibilidades e Desafios. **Revista Mundi Sociais e Humanidades (ISSN: 2525-4774)**, v. 2, n. 2, 2017.
- BITTENCOURT, Matheus Boni. **As políticas da insegurança**: da scuderie detetive le cocq às masmorras do novo espírito santo. 2014. 168 f. Dissertação (Mestrado em Ciências

Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

BRASIL. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 19 jan. 2012. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm>. Acesso em: 1 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e 21 Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto- Lei nº5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto- Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário Oficial da União**, Brasília, 17 fev. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

Borges, D. R., Moraes, E. de P., Rodrigues, A. P. M., Ladeira, E. de S., Pereira, G. C., Almeida, D. R. G., Bardi, G. O território e a prática da Terapia Ocupacional social em direitos humanos: reflexões a partir do Centro de Referência das Juventudes. **Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional - REVISBRATO**, [S. l.], v. 7, n. 3, p. 2033–2044, 2023.

CATINI, C. de R. Empreendedorismo, privatização e o trabalho sujo da educação. **Revista USP** nº 127. p. 53-68. out/nov/dez 2020. São Paulo: 2020.

CATINI, C; BRANCO, J. F.M. Sob nova direção: trabalho docente e privatização. **Revista Eletrônica Pesquiseduca**, v. 14, n. 36, p. 961-983, 2022.

CENTRO INTEGRADO DE ESTUDOS E PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (Cieds). **Áreas de atuação**. Rio de Janeiro: CIEDS, [s.d]. Disponível em: <www.cieds.org.br/portfolio#areas-de-atuacao>. Acesso em: 13 ago. 2025.

CHAVES, P.; LIMA, G. L. F.F de. Instituto iungo e a juventude no ensino médio: ‘projeção da vida’ subordinada ao capital. **Germinal: marxismo e educação em debate**, vol. 14 nº. 2, p. 545–576, 2022.

CNN BRASIL. **Saiba quem é Renato Casagrande, reeleito governador do Espírito Santo**. CNN Brasil, 2022. Disponível em: <www.cnnbrasil.com.br/politica/saiba-quem-e-renato-casagrande-reeleito-governador-do-espírito-santo/>. Acesso em: 13 ago. 2025.

CONTI, E.; LOPES, A. (ed.). **Maior e com melhor estrutura, CRJ de Vitória é reinaugurado**. Prefeitura de Vitória, 17 abr. 2024. Disponível em: <https://vitoria.es.gov.br/noticia/maior-e-com-melhor-estrutura-crj-de-vitoria-e-reinaugurado-50417>. Acesso em: 13 ago. 2025.

CHAVES, P; DIAS, E. Centros de Referência das Juventudes e Perspectivas de Formação Humana. **Revista Trabalho Necessário**, [S. l.], v. 23, n. 51, p. 01–24, 2025.

DREIFUSS, R. Brevíssimas anotações conceituais sobre “elites orgânicas”. In: _____. **A Internacional Capitalista**. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

DUARTE, N; DELLA FONTE, S. S. **Arte, conhecimento e paixão na formação humana: sete ensaios de pedagogia histórico-crítica**, Campinas: Autores Associados, 2010.

DUARTE, N. **A individualidade para-si**: contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo. 3. ed. rev. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2013.

ESPÍRITO SANTO. Decreto Nº 3067, de 31 de julho de 2012. **Diário Oficial do Espírito Santo**, Vitória, 2012.

ESPÍRITO SANTO. Decreto Nº 3101, de 30 de agosto de 2012. **Diário Oficial do Espírito Santo**, Vitória, 2012.

ESPÍRITO SANTO. **Plano Estadual de Cultura do Espírito Santo – Diagnóstico Final**. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura, 2013-2023. Disponível em: <secult.es.gov.br/Media/secult/Importacao/PLANO%20ESTADUAL%20DE%20CULTURA%20DO%20ES%20-%20DIAGN%C3%93STICO%20FINAL.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2025.

ESPÍRITO SANTO. **Lei Ordinária nº 10186, de 28 de março de 2014**. Autoriza o Poder Executivo a contratar, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, operação de crédito destinada à execução do Projeto Estado Presente e dá outras providências. Vitória: 2014.

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO; BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Resolução de-113/14**: Contrato de empréstimo nº. 3279/OC-BR entre o Estado do Espírito Santo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Vitória: Projeto Estado Presente: Segurança Cidadã no Espírito Santo, 2017.

ESPÍRITO SANTO. **Uma avaliação de impacto de política de segurança pública: o Programa Estado Presente do Espírito Santo**. Texto para Discussão IPEA, n. 2543. Brasília: IPEA, 2020. Disponível em: <repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9704>. Acesso em: 28 abr. 2025.

ESPÍRITO SANTO. Lei nº 11.437, de 14 de outubro de 2021. Institui o Fundo Estadual para as Juventudes (FEJUVES) e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Espírito Santo**, Palácio Anchieta, Vitória, 2021. Disponível em: <www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEI114372021.html>. Acesso em: 14 ago. 2025.

ESPÍRITO SANTO. **Metodologia dos Centros de Referência das Juventudes do Governo do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo; Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2022a. Elaboração de Hingridy Fassarella Caliari e Mônica Patrícia Gomes Machado.,

ESPÍRITO SANTO. **Linhares recebe o sétimo Centro de Referência das Juventudes do Governo do Estado**. Governo do Estado do Espírito Santo, 2022b. Disponível em: <sejus.es.gov.br/Notícia/linhares-recebe-o-setimo-centro-de-referencia-das-juventudes-do-governo-do-estado>. Acesso em: 11 abr. 2025.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado de Direitos Humanos; Gerência de Políticas Para A Juventude; Conselho Estadual da Juventude. **Plano Estadual de Políticas para as Juventudes do Espírito Santo 2022 - 2032**. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 2022c., 2022c. Disponível

em: <planejamento.es.gov.br/Media/Sep/estadopresente/Plano%20Estadual%20de%20Pol%C3%>. Acesso em: 11 abr. 2025.

ESPÍRITO SANTO. **TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 007/2022 PROCESSO Nº 2021-915C8/2022-WXX7C**. Primeiro termo de apostilamento ao termo de colaboração nº 007/2022, celebrado entre o governo do estado do Espírito Santo, por intermédio da Secretaria de Estado de Direitos Humanos – SEDH, e a Associação Ateliê de Ideias para a implantação de 01 (um) Centro de Referência das Juventudes (CRJ), no município de Vitória/ES. Vitória, junho de 2022d.

ESPÍRITO SANTO. **Estado Presente: CRJ Cachoeiro realiza I Feira de Profissões**. Assessoria de Comunicação do Projeto Estado Presente: Segurança Cidadã no ES, 2022e. Disponível em: <www.es.gov.br/Noticia/estado-presente-crj-cachoeiro-realiza-i-feira-de-profissoes>. Acesso em: 31 mar. 2025.

ESPÍRITO SANTO. **Governo do Estado inaugura segundo Centro de Referência das Juventudes na Serra**. Assessoria de Comunicação do Projeto Estado Presente: Segurança Cidadã no ES, 2022f. Disponível em: <sedh.es.gov.br/Not%C3%ADcia/governo-do-estado-inaugura-segundo-centro-de-referencia-das-juventudes-na-serra>. Acesso em: 13 ago. 2025.

ESPÍRITO SANTO. **Aracruz é o quarto município a receber Centro de Referência das Juventudes (CRJ) do Governo do Estado**. Assessoria de Comunicação do Projeto Estado Presente: Segurança Cidadã no ES, 2022g. Disponível em: <sedh.es.gov.br/Not%C3%ADcia/aracruz-e-o-quarto-municipio-a-receber-centro-de-referencia-das-juventudes-crj-do-governo-do-estado>. Acesso em: 13 ago. 2025.

ESPÍRITO SANTO. **CRJ Guarapari comemora um ano de funcionamento com batalha de rima, vogue e DJ**. Assessoria de Comunicação do Projeto Estado Presente: Segurança Cidadã no ES, 2023a. Disponível em: <sedh.es.gov.br/Not%C3%ADcia/crj-guarapari-comemora-um-ano-de-funcionamento-com-batalha-de-rima-vogue-e-dj>. Acesso em: 13 ago. 2025.

ESPÍRITO SANTO. **Estado Presente: É nós digital, o LabPoca do CRJ São Mateus, foi inaugurado na quarta-feira (23)**. Assessoria de Comunicação do Projeto Estado Presente: Segurança Cidadã no ES, 2023b. Disponível em: <juventudes.es.gov.br/Not%C3%ADcia/estado-presente-e-nois-digital-o-labpoca-do-crj-sao-mateus-foi-inaugurado-na-quarta-feira-23>. Acesso em: 13 ago. 2025.

ESPÍRITO SANTO. **Constituição do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Assembleia Legislativa, 2023c. 145 p. Disponível em: <pge.es.gov.br/Media/pge/docs/Outros/Constituicao-Estadual-atualizada-23-10-23.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2025.

ESPÍRITO SANTO; BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Solicitação de apresentação de manifestação de interesse de consultor individual nº 003/2023**: Contratação de serviços de consultoria individual na área contábil para atender às

demandas da unidade de gestão e do órgão executor do projeto Estado Presente: Segurança Cidadã no ES. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 2023d. ESPÍRITO SANTO. Anuário Estadual da Segurança Pública 2023. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 2023e.

ESPÍRITO SANTO. **Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes (CRJs) Terra Vermelha e Feu Rosa**. Vitória: Instituto Jones dos Santos Neves, 2023f.

ESPÍRITO SANTO. **Estado Presente e Nós Digital: o LabPoca do CRJ São Mateus foi inaugurado na quarta-feira (23)**. Assessoria de Comunicação do Projeto Estado Presente: Segurança Cidadã no ES, 2023g. Disponível em: <juventudes.es.gov.br/Not%C3%ADcia/estado-presente-e-nois-digital-o-labpoca-do-crj-sao-mateus-foi-inaugurado-na-quarta-feira-23>. Acesso em: 31 mar. 2025.

ESPÍRITO SANTO. **Juventude tem acesso à linha de crédito Nosso Crédito Juventude Empreendedora**. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, Secretaria de Estado de Direitos Humanos, 18 set. 2023h. Disponível em: <juventudes.es.gov.br/Not%C3%ADcia/juventude-tem-acesso-a-linha-de-cr%C3%A9dito-nosso-cr%C3%A9dito-juventude-empreendedora>. Acesso em: 14 ago. 2025.

ESPÍRITO SANTO. **Plano Estadual de Segurança Pública ES 2023–2035**. Vitória: Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social, 2024. Disponível em: <planejamento.es.gov.br/Media/Sep/estadopresente/publicacao/PLANO%20ESTADUAL%20DE%20SEGURAN%C3%87A%20P%C3%9ABLICA%20ES%202023-2035.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2025.

ESPÍRITO SANTO. **Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social ES 2023-2035**. Vitória: Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social, 2024. Disponível em: <planejamento.es.gov.br/Media/Sep/estadopresente/publicacao/PLANO%20ESTADUAL%20DE%20SEGURAN%C3%87A%20P%C3%9ABLICA%20ES%202023-2035.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2025.

ESPÍRITO SANTO. **Anuário Estadual da Segurança Pública 2025**. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 2025.

ESPÍRITO SANTO. **Governador Renato Casagrande**. Governo do Estado do Espírito Santo, [s.d.]. Disponível em: <www.es.gov.br/governo/governador>. Acesso em: 14 ago. 2025.

ESPÍRITO SANTO. **SEAG apresenta Programa de Valorização da Juventude Rural na feira ES Mais Profissional**. Vitória, [s.d.]: Assessoria de Comunicação da SEAG. Disponível em: <www.es.gov.br/Noticia/seag-apresenta-programa-de-valorizacao-da-juv>. Acesso em: 14 ago. 2025.

ESPÍRITO SANTO. **Institucional**. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura, [s.d.]. Disponível em: <secult.es.gov.br/institucional>. Acesso em: 14 ago. 2025.

EVANGELISTA, O. **Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional**. A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais. São Paulo: Alínea, 2012.

EVANGELISTA, O. (Org). **O que revelam os slogans na política educacional**. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2014.

EVANGELISTA, O.; SHIROMA, E. O. Subsídios teórico-metodológicos para o trabalho com documentos de política educacional: contribuições do marxismo. **Trabalho e educação: interlocuções marxistas**, v. 1, p. 87-124, 2019.

FAJARDO, A. R. D.; BARRETO, L. N.; FIGUEIREDO, S. O. **Programa Estado Presente: em defesa da vida**. In: Anais do VII Congresso CONSAD de Gestão Pública. Brasília, 2014.

FARIAS, M. **Clóvis Moura e o Brasil**. Dandara Editora, 2025.

FROIS, Israel David de Oliveira. **Os tubarões do capital nos mares da educação capixaba: vinte anos da atuação movimento empresarial Espírito Santo em Ação (2003-2023)**. 2025. 538 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2025.

FROIS, I. D. de O; DELLA FONTE, S. S. Empresários e educação brasileira: o caso do Movimento Espírito Santo em Ação. **Debates em Educação**, v. 15, n. 37, 2023.

FONTES, V. Formação dos trabalhadores e luta de classes. **Trabalho Necessário**, v. 14, n. 25, 2016.

FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

LIMA, G. L. F.F. de. **As competências socioemocionais e o Projeto de Vida do Novo Ensino Médio: uma moralização renovada para a classe trabalhadora**. 2023. 178 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2023.

FUNDAÇÃO JOÃO MANGABEIRA. **Estado presente em defesa da vida: um novo modelo para a segurança pública**. Brasília: Fundação João Mangabeira, 2015. Disponível em: <fjmangabeira.org.br/wp-content/uploads/2016/06/estado-presente-em-defesa-da-vida-1.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2024).

GILMORE, R. W. **Geografia da Abolição: Ensaio rumo à libertação**. Boitempo Editorial, 2025.

GRAMSCI, A. **Scritti dalla libertà (1910-1926)**. Org. Angelo d’Orsi e Francesca Chiarotto. Roma: Editori Internazionali Riuniti, 2012.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere** [v. 1]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Introdução ao estudo da filosofia. Vol.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. 2. ed. Trad. Carlos N. Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 1.

GRAMSCI, A. **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935**. Organização e Introdução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GONZALEZ, L. A questão negra no Brasil. In: **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana, 2028.

GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

HELMER, F. Pavesi; GENTILLI, Raquel de Matos Lopes. Prestação de serviços socioassistenciais para jovens. **O Social em Questão**, v. 19, n. 36, p. 265-284, 2016.

IACK, Poliana Labeta. **A trajetória institucional de adolescentes e jovens pós-cumprimento de medida socioeducativa**: entre o cárcere, a morte e a luta por sobrevivência. 197 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2023.

INSTITUTO ABEQUAR. **Código de Conduta Abequar**. Linhares: Instituto Abequar, 2024. Disponível em: <abequar.org.br/wp-content/uploads/2024/11/Codigo-de-Conduta-abequar-oficial.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2025.

INSTITUTO ABEQUAR. **Missão, Visão e Valores**. Linhares: Instituto Abequar, [s.d.]. Disponível em: <abequar.org.br/missao-visao-e-valores/>. Acesso em: 13 ago. 2025.

INSTITUTO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO ESPÍRITO SANTO (IASSES). **Oficina de Grafiteagem promove integração entre socioeducandos**. IASSES, 2023. Texto por Fernanda Pontes. Disponível em: <iases.es.gov.br/Not%C3%ADcia/oficina-de-grafiteagem-promove-integracao-entre-socioeducandos>. Acesso em: 15 nov. 2025.

INSTITUTO DE AÇÃO SOCIAL E CULTURAL SINCADES. **Quem somos**. Vitória: Instituto Sincades, [s.d.]. Disponível em: <www.sincades.com.br/quem-somos/instituto-sincades>. Acesso em: 14 ago. 2025.

INSTITUTO JONES SANTOS NEVES. **Caderno da Juventude, n.º 10 – Jovem na força de trabalho (2016–2022)**. Vitória: IJSN, 2022. Disponível em: <[ijsn.es.gov.br/Media/IJSN/PublicacoesAnexos/cadernos/Caderno%20da%20Juventude%2010%20-%20Jovem%20na%20força%20de%20trabalho%20\(2016-2022\).pdf](http://ijsn.es.gov.br/Media/IJSN/PublicacoesAnexos/cadernos/Caderno%20da%20Juventude%2010%20-%20Jovem%20na%20força%20de%20trabalho%20(2016-2022).pdf)>. Acesso em: 14 ago. 2025.

INSTITUTO PROMOVER. **IPHAC - Instituto Promover - Aprendendo a aprender, a ensinar e desenvolver**. Disponível em: <<https://iphac.org.br/>>. Acesso em: 10 abr. 2025.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Mapa das Organizações da Sociedade Civil**, [s.d.]. Disponível em: <mapaosc.ipea.gov.br/indicadores>. Acesso em 01 abril 2025.

KONDER, L. **Os Marxistas e Arte**. Editora: Civilização Brasileira, 1967.

LIMA, G. L. F. F. de .; DIAS, E. da S. .; MENEZES , A. B. T. de .; CHAVES, P. M. Centros de Referência das Juventudes (CRJ) do Espírito Santo: Prioridades do Estado Presente. **Revista Amazonida**, v. 10, n. 2, p. 1–21, 2025. Disponível em: <www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonida/article/view/18323>. Acesso em: 12 jan. 2026.

LENIN, V. **La literatura y el Arte**. Moscú: Editorial Progreso, 1979.

LÊNIN, V. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2021.

LUKÁCS, G. **Introdução a uma estética marxista**: sobre a particularidade como categoria da estética. São Paulo: Instituto Lukács, 2018.

LUKÁCS, G. **Estética I**: la peculiaridad de lo estético. 4. ed. Barcelona; México, DF: Grijalbo, 1982. 4 v.

LUKÁCS, G. **Sociología de la literatura**. Tradução de Michael Faber-Kaiser. 4. ed. Barcelona: Península, 1989.

LUNATCHÁRSKI, A. **Revolução, arte e cultura**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MACHADO, B. A. **Política de identidade**: gênero, raça, classe, sexualidade e a formação do movimento de mulheres negras no Brasil. São Paulo: Dandara Editora, 2024.

MARCUSE, H. **A dimensão estética**. Tradução de Maria Elisabete Costa. Lisboa: Edições 70, 2007.

MARINHO, M. M.; LOPES, R. E. Centro da juventude em foco: discursos e ações. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 27, n. 3, p. 496-507, 2019.

MARQUES, M. S. **Interações socioestatais**: mútua constituição entre os Coletivos Culturais e o estado no Espírito Santo. 2022.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Cultura, arte e literatura: textos escolhidos. **São Paulo: Expressão Popular**, 2010.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, K. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MENEGHETTI, G. **Na mira do sistema penal**: o processo de criminalização de adolescentes pobres, negros e moradores da periferia. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

MENDONÇA, S. O Estado ampliado como ferramenta metodológica. **Revista Marx e o Marxismo**, v. 2, n. 2, p. 27-43, 2014.

MOTTA, L. D. Sobre as relações entre pobreza e violência: notas de uma etnografia no Centro de Referência da Juventude da Cidade de Deus - RJ. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, Rio Grande do Sul, v. 13, n. 1, p. 87-98, 2016.

MOURA, C. **O negro**: de bom escravo a mau cidadão? São Paulo: Conquista, 1977.

MOURA, C. Escravismo, colonialismo, imperialismo e racismo. **Revista Afro-Ásia**, v. 14, p. 124-137, 1983.

MOURA, C. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1988.

MOURA, C. **Brasil: as raízes do protesto negro**. Dandara Editora, 2023.

MOURA, C. **História do negro brasileiro**. Dandara Editora, 2023.

NEVES, L. B. P.; BRASIL, F. P. D. Democracia, participação social e inovações

institucionais: uma abordagem do Centro de Referência das Juventudes de Belo Horizonte. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, v.14, p. 1-28, e141216, 2024.

OLIVEIRA, D. C. N. de. ‘Pedagogia da precariedade’: As experiências de jovens em um projeto de prevenção da violência na periferia da Região Metropolitana da Grande Vitória. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 16, 2023.

PEREIRA, S. M. *et al.* **Pesquisa de monitoramento e avaliação dos Centros de Referência das Juventudes**: relatório. Vitória, ES: Instituto Jones dos Santos Neves, 2023. Disponível em: <ijsn.es.gov.br/Media/IJSN/PublicacoesAnexos/relatorios/RelatorioFinalCRJ.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2025.

PERRENOUD, P. **Escola e cidadania**: o papel da escola na formação para a democracia. Porto Alegre: Artmed, 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. **Centro de Referência da Juventude promove oficina de livros criativos artesanais**. Prefeitura Municipal de Vitória, 2021. Disponível em: <m.vitoria.es.gov.br/noticia/centro-de-referencia-da-juventude-promove-oficina-de-livros-criativos-artesanais-42100>. Acesso em: 15 nov. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. **Prefeitura comemora compra de sede própria do Centro de Referência da Juventude**. Prefeitura Municipal de Vitória, 2012. Disponível em: <m.vitoria.es.gov.br/noticia/prefeitura-comemora-compra-de-sede-propria-do-centro-de-referencia-da-juventude-9070>. Acesso em: 31 mar. 2025.

RAMOS, M. Pedagogia das competências. In: CALDART, R.S *et. al.* **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 535-540.

RUAS, R. **Teoria da Reprodução Social**: apontamentos para uma perspectiva unitária das relações sociais capitalistas. *Revista Direito e Práxis*, v. 12, p. 379-415, 2021.

RUAS, R. **Unidade na diversidade**: Teoria da Reprodução Social e o feminismo para os 99%. São Paulo: Usina Editora, 2025.

SANTOS, Bruna Vieira dos. **Ativismo juvenil e políticas públicas**: o Caso do Centro de Referência da Juventude de Belo Horizonte. 2018. 119 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Faculdade em Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

SANTOS, J. (org). **Poesia de Favela**. Vitória, ES: Editora Maré, 2023.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. São Paulo: Cortez, 1991.

SEKI, A. K. **Determinações do capital financeiro no Ensino Superior**: fundo público, regulamentações e formação de oligopólios no Brasil (1990-2018). 2020. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina.

SPOSITO, M. P.; CORROCHANO, M. C. A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil. **Tempo social**, v. 17, n. 2, p. 141-172, 2005.

TAQUETTI, Camila Lopes. **A gestão das políticas de juventude: o caso de Vitória, 2005-2010.** 2010. 243 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

VALADÃO, C. C. **A gente não quer só comida: políticas públicas para a juventude no Espírito Santo.** 2013. 125 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, 2013.

VÁZQUEZ, A. S. **As idéias estéticas de Marx.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 2ª edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

VÁZQUEZ, A. S. **As idéias estéticas de Marx.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3ª edição. São Paulo, Expressão Popular, 2011.

VOLÓCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem.** Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução, notas e glossário de Grillo, Sheila; Américo, Ekaterina Vólkova. Ensaio introdutório de Grillo, Sheila. São Paulo: Editora 34, 2017.

ZACCHI, V. J. Linguagem e subjetividade em Gramsci e Bakhtin. **Revista Gragoatá**, Niterói, n. 20, p. 83-102, 2006.